



**ELENA SCHEMBRI**

**CULTIVAR E RESISTIR. DUAS EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO  
CAMONESA EM COMPARAÇÃO:  
A COOPERATIVA BRASILEIRA COPAVA E  
A ASSOCIAÇÃO ITALIANA CAMPI APERTI**

Campinas  
2014





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
Pós-Graduação em Ciência Política  
Programa de Mestrado em Ciência Política

**ELENA SCHEMBRI**

**CULTIVAR E RESISTIR. DUAS EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO  
CAMONESA EM COMPARAÇÃO:  
A COOPERATIVA BRASILEIRA COPAVA E  
A ASSOCIAÇÃO ITALIANA CAMPI APERTI**

**ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréia Galvão**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção  
de Título de Mestre em Ciência Política.

CAMPINAS  
2014

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Sch26c Schembri, Elena, 1983-  
Cultivar e resistir. Duas experiências de organização camponesa em  
comparação : a cooperativa brasileira Copava e a associação italiana Campi  
Aperti. / Elena Schembri. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Andréia Galvão.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Campesinato. 2. Questão agrária. 3. Movimentos dos Trabalhadores Rurais  
Sem Terra (MST). 4. Agricultura - Aspectos sociais - Itália. 5. Movimentos sociais  
rurais – Brasil. I. Galvão, Andréia, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Cultivate and resist. Two peasant organization experiences compared:  
the Brazilian cooperative Copava and the Italian association Campi Aperti.

**Palavras-chave em inglês:**

Peasantry

Agrarian question

Movement of Landless Rural Workers (MST)

Agriculture - Social aspects - Italy

Rural social movements - Brazil

**Área de concentração:** Ciência Política

**Titulação:** Mestra em Ciência Política

**Banca examinadora:**

Andréia Galvão [Orientador]

Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Claudinei Coletti

**Data de defesa:** 17-12-2014

**Programa de Pós-Graduação:** Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 17 de dezembro de 2014, considerou a candidata ELENA SCHEMBRI aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Andréia Galvão

A blue ink signature of Andréia Galvão is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira  
Bergamasco

A blue ink signature of Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Claudinei Coletti

A blue ink signature of Claudinei Coletti is written over a horizontal line.



## Agradecimentos

Concluir uma dissertação de mestrado é sempre uma tarefa difícil. O tempo impõe limites que precisam ser respeitados e é necessário terminar o texto embora se acredite que se poderia fazer melhor. Apesar de tudo, estes três anos passados no Brasil, não apenas nos espaços da Universidade, me permitiram descobrir, compreender, entender este enorme país, que visto de longe, da Europa, parece muito diferente. Por isso, quero agradecer todas as pessoas que encontrei e conheci neste tempo e que constituíram um pedaço de um quebra-cabeça que aos poucos foi se formando para criar um quadro sempre mais claro dos muitos mundos brasileiros que coexistem em uma única e multifacetada terra.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréia Galvão pela dedicação, ajuda e seriedade com a qual enfrenta cada dia seu trabalho.

Quero agradecer a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Araújo e o Prof. Claudinei Coletti pelas contribuições que aportaram na banca de qualificação.

Agradeço aos colegas do grupo de pesquisa America Latina do Centro Estudos Marxistas (Cemarx) no qual fui recebida com muito carinho e através do qual apreendi muitas coisas sobre este continente e que, infelizmente, em muitos tivemos que abandonar por causa de comportamentos autoritários e inaceitáveis do professor responsável do grupo. Particularmente, quero agradecer Maíra Machado Bichir pela sua dedicação e compromisso para organizar o grupo.

Agradeço ao grupo de pesquisa MOB, sobre sindicalismo e movimentos sociais, dirigido pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréia Galvão, pelas discussões e leituras que foram relevantes para meu crescimento intelectual. De forma particular sou grata a Luciana Henrique da Silva, estudiosa apaixonada e assentada da Reforma Agrária, que me ajudou muito com sugestões sobre leituras imprescindíveis e para entrar em contato com a Copava. Agradeço também Patricia Rocha Lemos e Ellen Gallerani pela dedicação e participação ao grupo.

À Capes pela concessão por alguns meses da bolsa de mestrado.

Agradeço a cooperativa Copava pelo recebimento e particularmente Marisa, Otavio, Kaike e Gabriel que nos hospedaram no assentamento com muito carinho. Agradeço Zezinho pelas entrevistas e pelo tempo que me dedicou e todos aqueles que conheci que contribuíram para entender melhor a vida dos assentados.

Agradeço Campi Aperti pelo trabalho que desenvolvem cotidianamente e pelas feiras orgânicas que sempre representaram um momento de diversão e reflexão.

Sou grata a João Pedro Stédile, dirigente do MST, de origem italiana e conhecedor da questão agrária do meu país, por ter me concedido uma entrevista que foi importante para esclarecer alguns pontos em comum e diferenças entre Brasil e Itália.

Sou grata ao estimado Prof. Angelo D'Orsi pelas sugestões históricas, pela amizade e pela paixão com a qual desenvolve seu precioso trabalho.

Quero agradecer o estimado Renato Zangheri e sua esposa por nos ter recebidos na sua casa em Imola (Itália) e sou grata a Massimo Ortalli, anarquista engajado, o qual organizou este encontro.

Por fim, mas não menos importantes, quero agradecer de forma especial Gualtiero, meu companheiro de vida e de aventuras e sério pesquisador, o qual foi sempre um suporte fundamental, para empreender este projeto de vida e de pesquisa e chegar até o fim. Sou grata a ele pela ajuda e paciência com a qual leu meus textos e pelos debates que sempre nos anima. Agradeço todos aqueles que me ajudaram e apoiaram nessa mudança para o Brasil e estadia aqui como a minha família, minha mãe Maria, meu pai Danilo, meus irmãos Manuela, Simone, Sara e Daniel, meus sogros Silvana e Franco, a Prof<sup>a</sup> Regina Célia da Silva, minha mãe brasileira, Andréia Pagani pela sua profunda amizade e pelos debates que me ajudaram a entender tantos assuntos importantes. Todos os amigos, de todos os cantos do mundo, que me suportaram nesta experiência de vida que me ensinou muito: Ilaria e Guilherme, Patricia e Bruno, Alejandro e Maya, Pablo e Diana, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Medici, Alessandra e Celso, Serena Romagnoli para o trabalho que desenvolve na Itália para que o MST seja conhecido, os amigos de Bolonha, entre os quais Matteo, Lorenzo, Elena, Carlos e tantos outros que não foram citados.

## Resumo

As teses sobre o desaparecimento do campesinato se revelaram incorrectas embora seja necessário afirmar que a ofensiva neo-liberal, os tratados de livre comércio e as imposições de algumas empresas multinacionais com a cumplicidade dos governos, hoje, certamente, afetam com maior profundidade a produção agrícola e as comunidades rurais de todas as partes do mundo, impondo um único modelo ao qual é muitas vezes difícil escapar. As respostas dos camponeses a estes tipos de problemas é a organização que pode acontecer de maneira similar e diferente ao mesmo tempo. A análise de duas experiências de resistências camponesas em países distintos, a cooperativa brasileira Copava e a associação italiana Campi Aperti, pode ajudar na compreensão dos tipos de problemas específicos de cada realidade política, econômica e social, enquanto oferece uma visão sobre as consequências da mundialização em curso. O 1995, ano de fundação da Organização Mundial do Comércio (OMC), marca uma data fundamental, com a liberalização do comércio dos produtos agrícolas. A análise do desenvolvimento do agronegócio no Brasil, particularmente após a crise europeia de 2008 que viu muitos investidores transferir seus capitais na América Latina, e a terceira crise agrícola que afeta a Europa, junto com o contexto histórico e político, ajudarão na compreensão das dinâmicas empreendidas pela Copava e por Campi Aperti que lidam com as mudanças do contexto no qual agem. Agroecologia, agricultura biológica, reforma agrária popular proposta pelo Mst e economia solidária, serão os temas conclusivos que ajudarão entender qual é o projeto levado para frente por essas duas organizações para responder ao lema “Um outro mundo é

possível?”.

**Palavras chave:** Copava; Campi Aperti; movimentos sócias no campo; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); questão agrária.

## Abstract

The thesis about the disappearance of the peasantry proved incorrect although we must say that the neo-liberal offensive, the free trade agreements and the charges of some multinational companies with the complicity of governments, today certainly affect more depth agricultural production and rural communities in all parts of the world, imposing a single model that is often difficult to escape. The responses of farmers to these types of problems is the organization that can happen in a similar way and different at the same time. The analysis of two experiences of peasant resistance in different countries, the Brazilian cooperative Copava and the Italian association Campi Aperti, can help in understanding the types of problems specific to each political, economic and social, while providing an insight into the globalization of consequences ongoing. The 1995 founding year of the World Trade Organization (WTO), marks a key date, with the liberalization of trade in agricultural products. The development of agribusiness in Brazil, particularly after the European crisis of 2008 that saw many investors transfer their capital in Latin America, and the third agricultural crisis affecting Europe, along with the historical and political context, will help in understanding the dynamics undertaken by Copava and Campi Aperti dealing with the context of changes in which they act. Agroecology, organic farming, popular agrarian reform proposed by Mst and solidarity economy, will be the conclusive issues that will help understand what the project brought forward by these two organizations to respond to the slogan “Another world is possible?”.

**Keywords:** Copava; Campi Aperti; Social movements in the field; Landless Workers' Movement (MST); agrarian question.



<b>Funeral de um lavrador</b> <i>Chico Buarque de Hollanda</i>	<b>Funerale di un contadino</b> <i>Chico Buarque de Hollanda</i>
<p>Esta cova em que estás  Com palmos medida  É a conta menor que tiraste em vida  É de bom tamanho  Nem largo nem fundo  É a parte que te cabe  Deste latifúndio  Não é cova grande</p>	<p>Questa fossa dove stai  Larga poche dita  È il più piccolo conto che hai pagato in vita  Ha volume giusto  Né largo né fondo  È la parte che ti tocca  Del latifondo  Non è una fossa grande</p>
<p>É cova medida  É a terra que querias  Ver dividida  É uma cova grande  Para teu pouco defunto  Mas estarás mais ancho</p>	<p>È giusta, precisa  È la terra che volevi  Veder divisa  È una fossa grande  Per un piccolo morto  Ci starai più largo</p>
<p>Que estava no mundo  É a conta menor que tiraste em vida  É a parte que te cabe  Deste latifúndio  É a terra que querias ver dividida  Estarás mais ancho que estava no mundo  Mas a terra dada  Não se abre a boca  É uma cova grande  Pra teu defunto parco  Porém mais que no mundo  Te sentirás largo  É uma cova grande pra tua carne pouca  Mas terra dada não se abre a boca.</p>	<p>Di quand'eri al mondo  È il più piccolo conto che hai pagato in vita  È la parte che ti tocca  Del latifondo  È la terra che volevi veder divisa  Ci starai più largo di quand'eri al mondo  È una fossa grande  Per un morto da niente  ma qui più che nel mondo  stai comodamente  è una fossa grande  la tua carne è poca  ma alla terra donata  non si guarda in bocca</p>

Adaptado do poema *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto.



## Siglas

AIAB Associazione Italiana per l'Agricoltura Biologica

ARA Assessoria de Revisão Agrária

BM Banco Mundial

CA Campi Aperti

CATI Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CEE Comunidade Económica Europeia

CEPAL Comissão Económica para a América Latina

CGIL

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPAVA Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida  
CPA Cooperativa de Produção Agropecuária

COSPE Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti

CPS Cooperativa de Prestação de Serviços

CPPS Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços

CPT Comissão Pastoral da Terra

CRESER Coordinamento Economia Solidale dell'Emilia Romagna

CSOA

DAP Declaração de Aptidão ao Pronaf

DC Democracia Cristã

EcoSolBologna Distretto di Economia Solidale di Bologna e provincia, Distrito de

Economia Solidária de Bologna e província

EUA Estados Unidos da América

FAO Food and Agriculture Organization

FHC Fernando Henrique Cardoso

FMI

G8 Grupo dos oito

GAS Gruppi di Acquisto Solidale, Grupos de Adquisição Solidal

GC Genuino Clandestino

IAF Instituto de Assuntos Fundiários

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MAG Mútua Auto Gestão

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MERCOSUL Mercado Comum do Cone Sul

MST

NO TAV

OGM

OMC Organização Mundial do comércio

ONG Organização Não Governativa

ONU Organização das Nações Unidas

ONUAA Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

PAA Programa de Aquisição dos Alimentos

PAC Política Agrícola Comum

PCB

PCI Partido Comunista Italiano

PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA Programa de Crédito para a Reforma Agrária

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT Partido dos Trabalhadores

SCA Sistema Cooperativista dos Assentados

SNPA Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária

UDR União Democrática Ruralista

UE União Europeia

ULTAB União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Brasil



## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Cap. 1 A emergência da Copava e CA.....</b>	<b>11</b>
1.1 A questão agrária diante da modernização da agricultura e da revolução verde.....	14
1.1.1 O MST e a criação da Copava.....	24
1.1.2. Copava: características da organização.....	34
1.1.3 A base social da Copava: camponeses ou trabalhadores rurais?.....	42
1.2 A perda de centralidade da agricultura na Itália.....	48
1.2.1 Campi Aperti diante da terceira crise agrícola.....	55
1.2.2 Características organizativas de Campi Aperti .....	59
1.2.3 A base social de CA: camponeses sem campesinato?.....	68
<b>Cap. 2 Duas experiências distintas de organização no campo.....</b>	<b>73</b>
2.1. A questão da propriedade da terra e a definição da questão agrária.....	74
2.2 Formas cooperativas e associativas: a concepção de cooperativismo na Copava, o enfraquecimento do cooperativismo na Itália.....	82
2.3 Diversos tipos de produção agrícola: agroecologia e agricultura biológica.....	88
2.4 Reivindicações e relação com o aparelho estatal: em busca de certificação e de políticas públicas.....	97
2.5 Ocupação rural/urbana: concepção política ou modo de vida?.....	112

<b>Cap. 3 Mudanças recentes: a luta camponesa no contexto político dos anos 2000</b> .....	<b>121</b>
3.1 O cenário internacional no final do século XX.....	118
3.2. Brasil: política de créditos para agricultura familiar e hegemonia do agronegócio.....	128
3.2.1 A reforma agrária no século XXI.....	136
3.2.2 A Via Campesina no Brasil e a importância da soberania alimentar.....	138
3.2.3. Reforma agrária popular.....	142
3.3 A Itália diante da Política Agrícola Comum (PAC).....	154
3.3.1 A Via Campesina na Europa e a importância da soberania alimentar.....	159
3.3.2 Bens comuns e economia solidária.....	160
3.4 Um outro mundo é possível?.....	167
<b>Conclusão</b> .....	<b>175</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>181</b>





## Introdução

Definir com precisão e de forma inequívoca o significado da palavra “camponês” é tarefa muito difícil. A vontade dos cientistas de incorporar esse conceito dentro de categorias sociais se choca, de fato, com a heterogeneidade da realidade. O sociólogo Teodor Shanin, por exemplo, afirma que “camponês é uma mistificação”, precisamente porque representa um conceito variável geograficamente e historicamente. É evidente que não existe um único tipo de camponês: em cada país ou região, será possível encontrar um pequeno proprietário de terra, um arrendatário, um operário agrícola, cujas condições de produção e vida são bastante diferentes. Além disso, também do ponto de vista histórico, o mesmo conceito pode mudar de significado ao longo dos anos, décadas ou séculos, mesmo no interior de um único território (SHANIN, 2005, p. 44).

As teses sobre o desaparecimento do campesinato como resultado do desenvolvimento do capitalismo, como por exemplo as divulgadas por autores como Kautsky em sua obra *A questão Agrária* (1899) e Lênin em seu estudo sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia (1898), à primeira vista, se revelaram incorretas. Por outro lado, a ofensiva neo-liberal, os tratados de livre comércio e as imposições de algumas empresas multinacionais com a cumplicidade dos governos, hoje, certamente, afetam com maior profundidade a produção agrícola e as comunidades rurais de todas as partes do mundo, impondo um único modelo de produção do qual é muitas vezes difícil escapar.

O modelo capitalista e monopolista modificou as relações sociais de produção no campo e na cidade, levando a um capitalismo de oligopólios que dominam e controlam o sistema produtivo e financeiro, afetando seja os países definidos como em

desenvolvimento, bem como aqueles considerados de capitalismo avançado (AMIN, 2009, p. 167). Esta pesquisa visa investigar os problemas atuais dos camponeses diante desse contexto, analisando duas organizações do campo situadas em dois países cuja história agrária é bastante diferenciada: a Cooperativa brasileira Copava, do Estado de São Paulo, que integra o MST, e a Associação Italiana Campi Aperti (Campos Abertos) “Associação de produtores e co-produtores para a soberania alimentar”, da cidade de Bolonha. Essas experiências se desenvolvem em países muito diferentes, seja do ponto de vista histórico, econômico e geográfico, seja do ponto de vista das relações de produção e de propriedade no campo. As diferenças entre as duas experiências se estende ao aspecto organizativo: diferentemente do que acontece com CA, a Copava é ligada a um movimento maior, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que luta pela reforma agrária há trinta anos e é organizado no Brasil inteiro. O objetivo desta pesquisa não é, porém, analisar o MST mas apenas o exemplo da Copava, embora seja necessário remeter à história e ao projeto político do movimento para compreendê-la de uma forma mais articulada.

Analisar a questão camponesa do ponto de vista de duas organizações de países distintos pode ajudar a compreender quais são os problemas decorrentes de questões locais e, ao mesmo tempo, os problemas decorrentes de questões transnacionais. Isto porque em um mundo globalizado há políticas ou situações que afetam os camponeses de forma indiferenciada, tanto em países que podemos considerar como de capitalismo avançado quanto do capitalismo periférico, nesse período histórico que podemos definir como terceira crise agrícola. Partindo desse pressuposto, a pesquisa terá como objetivo entender quais são os problemas comuns e diferentes que afetam os camponeses hoje em países tão diversos e quais as semelhanças ou diferenças é possível encontrar nos tipos de organização. Para isso, levaremos em consideração parâmetros como: o tipo de organização

e os princípios que sustentam a experiência da Copava e de CA, os objetivos e as questões com as quais tentam lidar, os padrões de produção e de vendas escolhidos por eles, as relações de propriedade e uso da terra na qual trabalham, as reivindicações que eles levam adiante, as relações com os aparelhos burocráticos do Estado e com outras realidades camponesas.

Não é nosso objetivo reconstituir a história agrária, política e econômica dos dois países, embora a consideração desse aspectos seja fundamental para compreender o presente, pois não teríamos condições de fazer uma reconstituição exaustiva e além disso tal empreitada nos afastaria de nosso objetivo e inviabilizaria a pesquisa. Apesar de termos buscado compreender a estrutura fundiária nos dois países a partir do século XIX, a necessidade de situar nosso objeto num recorte temporal mais recente se impôs. Desse modo, partiremos da segunda metade do século XX, buscando compreender a criação das organizações em questão diante do processo de modernização agrícola.

Assim, o objetivo do primeiro capítulo é situar a experiência da Copava e CA no contexto histórico e político da revolução verde mediante o crescimento dos complexos agro-industriais. No caso do Brasil, daremos atenção à tese segundo a qual não foi resolvida a questão agrícola enquanto ficou sem solução a questão agrária (COLETTI, 2005), pois ela ajuda a entender o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na década de 80 e da experiência da Cooperativa Copava, objeto da análise. Levaremos em consideração também a questão social relativa ao período do pós-ditadura, incorporando a tese da “confluência perversa” entre o projeto de alargamento da participação democrática e a implementação do projeto neoliberal, com a consequente transferência das

responsabilidades do Estado para a sociedade civil (DAGNINO). No caso da Itália, daremos atenção à terceira crise agrícola, de modo a compreender a perda de centralidade da agricultura na economia do país. Ainda nesse capítulo apresentaremos as características da organização Copava e suas relações com o MST, as características da Associação Campi Aperti, bem como as reivindicações e a base social de ambas as organizações.

O segundo capítulo enfrentará várias questões que permitem entender as diferenças entre as duas experiências como a questão da propriedade da terra, as diferentes formas de produzir, a relação com o aparelho estatal, a relação com os movimentos sociais. A propriedade da terra no Brasil acha-se ainda muito concentrada, de modo que o tema da reforma agrária torna-se fundamental para a democratização da terra e da sociedade. Por outro lado, a Itália conheceu uma reforma agrária parcial depois da Segunda Guerra Mundial, acompanhada pela perda de centralidade da agricultura italiana na economia nacional. Assim, enquanto o MST e a Copava se valem da estratégia de ocupação de terra, como veremos, os camponeses de CA são pequenos proprietários ou arrendatários que compraram ou herdaram a terra. Isso se relaciona com as formas de produzir privilegiadas pelas duas experiências: a concepção da forma cooperativa pelo MST e o enfraquecimento do cooperativismo na Itália. Isso afeta as reivindicações que dirigem ao aparelho estatal: enquanto, no caso da Copava reivindicam-se créditos públicos para a cooperativa e formas de venda dos produtos através das instituições públicas, no caso de CA reivindica-se a certificação dos produtos transformados que são vendidos nos mercados de CA, bem como a participação na proposta de lei sobre a agricultura camponesa. Será interessante discutir, ainda, as diferentes formas de ocupação que caracterizam essas experiências: de tipo rural, como acontece no Brasil e de tipo urbana, como no caso italiano, considerando também a concepção política ou estilo de vida que marcam estas duas organizações.

O terceiro capítulo será dedicado a discutir o novo contexto político a partir do início do novo milênio, de modo a mostrar de que maneira ele afeta ambas as organizações. Como o papel assumido pelo Banco Mundial (BM) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC) explicam o avanço da hegemonia do agronegócio e a política de reforma agrária no Brasil? Como a política comum europeia sobre a agricultura (PAC) impacta a produção camponesa na Itália? A inserção das duas experiências no cenário internacional nos levará a contemplar também o papel da Via Campesina no Brasil e na Europa, sobretudo as reivindicações, em torno da soberania alimentar.

Para concluir, no último capítulo serão abordadas as mudanças e transformações que estão marcando os movimentos latino-americanos e europeus com a alternativa da agroecologia e da agricultura biológica, a nova proposta de Reforma agrária popular em discussão dentro do MST, a economia solidária e os projetos de mudança que a Copava e CA se propõem a implantar através de seu trabalho. Essa discussão articula-se com a pergunta: “Um outro mundo é possível?”.

Antes de passar aos capítulos, convém esclarecer e justificar melhor a escolha de estudar estas duas organizações, Copava e Campi Aperti. Essa escolha foi feita após um período de permanência no Brasil e a decisão de me matricular na Universidade Estadual de Campinas. Foi ditada também pelo desejo e oportunidade de aprender em profundidade o que é o movimento MST, muito conhecido na Europa mas de forma superficial, pela exigência de delimitar o objeto de estudo e pela necessidade de enfrentar o mundo do qual eu venho, em um contínuo diálogo/confronto entre as realidades, histórias, culturas e tradições diferentes.

A decisão de analisar o caso da associação bolognese é explicada, principalmente, pelo fato de ter vivido vários anos em Bolonha e ter visto o nascimento e crescimento da experiência que mais tarde se tornou a Associação Campi Aperti, que ganhou um papel importante na mesma cidade, nos espaços ocupados e em áreas recuperadas da cidade, tornando-se conhecida também em toda a Itália com a campanha Genuino Clandestino da qual iremos falar no segundo capítulo, que “reivindica [...] a livre transformação dos alimentos camponeses, devolvendo um direito expropriado pelo sistema neoliberal” (MANIFESTO GC, 2014). A marca Genuino indica que o produto contém ingredientes orgânicos e foi “homemade”, mas Clandestino alude à não-conformidade com o sistema de regras de processamento dos alimentos criadas pelas grandes empresas e impostas aos pequenos produtores.

A ideia de partida era, portanto, a realização de um estudo comparativo entre duas organizações de produtores orgânicos, sabendo também que o MST é um dos mais ferrenhos defensores dos princípios da agroecologia. O confronto com a realidade, no entanto, me obrigou a rever as ideias iniciais. Embora hoje existam mais e mais experiências de assentamentos do MST com produções agrícolas agroecológicas e familiares e o movimento discuta a Reforma Agrária Popular, nos anos em que floresceram as cooperativas de produção agrícolas (CPAs) o método de produção era o tradicional, isto é, que fazia uso de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, o objetivo das CPAs era o de competir diretamente com o mercado capitalista e de respeitar as suas regras, apesar de defender com veemência a necessidade de uma reforma agrária.

O fato de aceitar este tipo de modelo de produção é explicado pelo período histórico em que o MST nasceu, um momento em que o processo de industrialização agro-pecuária estava prejudicando pequenos produtores e em que o camponês transformava-se,

necessariamente, em trabalhador agrícola ou em migrante que muitas vezes iam engrossar as fileiras dos despossuídos e favelados nas cidades. O movimento deu incentivos, portanto, a experiências de trabalho coletivo com a formação de cooperativas CPAs, caracterizadas por uma produção mecanizada, em larga escala e por uma gestão coletiva da terra e da organização do trabalho. A idéia de centrar a análise na Cooperativa Copava se deve principalmente a dois motivos: primeiro, pelos seus vinte anos de experiência, o que a distingue de muitos exemplos de CPAs que, por diferentes razões, faliram em poucos anos; o segundo, por razões de logística, já que o Brasil é um país com um território imenso e eu moro no estado de São Paulo. Embora os cooperados falem na necessidade de buscar um novo modo de produção, de acordo com os princípios da agroecologia, o fato de produzirem de forma tradicional realça as contradições que muitas vezes caracterizam os movimentos sociais que têm que lidar com questões imediatas importantes, tais como casa, trabalho, o direito à educação e à saúde.

No que se refere aos aspectos metodológicos desta pesquisa, nos focalizamos nos documentos produzidos pelas duas organizações e nos estudos de caso já realizados no âmbito acadêmico. No caso de CA, o acompanhamento da lista de email resultou de extrema importância para conhecer todas as iniciativas da associação e o pensamento de seus integrantes. Outras estratégias de pesquisa ajudaram a obter os dados empíricos aqui apresentados: a frequente participação aos mercados de CA até 2011, com a última visita em 2012, e uma entrevista para esclarecer os pontos de maior relevância com Michela Potito, que por muitos anos foi coordenadora de CA e que abandonou esse cargo apenas neste ano. No caso do MST e da Copava, além da pesquisa documental através de jornais, sites e investigações já realizadas, realizei uma entrevista com um dos dirigentes do

movimento, João Pedro Stédile, que ajudou na compreensão das questões relevantes que caracterizam a realidade brasileira e também a italiana. Visitei dois assentamentos da região de Campinas, e conversei com pessoas assentadas em várias ocasiões, em congressos acadêmicos, no grupo de pesquisa e nos mercados e foi feita uma visita à Copava para conversar diretamente com os cooperantes. Nos contatos e no material relativo ao MST tenho muito a agradecer à colega Luciana Henrique da Silva.

Como pesquisadora em um país estrangeiro, as primeiras dificuldades enfrentadas foram aquelas de caráter linguístico e cultural, como por exemplo, entender e traduzir palavras que representam conceitos que não existem no meu país de origem<sup>1</sup>. Nestes casos, foi necessário investigar adequadamente a genealogia da terminologia e compreender o significado representado hoje no Brasil. A este tema liga-se uma outra complicação, ou seja, a de ser capaz de deixar o próprio ponto de vista etnocêntrico para aprender a analisar a realidade da forma mais imparcial possível. Resulta evidente que, ao realizar uma pesquisa deste tipo, fui levada a questionar constantemente as afinidades e divergências culturais, históricas, sociológicas, econômicas e políticas entre os dois países para entender mais detalhadamente a nova realidade que me cercava, também nos aspectos mais irrelevantes da vida quotidiana. Neste sentido, achei absolutamente necessário tentar construir um quadro histórico que permitisse o diálogo entre passado e presente relativos aos dois países e também nas suas relações internacionais. Os temas que mais chamaram minha atenção foram, principalmente, três: o desenvolvimento do capitalismo no campo, a intervenção do Estado na economia agrícola e a, assim chamada, revolução verde, três fatores que intervieram certamente em ambos os países. Alguns elementos desse diálogo histórico estão

---

<sup>1</sup> Penso, por exemplo, nas palavras *posseiro* e *grileiro*.

presentes no capítulo 1, que se inicia na sequência.



## Cap. 1 A emergência da Copava e CA

O objetivo do primeiro capítulo é situar o surgimento da Copava e de CA no contexto histórico e político da revolução verde mediante o crescimento dos complexos agro-industriais. Embora o período em questão diga respeito à segunda metade do século XX, faremos algumas breves considerações sobre o período anterior, com o intuito de destacar os fatos históricos mais importantes que permitem tecer alguns paralelos entre os países. Observam-se fenômenos políticos coincidentes, embora, possam ter ocorrido em tempos e com resultados diferentes: o período liberal da segunda metade do século XIX e a formação de um capitalismo que oprime as velhas classes dominantes, quebrando, de alguma forma, com a tradição senhorial, no caso brasileiro, e com aquela feudal no caso italiano, deixando, porém, intactas parte da estrutura tradicional. O período varguista<sup>1</sup> e fascista marcado pela crise de 29<sup>2</sup>, pela ditadura e pela intervenção do Estado na agricultura

<sup>1</sup> A política do regime varguista pode ser resumida em quatro pontos básicos: o primeiro refere-se à institucionalização de formas de apoio para o desenvolvimento do mercado interno, através do financiamento de obras públicas de infra-estrutura, como estradas, rodovias, ferrovias e portos; o segundo, uma política salarial comum para evitar flutuações capazes de impedir os novos mecanismos de regulação econômica; como terceiro ponto, a ambição de enfrentar novos desafios econômicos que pudessem integrar novos territórios ao processo de produção; finalmente, como quarto ponto, o desejo de revitalizar áreas isoladas demográficas, através de uma política de distribuição racional da população desses territórios e a construção de uma rede viária eficiente (TEIXERA DA SILVA, 1998, p. 116).

<sup>2</sup> Em 1929, o ano em que o mundo passou por uma profunda crise econômica, o governo brasileiro começou a tomar uma nova posição em relação ao mundo rural, promovendo a colonização interna do país a fim de promover a expansão de terras agrícolas e de garantir o abastecimento do mercado interno. Esta expansão investiu principalmente nas terras virgens do Centro-Oeste, Nordeste e da Amazônia e envolveu uma clara subordinação do campo aos demais setores produtivos. O populismo varguista, com sua intensa propaganda, gerou grandes esperanças de melhorar as condições de vida das classes subalternas, justamente aqueles setores da sociedade que, de acordo com o Presidente, tinham que sair de sua condição de inatividade trabalhista. O poder político, não mais controlado por oligarquias rurais, estava agora nas mãos da burguesia industrial, que apresentou algumas peculiaridades importantes em relação aos seus congêneres europeus e estadunidenses. Os efeitos da crise de 29 no mercado brasileiro, como a depreciação do valor do café, levou, pela primeira vez, o governo a se opor à hegemonia agro-exportadora e a considerar a possibilidade de um colapso econômico do país, no caso de permanecer exclusivamente dependente das exportações e da monocultura agrícola. A solução proposta era a do desenvolvimento de

através de políticas de investimento na recuperação de terras e no desenvolvimento de um mercado interno<sup>3</sup>. Enfim, a revolução verde, com a expulsão dos camponeses e trabalhadores rurais do campo, a mecanização da produção agrícola, a utilização de novos fertilizantes e agrotóxicos e a crescente capitalização da terra, eventos que no Brasil ocorreram durante a ditadura de 64 enquanto na Itália, sempre no mesmo período, sob os governos democratas-cristãos.

O estudioso holandês Van Der Ploeg identifica três grandes momentos de crise na agricultura, que são essenciais para entender os problemas que hoje afetam as áreas rurais. A interseção da discussão histórica com a análise científica de Van der Ploeg (PLOEG, 2009), apontou para uma coincidência significativa entre as três crises especificadas pelo autor e os três momentos históricos antes citados, comuns ao Brasil e à Itália. A primeira crise agrária internacional ocorreu em 1880, devido à expansão das fronteiras agrícolas dos Estados Unidos, assim como ao desenvolvimento do transporte marítimo e ferroviário, que facilitaram a entrada de produtos de baixo custo no continente europeu.

A segunda grande crise é aquela dos anos 30 do século XX, desencadeada em grande parte pela queda generalizada do poder de compra em muitos países europeus e que tem tido um impacto sobre as economias mundiais, atingindo também a produção de café

---

um mercado interno e da conversão da economia nacional aos princípios da autarquia, ideais defendidos até mesmo por Mussolini na Itália. O projeto varguista previa para a agricultura várias tarefas importantes: produzir para o consumo interno, financiar as importações, baratear o preço da produção industrial nascente, ocupar o território e gerar empregos.

<sup>3</sup> De maneira parecida ao que aconteceu na Itália fascista, também no Brasil, com o regime varguista que reunia na *Aliança Liberal* todos os opositores ao regime oligárquico – políticos gaúchos e mineiros, pequenos partidos oposicionistas, descontentes civis e militares – houve uma transformação radical a nível econômico: quebraram-se todos os laços com o liberalismo da velha república e foi inaugurada uma fase de intervencionismo econômico por parte do Estado. Isso permitiu ao país e a seu sistema de produção se mover em direção de um capitalismo industrial e financeiro que, em uma segunda fase, conheceu um processo de substituição das importações, especialmente a partir dos anos 40 (TEIXERA DA SILVA, 1998).

no Brasil. Após esta crise, o Estado assumiu uma nova postura política e econômica avançando para a “institucionalização de várias políticas agrícolas e de restauração da agricultura camponesa”. A terceira crise agrícola internacional, conforme Van Der Ploeg, é, diferentemente das outras, muito mais complexa e é derivada de uma série de fatores, entre os quais podemos citar: a negligência e a marginalização da agricultura camponesa, especialmente desde os anos 60, com a Revolução Verde, a mecanização do trabalho agrícola e a introdução de técnicas agrícolas destrutivas para o meio ambiente; o projeto neoliberal e os acordos de livre comércio que desde os anos oitenta e noventa, têm investido, de forma abrangente, os países do Norte e do Sul do mundo; e, por fim, o aumento do número e impacto do que o autor define como impérios que controlam, de várias formas, a produção de alimentos.

Eu acredito que estamos presenciando o surgimento de uma nova crise agrária em âmbito mundial. Assim como nas duas crises anteriores, esta terceira crise agrária - que começou em 1995, quando o Acordo sobre Agricultura foi aprovado no âmbito da OMC - é o resultado de mudanças longo prazo que interagiram e cujos efeitos não são imediatamente visíveis. (PLOEG, 2007, p. 325)

Os movimentos sociais também desempenham um papel importante nos dois países, embora em temporalidades distintas. Dadas as diferentes condições dos trabalhadores rurais, resultará evidente que no Brasil, por causa do colonialismo e da escravidão, das ditaduras, entre outros aspectos, as primeiras organizações começarão a se afirmar apenas nos anos 1950, com as importantes experiências das ligas camponesas<sup>4</sup>. Na Itália ao

<sup>4</sup> É importante lembrar que, desde o período colonial existiram revoltas de camponeses livres ou trabalhadores escravizados, dos quais os mais conhecidos são a dos Quilombos dos Palmares, no século XVII, dos Canudos no século XIX e do Contestado de 1912 (WELCH, 2006, p. 60). Resulta, no entanto, evidente a falta de uma classe camponesa comparável àquela europeia. O Brasil é talvez o único entre os países latino-americanos que não têm um setor tradicional de pequenos agricultores: “Apenas os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tem uma população considerável de fazendas familiares (CASSEL, PATEL, 2003, p. 9). No início do século XX, começaram a registrar-se tumultos e greves também prolongadas nas fazendas de café e de cana-de-açúcar, organizadas principalmente por

contrário, assistimos a um fundamental movimento de operários agrícolas no Vale Padana, que já no início do século XIX<sup>5</sup> apresentava uma estrutura muito mais avançada da organização operária urbana mas que hoje desapareceu totalmente.

Feitas essas considerações iniciais, analisarmos inicialmente a experiência da Copava tomando em consideração o contexto político brasileiro a partir do período da implementação da revolução verde que teve início após o golpe de 64 e que ainda hoje afeta a estrutura da propriedade da terra e organização da produção.

### **1.1 A questão agrária diante da modernização da agricultura e da revolução verde**

Desde os anos 50, no Brasil, as mudanças sociais devidas ao desenvolvimento do

---

anarquistas e socialistas, mas não havia nenhuma organização capaz de unir essas lutas (WELCH, 2006, p. 61). Os anos da Revolução Russa, no Brasil coincidiram com a escalada dos tumultos no campo e nas cidades, com a fermentação de idéias políticas e a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB, 1922), que desde o início aspirava conquistar posições de governo, apesar de contar entre suas fileiras ainda poucos militantes. Um movimento sindical, no entanto, só se constituiu a partir de 1930, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ, 1932), considerado o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), que reunia pequenos lavradores e cortadores de cana-de-açúcar (MEDEIROS, 1989, p. 27). Como veremos mais adiante, o modelo varguista de corporativismo sindical buscava neutralizar as lutas sociais e impediu naqueles anos uma organização independente dos trabalhadores rurais e urbanos. Somente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 1961, que contou como vice-presidente João Goulart, começaram a surgir ligas camponesas, sindicatos rurais e movimentos mais significativos e organizados.

<sup>5</sup> Em 1901 foi realizado em Bolonha o Primeiro Congresso Nacional da Terra, onde se reuniram mais de 700 ligas camponesas provenientes de toda a península, congresso no qual foi fundada a Federação Nacional dos Trabalhadores da Terra (Federterra): nela confluíram assalariados agrícolas, meeiros, arrendatários e pequenos agricultores que trabalhavam diretamente a terra. Neste primeiro projeto de união das várias figuras de trabalhadores presentes no diversificado campo italiano, confrontaram-se imediatamente duas facções: a reformista e a socialista. O debate se inflamou sobre a questão do voto acerca da criação de duas seções separadas, com a facção socialista propensa a formar organizações de tipo resistentes e cooperativas, através da emenda proposta pelo militante Reina. A Emenda Reina afirmava que para ser sócio da Federterra era necessário aceitar “como última finalidade a coletivização da terra como um dos principais meios de produção”, “afirmação socialista” do Congresso de Bolonha, no qual se verificou também uma separação entre os delegados republicanos (PROCACCI, 1972, p. 125).

modelo capitalista na agricultura e na indústria, juntamente com a expansão do latifúndio, levaram a um aumento no número de trabalhadores expulsos do campo, que passaram a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva em regiões urbanas, favorecendo uma expansão econômica do mercado interno, em uma fase caracterizada por baixos salários e pouco espaço organizacional concedido aos trabalhadores (MENDONÇA, FONTES, 1996, p. 26). Nos mesmos anos começaram a surgir as importantes experiências das ligas camponesas que reuniram principalmente arrendatários, parceiros, posseiros e pequenos proprietários, privilegiando a luta contra o latifúndio e ignorando as reivindicações dos assalariados, que formarão a base social do nascente movimento de sindicalização do campo. Conforme Bastos:

A fim de superar a atual situação, de subdesenvolvimento crônico, de profunda instabilidade econômica, política e social e, para deter a miséria e a fome crescentes e elevar o baixo nível de vida do povo em geral e melhorar as insuportáveis condições de vida e de trabalho a que estão submetidas as massas camponesas, torna-se cada vez mais urgente e imperiosa a necessidade da realização de uma Reforma Agrária que modifique radicalmente a atual estrutura de nossa economia agrárias e as relações sociais imperantes no campo. A Reforma Agrária não poderá ter êxito senão a partir da ruptura imediata e da mais completa liquidação do monopólio da terra, exercido pelas forças retrógradas do latifúndio e do conseqüente estabelecimento do acesso à terra aos que a queiram trabalhar. (BASTOS, 1984, p. 63)

Enquanto o trabalhador assalariado lutava contra a usina, o camponês teve de lidar com a grande propriedade, pleiteando o reconhecimento de direitos e respeito das leis, como a dos locatários e a do usucapião<sup>6</sup>. O camponês, sendo ligado à terra que trabalhou por um longo tempo, não tinha intenção de abandoná-la e foi forçado a lutar contra os latifúndios que ameaçavam sua sobrevivência. Neste caso, a luta pela posse da terra não era necessariamente uma luta pela propriedade capitalista da terra, mas uma luta pela posse dos meios de produção e, portanto, “uma luta potencialmente revolucionária, numa luta dentro

<sup>6</sup> Direito de posse que um indivíduo adquire sobre um bem móvel ou imóvel em função de haver utilizado tal bem por determinado lapso temporal.

da ordem, uma ordem a ser transformada, é verdade, mas não negada” (BASTOS, 1984, p. 66). Entre os anos 60 e 61 foram criadas dez federações camponesas no mesmo número de estados do país, garantindo, assim, ao movimento um reconhecimento nacional. O sucesso dessas reivindicações pode ser encontrado também nos interesses da burguesia industrial na realização de uma reforma agrária, necessária para quebrar as ligações que ainda persistiam com o latifúndio tradicional e para desenvolver o capitalismo no campo.

As Ligas apoiavam-se no Código Civil que oferecia uma base jurídica para suas reivindicações. Além disso, usavam outras ferramentas de propaganda mais populares, tais como a poesia, a ficção, as canções e os folhetos, nos quais enfrentavam-se questões de igualdade social e declamava-se um mundo melhor. Finalmente, um papel importante foi desempenhado pela Bíblia, o livro sagrado do catolicismo. Antes do Concílio Vaticano II, a Igreja, aliada aos grandes proprietários de terras, pressionava os trabalhadores rurais a aceitar sua condição de explorado e denunciava as ligas como organizações perigosas, até mesmo contrárias à autoridade divina. Os pastores protestantes, que na época eram perseguidos pela Igreja de Roma, juntaram-se aos camponeses oprimidos, muitas vezes tornando-se líder das ligas e sendo respeitados por sua conduta cotidiana. As classes subalternas foram capazes de iniciar um processo de conscientização de suas condições de vida precárias, começando a questionar a legitimidade do domínio dos donos de terra e a reivindicar os seus direitos (BASTOS, 1984, pp. 69-71). Ainda de acordo com Bastos:

A primeira proclamação de caráter nacional feita pelo movimento é a do lançamento da campanha pela Reforma Agrária, a 15 de setembro de 1961, com os Dez Mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os Camponeses da Opressão do Latifúndio. No 1º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a 17 de novembro do mesmo ano, essas posições serão defendidas e encaminhadas como resoluções do encontro. (BASTOS, 1984, p. 75)

O documento apresentado durante a primeira campanha a favor da Reforma Agrária (setembro de 1961) testemunhou a expansão do movimento a nível nacional; no entanto, foi exatamente com isso que se fechou um importante período de luta legal do campesinato. A partir deste momento, o objetivo da luta tornou-se a reforma agrária. Poucos meses depois, em novembro de 1961, foi realizado em Belo Horizonte o 1º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, no qual a ULTAB (União dos Lavradores Trabalhadores Agrícolas do Brasil), a entidade organizadora, apesar de representar uma minoria, foi capaz de impor seu ponto de vista sobre a assembleia: a defesa do que chamou de uma reforma agrária radical, sem passar por quaisquer reformas graduais. Este sucesso também foi facilitado pelo clima de agitação política que atravessava todo o país nesse período: além do nascimento, naqueles anos, de diversas associações de trabalhadores rurais, entre 1959 e 1961, havia numerosos encontros regionais e nacionais (BASTOS, 1984, pp. 78-79). Além disso, a declaração de Belo Horizonte foi complementada por resoluções sobre importantes temáticas políticas e econômicas, tais como aqueles em torno da questão nacional, e daquela desenvolvimentista. Este Congresso marcou o início de uma nova fase de organização dos trabalhadores rurais, desta vez sob a influência de três forças fundamentais: a Ligas Camponesas, a Igreja Católica e o Partido Comunista (PCB) (LOSANO, 2007, p. 87).

Se por um lado a reforma agrária radical se transformou no princípio estratégico da luta camponesa, tornando-se popular entre as massas rurais, por outro lado as ligas começaram a ser objeto de práticas repressivas e repetidas por diferentes partes. Mas não devemos esquecer que a burguesia, também, estava avançando sua proposta de reforma agrária: ela, de fato, era entendida tanto como um fator para o desenvolvimento econômico do mercado interno e, portanto, de desenvolvimento da indústria de produção de bens de consumo e de

bens de produção, quanto como uma chance para resolver os problemas de abastecimento mercantil das cidades e de absorção da mão de obra em excesso que a indústria não era capaz de empregar. Com a declaração de Morro Alto<sup>7</sup> a burguesia deu um formato final a seu projeto, mostrando-se preocupada com as agitações que ameaçavam a inviolabilidade da propriedade privada não só da terra mas também dos meios de produção (BASTOS, 1984, p. 88).

Neste período o país enfrenta uma crise pré-golpe do 64, a qual foi provocada, conforme Mendonça, por vários fatores: no campo econômico, pelo modelo de capitalismo brasileiro apoiado no Estado e no investimento direto estrangeiro; no campo político, pelas pressões de frações de classe dominantes contra o governo democrático-popular; finalmente, por problemas de natureza social, ou seja, pelo surgimento de um movimento de massa em defesa dos seus direitos (MENDONÇA, 2010, p. 35). A partir dos anos 50 aumenta o número de trabalhadores expulsos dos campos, como resultado da aceleração do modelo capitalista e da industrialização da agricultura. As massas que foram engrossar as fileiras do exército industrial de reserva nas regiões urbanas favoreceram a expansão capitalista através de baixos salários (MENDONÇA, FONTES, 1996, p. 26).

Com o golpe de 64 os movimentos populares foram derrotados e reprimidos, enquanto se afirmou a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos do capital (MENDONÇA, FONTES, 1996, p. 37). Entre os primeiros atos do governo militar destaca-se a promulgação por Castelo Branco do Estatuto da Terra que previa medidas de cunho reformista para resolver a crise econômica através da reforma fundiária, o crescimento de uma classe média rural consumidora de produtos industriais e a ampliação do mercado interno ao fim de neutralizar os conflitos sociais (MENDONÇA, 2010, p. 37).

---

<sup>7</sup> Programa de política agrária com o objetivo de proteger e estimular a produção rural e beneficiar proprietários e trabalhadores.

Se por um lado esse estatuto gerou condições para a desapropriação de terras, por outro levou ao desenvolvimento tecnológico no campo e, com isso, intensificou a urbanização, aumentando os conflitos no meio rural e na cidade, junto com a defesa do direito absoluto à propriedade privada da terra:

a essência do debate sobre a reforma agrária, originário do estatuto da terra e com seus ânimos acirrados na “nova república” com o Pnra, não é a expectativa de um novo modelo de desenvolvimento econômico que poderia ser engendrado no meio rural brasileiro com a sua implantação, mas, sim, a defesa do direito absoluto à propriedade privada da terra, como condição sine qua non da existência da classe dominante no meio rural (MENDONÇA, 2010, p. 13)

As políticas de trabalho adotadas a partir do golpe constrangeram os trabalhadores a uma maior subordinação à disciplina de fábrica. Se a política de trabalho e dos salários permitiram altas taxas de crescimento desde 68, deve-se ressaltar que aqueles que pagaram o maior custo social foram os trabalhadores, com a erosão dos salários reais e a deterioração das condições de vida. Os salários aumentaram desproporcionalmente e de modo desigual, abrindo-se um leque salarial que pode explicar, também, a concentração da renda verificada no país entre 1960-1980 (MENDONÇA, FONTES, 1996 pp. 26-28). Durante os governos militares, o Estado assumiu um papel fundamental na promoção da concentração de capital, através de medidas justificadas pela necessidade de combater a inflação, como a contenção salarial, o favorecimento da institucionalização dos preços decididos pelos oligopólios, o aumento das tarifas dos serviços públicos e o aumento da tributação indireta. Os setores da economia como as empresas de pequeno e médio porte foram incapazes de competir com as empresas com uma alta concentração de capital e muitas vezes foram absorvidas por multinacionais: “aquelas empresas cuja produtividade garantia preços unitários abaixo dos demais tinham fôlego para manter-se, enquanto as

menores foram gradualmente eliminadas, completando-se o 'saneamento' e a monopolização da economia brasileira” (SINGER, 1977, p. 88).

Ao mesmo tempo, as universidades e os centros de pesquisa passaram a transferir conhecimentos visando orientar o país para um processo de industrialização da agricultura e da extensão da monocultura, que passava por um processo de educação e preparação do campesinato para o progresso tecnológico. A implementação destas políticas de desenvolvimento previa a introdução no cultivo de novos meios tecnológicos (máquinas agrícolas, sistemas de irrigação, sementes melhoradas e modificadas e agrotóxicos), que rapidamente tornaram a agricultura menos dependente da terra e do trabalho e sempre mais das indústrias dos novos sistemas de produção (CAPORAL, COSTABEBER, 2004). A industrialização da agricultura consistiu, também, no aumento do consumo da água e de energia não renovável, particularmente no setor pecuário intensivo.

Além de ter provocado a migração dos trabalhadores rurais para os maiores centros urbanos, o período da ditadura levou a uma industrialização da agricultura financiada pelo Estado. O apoio estatal através os Complexos Agro-Industriais (CAIs, Complexos Agro-Industriais) se tornou o modelo “moderno” de desempenho e produtividade respondendo, por um lado, pela implantação do capitalismo no campo e, por outro, pela cristalização de dois padrões de produção rural vistos como polares: o capitalista (dos CAIs) e o da produção familiar (tida como “disfuncional”, “incompatível” ou simplesmente “inviável”) (MENDONÇA, 2008, p. 105). Para a agricultura brasileira a instalação destes Complexos Agro-Industriais significou vincular-se, por um lado, à indústria produtora de insumos e de máquinas agrícolas, por outro lado, às “indústrias responsáveis pela transformação industrial, distribuição e comercialização dos produtos agropecuários” (COLETTI, 2005, p. 49).

Os CAI's – hoje mais conhecidos como “agronegócio” (agrobusiness) – foram o pilar fundamental de sustentação do que foi denominado de “modernização compulsória” da agricultura brasileira. A utilização do termo – compulsória – deve-se, em grande parte, ao fato de que o processo de consolidação dos CAI's teve na política econômica do Estado ditatorial militar, através do crédito subsidiado, seu principal pilar de sustentação (MORAES, COLETTI, 2006, p. 4).

O apogeu do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro foi marcado, assim, por duas características: a geração de profunda desigualdade e exclusão e a hipertrofia de um aparato institucional que, segundo Martins (1984) “militarizou a questão agrária”, respaldando grandes proprietários e o agronegócio. Até mesmo o termo latifúndio passou por uma mudança de sentido: se, no passado, se referia ao tradicional coronel proprietário de extensos terrenos improdutivos, revela hoje, no entanto, grupos econômicos de diversas origens, especialmente pertencentes à burguesia em fase de concentração de seus negócios (MENDONÇA, 2008, p. 105).

Na década de 70 a ditadura militar promoveu o crescimento acelerado da economia que levou inevitavelmente a um desenvolvimento desigual da classe trabalhadora urbana e, no campo, a um crescimento do trabalho assalariado e sazonal associado a um aumento da migração interna para áreas que necessitavam de trabalhadores para a expansão agrária. Fomentavam-se as condições para a complexificação da monopolização do capital no país, pela abertura da economia para a participação ainda maior de capitais estrangeiros, consolidando o famoso tripé (Estado/multinacionais/grandes empresas nacionais) (FONTES, 2010, p. 317). Os grandes investimentos protagonistas dessa nova fronteira agrícola apontaram para um tipo de modernização com base na extensão da monocultura, tal como aquela da soja e da cana-de-açúcar, sob o controle de capitais altamente concentrados. Foi priorizada a agricultura capitalista em detrimento da camponesa: por um

lado, o governo ditatorial oferecia aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais: por outro lado, arrochava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão com o despejo das famílias camponesas e impedia sua participação no processo político.

Dessa maneira, a miséria do trabalhador rural, problema central da questão agrária brasileira nos anos 1950 e 1960, vai se transformando em miséria do trabalhador urbano nas décadas de 1970 e no início dos anos 80.

O projeto de desenvolvimento adotado pela ditadura militar e o avanço do capitalismo no campo, além de aumentar a miséria, a acumulação e concentração da riqueza com expropriações e expulsões da terra dos trabalhadores rurais, aumentaram os problemas políticos e econômicos, “causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o boia-fria” (FERNANDES, 2000, p. 41). A aliança militares-burguesia tratava a questão agrária como um fator marginal enquanto em meados da década de setenta, se tornou um dos problemas principais para o governo ditatorial (FERNANDES, 2000, p. 43).

Este tipo de problemas conduziu ao crescimento de três frentes de lutas, como analisado por Fernandes: a primeira frente era aquela dos assalariados e bóias-frias que pediam a aplicação da legislação trabalhista, se organizavam em sindicatos e através de greves negociavam com os capitalistas as condições de vida e trabalho. Uma segunda frente era aquela representada pelos posseiros, com formas de organização localizadas não institucionalizadas, que lutavam contra a expropriação, contra o grileiro “que usurpa a Lei e por esta é protegido”. Enfim, a terceira frente era aquela dos camponeses sem-terra ou com pouca terra que combatia pela conquista da terra, pela reforma agrária e pela transformação da sociedade, colocando em questão o modelo de desenvolvimento e de produção

capitalista e o sistema de propriedade (FERNANDES, 2000, p. 45).

Um outro fator muito relevante para a compreensão do período foi a colonização de novos territórios, em particular na região Norte do país, que a partir da década de 1970, teve como objetivo “promover o povoamento daquela região por motivos de 'segurança nacional', isto é, canalizar as populações rurais do Nordeste, tornadas excedentes pela extrema concentração da propriedade, para a Amazônia”<sup>8</sup> (COLETTI, 2005, p. 58). Estes projetos de colonização oficial fracassaram por diferentes causas, entre as quais, a falta de assistência técnica, financiamentos, alimentos e assistência médica e muitas vezes transformaram-se em escândalos nacionais (FERNANDES, 2000, pp. 45-46). O Estado, junto com empresas privadas e órgãos públicos, adotou o projeto da colonização para não enfrentar o tema da reforma agrária e manter o domínio sobre a questão agrária (FERNANDES, 2000, p. 45). Conforme Coletti, justamente esta questão agrária não resolvida, enquanto foi resolvida a questão agrícola, relativa à produção, constituirá a base da retomada da luta pela terra no final da década de setenta e do surgimento do MST:

Esse trabalhador urbano, de origem rural ou não, vivendo nas periferias das cidades em condições de vida extremamente precárias e, como dissemos, com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho urbano, não vai estranhar a possibilidade de volta ao campo como uma saída para a sua difícil situação. Saída, nesse caso, não individual, mas coletiva – a volta ao campo deveria ocorrer na condição de integrante de um movimento social de luta pela terra, no caso, do MST – e estaria atrelada à posse de um pequeno lote de terra, sob a condição de assentado rural (COLETTI, 2005, p. 57).

---

<sup>8</sup> Como afirma o mesmo autor, trata-se de algo “semelhante ao que ocorreu, depois, com os 'colonos' do Sul, sobretudo os de áreas de tensão social grave. Os 'colonos retornados' desses projetos fracassados, no Rio Grande do Sul, por exemplo – no final da década de 1970 e início da de 1980 – passaram, assim, a ter um papel político importantíssimo de denúncia de que a colonização era, na verdade, uma falsa alternativa à conquista da terra na própria região de origem”. (COLETTI, 2005, p. 58)

### 1.1.1 O MST e a criação da Copava

Em 1984, no Brasil, acontecia o Primeiro encontro nacional dos trabalhadores rurais Sem Terra que deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Romagnoli (2008) o MST surgiu graças à concomitância de três fatores fundamentais: a crise econômica do final dos anos 70, o clima de crescente oposição à ditadura militar e à ação da Igreja, que abandonou seu apoio ao regime para convidar os fiéis a se juntar à luta dos fracos para a redenção, renunciando ao milenar fatalismo católico.

Conforme a tese do Coletti, o surgimento do MST foi a consequência de dois fatores em particular: em primeiro lugar, “uma questão agrária não resolvida” para a qual precisava uma reforma agrária que resolvesse a questão da concentração da terra e, em segundo lugar, pela falta, naquele momento histórico, de um “sindicalismo oficial no campo” que fosse efetivamente capaz de “mobilizar e organizar” os trabalhadores rurais (COLETTI, 2005, p, 27). Por ocasião de uma entrevista com um assentado da Copava sobre o tema<sup>9</sup>, ele afirmou que na época havia sindicatos de trabalhadores rurais que então defendiam os interesses daqueles que estavam empregados como assalariados no campo mas não existia alguém que representasse os sem-terra. O MST surge como um movimento de luta pela terra, valendo-se da ocupação de propriedades como forma de obtenção do acesso à terra. Quando a reivindicação é atendida, criam-se assentamentos<sup>10</sup>. A ocupação que dá origem ao

<sup>9</sup> Entrevista com José Aparecido Ramos, comumente chamado de Zezinho, realizada em outubro de 2014 em Itapeva.

<sup>10</sup> Menciona a definição de assentamento utilizada pelo MST: “uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e/ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que ganha vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federais e ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária” (OS ASSENTAMENTOS, <http://www.mst.org.br/node/8606>).

assentamento em que se constitui a Copava ocorreu antes mesmo da criação do MST, como veremos a seguir.

A fazenda Pirituba, localizada nos municípios de Itapeva e Itaberá, Estado de São Paulo, possui 17.420 hectares (THOMAZ, 2010, p. 67) e foi incorporada em 1950 ao patrimônio público estadual por causa de uma dívida da Companhia Agrícola e Industrial de Angatuba com o Banco do Estado de SP. Em seguida, o governo paulista tentou implementar vários projetos para destinar tal área ao uso agrícola, entre os quais “a implementação de um programa de introdução da cultura de trigo na agricultura paulista” e para a instalação de uma colônia de migrantes italianos (COSTA, BERGAMASCO, 2003, p. 126; AA.VV., 2005, p. 36). O responsável encarregado por desenvolver este tipo de trabalho, porém, não respeitou o previsto no programa e “acabou por arrendar as melhores áreas da fazenda para um grupo de pecuaristas, conhecidos por 'boiadores’”. A parte restante da área foi arrendada “para 190 famílias de pequenos lavradores que ali residiam há muitos anos, mediante o pagamento do foro” (AA.VV., 2005, p. 36). Na década de 70 começou o projeto Pirituba I e a Fazenda foi transferida da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) para a Assessoria de Revisão Agrária (ARA), ambos órgãos vinculados à Secretaria da Agricultura, com o objetivo de conceder títulos para os 160 lavradores residentes na área. No entanto, os boiadores resistiram à perda das terras que dominavam, mantendo cerca de cinco mil hectares da fazenda (AA.VV., 2005, p. 36). As terras da fazenda Pirituba estavam arrendadas para grandes capitalistas, mas pertenciam ao governo do Estado de São Paulo. Depois de anos de disputas judiciais, inquéritos administrativos e sindicâncias, em 1982 ocorreu a primeira ocupação de uma das áreas dos “boiadores”, por

parte de 40 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, os quais foram expulsos por jagunços depois de quatro meses. Em 1983 ocorreu uma segunda ocupação que logo foi despejada por uma decisão judicial. Enfim, em 1984 uma ocupação de 250 famílias foi reconhecida pelo Governo do Estado como situação de conflito: o próprio governo “solicitou junto ao Poder Judiciário, em caráter emergencial, o despejo dos pecuaristas e a autorização para assentar 180 famílias de agricultores sem-terra. A liminar de seqüestro das áreas foi concedida na 2ª Vara de Itapeva, como também foi aprovada judicialmente a saída dos “boiadeiros” (AA.VV., 2005, p. 36). Naquele momento, o Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) implementou os dois primeiros assentamentos, a área 1 e 2, formados por 160 famílias do municípios da região e do norte do Estado do Paraná.

Segundo Morissawa (2001, p. 134):

A primeira ocupação se deu em 1981, terminando com o despejo pela Polícia Militar e pelos jagunços dos arrendatários. Em 1983, com a posse de Franco Montoro no governo do estado e a nomeação de José Gomes da Silva para a Secretaria da Agricultura, foi implantado um projeto de regularização das terras do estado. No primeiro semestre daquele ano, os sem-terra ocuparam novamente a Pirituba, mas foram despejados em uma semana. A comissão do governo criada para resolver o conflito fracassou contra os múltiplos interesses políticos e econômicos envolvidos. Um ano depois, na última ocupação local da década, os arrendatários não conseguiram expulsar os sem-terra judicialmente e partiram para a violência. O governo, para evitar o agravamento da situação, retomou a área e deu início ao processo de assentamento. Foi a primeira vitória dos sem-terra no estado nos anos 1980.

A ocupação da área 3 não foi fácil: a primeira tentativa foi bloqueada pela polícia militar, obrigando as famílias a viver por dois meses na beira da estrada. A segunda ocupação, que foi bem sucedida, foi decidida ao redor de uma mesa por uma comissão

constituída por trinta pessoas, incluindo representantes de bairros e de distritos como Itapeva, Itaberá e Itararé, alguns sindicalistas e membros da Igreja católica. Após dois meses, ao amanhecer, cerca de três centenas de famílias conseguiram entrar na fazenda e montar o acampamento, apesar de ter sofrido por um longo tempo vários despejos e ameaças de jagunços que reduziram pela metade os participantes ao projeto. Em 1987 as 320 famílias tinham sido reduzidas para 78, as que conquistaram uma área hoje conhecida como “vila de baixo”, grilada pelo fazendeiro anterior (THOMAZ, 2010, p. 73-74). As primeiras dificuldades a serem enfrentadas foram sobretudo ligadas à falta de água, que estava disponível apenas nos bosques distantes no meio do mato e as fortes chuvas que ameaçavam destruir as barracas de lona temporárias. Na área 3 ocupada, por fim, entraram algumas famílias que já viviam na Fazenda Pirituba, “rendeiras dos grupos de latifundiários que grilaram grandes porções de terra” (THOMAZ, 2010, p. 72).

No final da década de noventa havia na área Pirituba cinco áreas, entre assentamentos e pré-assentamentos.

Projeto de Assentamento	Município	Data de Início	Nº de Lote	Área Total (ha)	Área Agrícola (ha)	Vínculo
Pirituba II Área 1	Itapeva	05/1984	105	2.511,00	1.572,00	Estadual
Pirituba II Área 2	Itaberá	05/1984	55	1.341,00	869,00	Estadual
Pirituba II Área 3	Itaberá	12/1986	73	2.142,00	1.388,00	Estadual
Pirituba II Área 4	Itapeva	02/1991	51	1.097,00	891,00	Estadual
Pirituba II Área 5	Itaberá	09/1991	39	808,00	582,00	Estadual
TOTAIS			323	7.899,00	5.302,00	

Fonte: Banco de Dados/Fundação Itesp

Desde seu surgimento, um dos principais desafios do MST foi o de estabelecer

novas relações de produção no interior dos assentamentos: por esta razão começou-se a discutir a cooperação agrícola como forma de resistência ao sistema econômico, argumento que iremos aprofundar no capítulo dois. A Cooperativa Copava é fruto de um processo bastante lento, que começou em fevereiro de 1986, com uma nova ocupação irregular de uma área na Fazenda Pirituba II, por parte de 106 famílias, as quais foram assentadas pelo governo estadual em dezembro, em uma área emergencial. Após o sequestro da área por parte do Estado, as famílias foram transferidas pelo Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) para o local de assentamento provisório e apenas em 1996 a área 3 foi definitivamente concedida, com 17 hectares para cada família, formando assim a agrovila III.

Tomando como exemplo as experiências das áreas I e II e na tentativa de evitar os mesmos erros, foi criada uma associação de produtores: “Quando se completou o módulo na área 3, algumas famílias saíram da associação e foram morar nos lotes e viver individualmente” (COSTA, BERGAMASCO, 2003, p. 141). Naqueles anos, o MST adotou a prática da cooperação como modelo para a organização das produções nos assentamentos, tanto como ferramenta pedagógica, quanto como meio para permitir “ao trabalhador rural romper com a auto-suficiência e o individualismo, e acreditar no êxito da aplicação da força conjunta na produção e nos serviços ligados à sua atividade”<sup>11</sup>. No assentamento Pirituba, decidiu-se criar uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) com o objetivo “de aumentar a produção e a geração de renda, pois a cooperativa é uma empresa com fins lucrativos, podendo, portanto, comercializar a produção em seu nome, diferentemente da associação, em que mesmo sendo a produção coletiva, a comercialização deve ser feita individualmente” (THOMAZ, 2010, p. 79).

A cooperativa COPAVA (Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida), foi

---

<sup>11</sup> <http://www.mst.org.br/node/8605>

assim fundada em 1993 por 46 sócios que representavam 27 famílias. Conforme Morissawa (2001), a conquista da Fazenda Pirituba representou um marco histórico do MST e umas das primeiras vitórias do movimento no Estado de São Paulo, em um período no qual ainda não existia uma organização ao nível nacional.

Para ser melhor compreendida, a luta do MST e da Copava deve ser analisada à luz do contexto social das décadas de 80, quando ocorre a criação do MST, e de 90, quando completa sua primeira década de existência e a Copava é fundada. Resulta necessário estabelecer uma distinção entre duas fases históricas distintas. A primeira é aquela representada pelo projeto de democratização empreendido, sobretudo, desde os últimos anos da ditadura militar por vários setores da sociedade civil, no qual os movimentos sociais desempenharam um papel chave e avançaram ideias, em seguida, consagradas pela Constituição de 1988; a segunda, é marcada pela imposição do modelo neoliberal e das reformas pró-mercado, processo iniciado pelo presidente Collor após sua eleição, em 1989.

Com o fim do regime militar, o país passa por um processo de alargamento da democracia e de abertura de novos espaços públicos nos quais estão inseridos os protagonistas das lutas democráticas que já duravam duas décadas. Quando fala-se de projeto democratizante é necessário destacar que a demanda por uma nova democracia, por uma partilha do poder, para a ampliação da participação e o reconhecimento dos direitos de cidadania no Brasil, é levada diretamente a partir da sociedade civil e está articulada à luta contra o regime militar. O retorno à democracia formal e a eleições livres abriu novas oportunidades para intervir e participar na vida política. São um exemplo: a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), nascido como “projeto hegemônico popular”, por parte da sociedade e por representar os seus interesses; os Conselhos Gestores de Políticas Públicas,

estabelecidos por lei; e os Orçamentos Participativos, espaços públicos onde o Estado compartilha o poder com a sociedade civil nas decisões administrativas das cidades (DAGNINO, 2004, p. 96). Conforme Montaña e Netto, com a Constituição de 88, houve um avanço social importante, ou seja, a consagração de um novo “pacto social”, resultado de batalhas travadas por duas décadas, que “apontava para a construção de 'uma espécie de Estado de Bem-Estar Social’”.

No que se refere à questão agrária, no início da Nova República foi anunciada a Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) “elaborado com a colaboração de conhecidos defensores da reforma agrária e de dirigentes e assessores sindicais ligados à CONTAG<sup>12</sup> deu-se em meio ao IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais”. O plano elaborado pelo governo Sarney (1985-1990) considerava como umas das prioridades a reforma agrária a ser realizada através da desapropriação por interesse social, da indenização das terras desapropriadas com base no valor declarado para fins do imposto territorial e do estabelecimento de assentamentos enquanto cerne do Programa, com a participação das organizações representativas dos trabalhadores rurais nas diferentes fases do processo (MENDONÇA, 2008, p. 112). Mendonça explica que o Programa “gerou intensos debates e controvérsias tanto de parte dos trabalhadores, quanto dos segmentos patronais”. Os primeiros, representados pelo MST, pela CONTAG, e com o apoio de segmentos da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores (PT), criticavam a versão rural do “pacto social” proposto por Sarney, enquanto, os segundos pretendiam que a

---

<sup>12</sup> No site internet da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que completou 50 anos de fundação em 22 de dezembro de 2013, se lê: “Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009) de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos.” <http://goo.gl/Xc7CIY>

desapropriação sumária fosse substituída pela negociação, o que eliminou o caráter punitivo desta última. Houve também uma polêmica aberta em torno da definição do que seria “imóvel produtivo”, que levou, na redação final do PNRA, a que todo imóvel rural permanecesse preservado da desapropriação, esvaziando seu alcance político desde o início (MENDONÇA, 2008, p. 112). Segundo Coletti, apesar de suas numerosas falhas, o Plano representou um momento histórico fundamental para a expansão dos movimentos de luta pela terra e para a politização dessa luta:

Ainda que a “proposta” do PNRA tenha resultado, mais tarde, na aprovação de um Plano muito aquém das expectativas das forças políticas reformistas; ainda que os trabalhadores rurais tenham sofrido, logo depois, mais uma dura derrota na Constituinte –as normas constitucionais aprovadas, referentes à questão agrária, eram mais retrógradas que o Estatuto da Terra dos militares –, tratou-se, sem dúvida alguma, de um momento histórico fundamental não apenas para a expansão e consolidação do MST, mas também para a politização da luta pela terra no Brasil. (COLETTI, 2005 , p. 14)

A bancada ruralista foi bem-sucedida ao introduzir a noção de “propriedade produtiva”, isenta de desapropriação, na Constituição de 88. Por outro lado, os movimentos sociais do campo conseguiram aprovar o preceito constitucional sobre a função social da terra, bem como estender a seguridade social ao meio rural (MARQUES, 2006, p. 185). Apesar de alguns retrocessos, a Constituição de 88 promoveu um avanço social importante, ou seja, a consagração de um novo “pacto social”, resultado de batalhas travadas por duas décadas, que “apontava para a construção de 'uma espécie de Estado de Bem-Estar Social'” (MONTAÑO, 2002, p. 35). Esses resultados positivos foram, porém, rapidamente questionados pela nova aliança neoliberal que, na década de 90, impôs sua hegemonia no país.

Sobretudo após a eleição do presidente Collor, iniciou-se um processo de implementação de um projeto de mudança do Estado no sentido neoliberal, que transfere suas responsabilidades sociais para a sociedade civil (DAGNINO, 2004, p. 96). A privatização da Seguridade Social e das políticas estatais levaram a uma re-mercantilização dos serviços sociais, os quais, transformados em mercadorias, passam a ser vendidos aos consumidores, em uma lógica que transforma um serviço num fornecimento empresarial e o cidadão, com uma determinada renda, em cliente. A redução da intervenção do Estado promove uma redefinição das suas modalidades de resposta às necessidades sociais e favorece, por um lado, uma demanda pelo lucro privado, enquanto por outro, estimula a ação voluntária e filantrópica do Terceiro Setor. Nesse modo, o Estado passou a satisfazer apenas uma parte muito pequena destes serviços, com foco na população mais carente, enquanto o resto das tarefas foram atribuídas ou para o terceiro setor, todavia financiado pelos governos e por outros organismos internacionais, ou privatizadas e fornecidas como serviços comerciais<sup>13</sup>. Constituem-se, assim,

*três modalidades de serviços de qualidade diferente – o privado/mercantil, de boa qualidade, o estatal/”gratuito”, precário, e o filantrópico/voluntário, geralmente também de qualidade duvidosa – e, portanto, três categorias de cidadãos, os “integrados/consumidores de serviços mercantilizados, os “excluídos”/usuários de serviços estatais precários, focalizados e descentralizados, e os “excluídos”/assistidos pela caridade e filantropia do “terceiro setor” (MONTAÑO, 2002, p. 197-198).*

Esse processo se desenvolve paralelamente aos projetos democratizantes forjados no bojo da resistência democrática e de luta contra a ditadura, que aspiravam à afirmação da cidadania como “*estratégia política*”. Partindo de uma concepção oposta àquela liberal, que baseia-se na idéia do “*direito a ter direitos*”, essas lutas inventaram e criaram novos direitos

---

<sup>13</sup> É possível perceber o mesmo rumo na Itália atual, seja com a retirada do Estado dos setores que sempre foram públicos, seja nas novas legislações que estão sendo discutidas pelo Governo Renzi (fevereiro de 2013 a atualidade, novembro 2014) sobre o Terceiro Setor.

com base na suposição de que a cidadania exige a formação de sujeitos sociais ativos que lutam pelo seu reconhecimento como “estratégia dos não-cidadãos, uma cidadania 'de baixo para cima’”. Tais experiências, além de estabelecer e difundir uma “cultura de direitos”, propuseram-se a redesenhar novas formas de sociabilidade, relações sociais mais igualitárias capazes de integrar as diferenças e para empurrar a sociedade para “um processo de transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo [...] O que está de fato em jogo é o *direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema*, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade” (DAGNINO, 1994, p. 107-112).

Desse modo, verifica-se a “confluência perversa” entre dois projetos, que, apesar da diversidade de propósitos, compartilham a necessidade para sua implementação de uma sociedade civil *ativa e propositiva*: o primeiro, aquele de demandas e concessões para o alargamento da participação; o segundo, da implementação do projeto neoliberal e a transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil. (DAGNINO, 2004, p. 96).

Na nova configuração do Estado, em conformidade com as políticas de encolhimento de suas tarefas e com a restrição dos direitos sociais, a “questão social” é alterada para virar uma responsabilidade dos mesmos portadores de necessidades: muda-se o “padrão de resposta social à questão social (típica do Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autoresponsabilização do cidadão e da comunidade local para esta função (MONTAÑO, 2002, p. 185).

O risco que se corre, e que é colocado em questão pelos movimentos sociais e pelas incipientes experiências da sociedade civil, é se a participação defendida pelo projeto democratizante realizado com a Constituição de 1988, com o objetivo de reduzir a exclusão

social, não acaba fazendo o jogo do modelo econômico e social contra a qual teoricamente lutam. A “confluência perversa”, como definida por Dagnino, leva ao “obscurcimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa” (DAGNINO, p. 97-99).

A adoção do modelo neoliberal também levou a uma redefinição do conceito de sociedade civil e um envolvimento mais amplo desta última, não mais nos movimentos sociais, que foram marginalizados e muitas vezes criminalizados, mas no novo papel das ONGs, fundações empresariais e, em seguida, do Terceiro Setor. O conceito de sociedade civil, portanto, passa praticamente a coincidir com aquele das ONGs e do Terceiro Setor, as quais “são frequentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil” (DAGNINO, p. 100, 101). Deve ser dito que, com as crises político-econômicas na África e na Europa Oriental pós-89, os recursos disponibilizados pela Cooperação Internacional para as ONGs latino-americanas começaram a escassear, por isso, também as mesmas organizações passam a considerar o Estado uma forma de parceria e angariamento para a execução de seus projetos (BARBOSA, 2006, p. 179).

Isso altera as concepções e formas de atuação dos movimentos sociais, produz conflitos e contradições em seu interior.

### **1.1.2 Copava: características da organização**

A Cooperativa Copava, surgida com base no modelo das CPAs (Cooperativas de

Produção agropecuária) propostas naquela época pelo movimento, como veremos no capítulo dois – quando iremos analisar os projetos cooperativistas do MST –, possui capital e terra comum e o trabalho é organizado por setores segundo uma divisão técnica. No estatuto da cooperativa é permitido aos membros das famílias associarem-se de forma individual, mas desde a fundação foi prevista a possibilidade de apenas três pessoas por família trabalharem, pois a cooperativa não é capaz de absorver todo mundo. Essa limitação foi uma forma de garantir uma distribuição equitativa entre os assentados. Os associados da cooperativa perfazem, então, 27 famílias e 52 sócios. É permitido mudar de um setor para um outro, após o consenso dos associados. Os setores são dez:

1. horta orgânica: aqui trabalham dez pessoas que se ocupam da produção de hortaliças, da colheita e da preparação das caixas com produtos, para entrega às famílias assentadas e para os programas do município de que a Copava participa e dos quais iremos falar no capítulo 3 sobre os créditos e as relações com o Estado.
2. Padaria: três pessoas trabalham na terça-feira e no sábado para produzir o pão, para as famílias da cooperativa e para os compradores do mercado. Cada família tem direito a quatro pães por adulto, duas vezes por semana.
3. Mercado do assentamento: é uma loja onde trabalham quatro pessoas e onde são vendidos produtos da Copava, como feijão, arroz, carne de suínos, entre os outros, e produtos alimentares genéricos e artigos domésticos.
4. Cozinha: é gerida por três mulheres que preparam o café da manhã, o almoço e a merenda da tarde para os compradores dos marmitex que se dirigem à agrovila para adquiri-los, para os visitantes da cooperativa, para os assentados que as pedem e para as entregas em outras agrovilas aos arredores. Em 2014, quando estava sendo construído um secador para os feijões, os operários recebiam as refeições como

forma de pagamento.

5. Bar: ponto de agregação da agrovila, também frequentado por pessoas das outras agrovilas, é gerido por duas pessoas e encontram-se ao lado do mercado, no centro do assentamento.
6. Produção de leite: nesse setor trabalham quatro pessoas, que acompanham as diferentes etapas: a ordenha, a refrigeração e o armazenamento do produto. Uma parte do leite é entregue para o consumo de cada família cooperada enquanto uma outra parte é vendida para uma empresa de transformação que produz iogurte e queijos.
7. Lavoura: trata-se da produção de arroz, feijão, milho, trigo e soja, inteiramente mecanizada, que envolve 18 pessoas do plantio à colheita.
8. Cachaçaria: nascida para abastecer a agrovila, nela trabalha apenas uma pessoa que produz cachaça para ser vendida também no bar do assentamento ou em feiras e possui um nome notável: cachaça *A socialista*. No selo há um desenho em que é representado um círculo feito de pessoas, os cooperados, dentro do qual há um sol, o sol do porvir, a agrovila e o alambique. Se lê, “produto da reforma agrária. Produzido e engarrafado pela Copava sem exploração da força de trabalho”.
9. Escritório: neste setor trabalham cinco pessoas e ocupam-se de todas as questões burocráticas, das contas, das relações com os interessados em visitar a cooperativa, das normas sobre créditos, projetos públicos, etc.
10. Oficina: uma pessoa ocupa-se das reparações das máquinas agrícolas.

Cada setor possui um coordenador que representa o grupo nas reuniões quinzenais e levanta os eventuais problemas ou necessidades. Os setores dizem respeito a todas as dimensões necessárias para, em primeiro lugar, abastecer as famílias e foram se

desenvolvendo justamente neste rumo. Os projetos da Copava avançam continuamente para aperfeiçoar o funcionamento da cooperativa, a produção e permitir a possibilidade de envolver as novas gerações no trabalho comunitário. Neste momento (novembro de 2014) está em construção um secador para sementes para poder secar os feijões, para que não haja necessidade de terceirizar esta tarefa. Outro projeto é aquele de construir um restaurante onde os assentados possam comer juntos nos dias de trabalho e que sirva também para as outras agrovilas. Cumpre esclarecer que a agrovila III está situada no meio de um território onde há apenas plantações e a primeira cidade fica a 20 km, dos quais os primeiros são de estrada de terra.

A diversificação da produção permite reduzir os riscos ligados à especialização em um único produto e garante renda o ano todo, tendo produtos para vender no decorrer de diversos períodos do ano, e nos períodos de flutuação na demanda ou perdas na colheita. Os ganhos dos cooperados são divididos de acordo com as horas trabalhadas: “trata-se de uma relação entre o total da produção pelo total de horas trabalhadas” (COSTA, BERGAMASCO, 2003, p. 141). Além disso, cada cooperado tem direito a um adiantamento mensal e a uma cota de gêneros de subsistência. A terra que pertence à Copava é de 189 alqueires e cada família possui em concessão de uso 7 alqueires e tem à disposição uma parcela no fundo da casa, destinada à produção individual.

No Estatuto estão escritos os princípios que orientam a cooperativa:

**DO OBJETIVO SOCIAL:**

Art. 2º. A cooperativa terá por objetivo principal propiciar aos seus cooperados, pequenos agricultores assentados, a possibilidade do desenvolvimento da produção agropecuária, a educação cooperativista e ajuda mútua. Procurará, ainda, e por todos os meios, fomentar a defesa e expansão do cooperativismo de produção agropecuária.

Parágrafo 1º. Estabelece como meta a consecução dos seguintes objetivos:

- a) Coordenar a produção agropecuária dos seus cooperados;
- b) Comprar e vender insumos e produtos agrícolas;
- c) Desenvolver métodos modernos de produção agropecuária, respeitando o meio-ambiente;
- d) Garantir o transporte dos bens e da produção agropecuária
- e) Implantar sistemas de agroindústria para produtos de interesse;
- f) Padronizar e comercializar a produção agropecuária do período;
- g) Realizar operações de repasse de créditos ou venda a prazo;
- h) Prestar serviços relacionados ao desenvolvimento da produção agropecuária e bem estar de todos;
- i) Prestar assistência técnica;
- j) Comercializar bens de consumo das famílias assentadas e cooperadas;
- k) Garantir a oportunidade de trabalho a todos.

Parágrafo 2º. são ainda objetivos da Cooperativa:

- a) Prestar assistência social e educacional aos associados, e respectivos familiares; dentre de suas possibilidades financeiras;
- b) Proporcionar via convênio com Sindicatos, Universidades, Cooperativas, Prefeituras e outros órgãos, benefícios aos associados;
- c) Promover, mediante convênios com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico, profissional geral, visando à divulgação, formação, treinamento, qualificação e requalificação profissional das pessoas em prol do desenvolvimento do cooperativismo;
- d) Poderá ser utilizada as áreas dos cooperados, áreas arrendadas ou aquelas que a cooperativa vier a possuir para o desenvolvimento dos objetivos da produção agropecuária: 1) entende-se por áreas dos cooperados aquelas obtidas por meio de autorização, permissão ou concessão de uso do seu respectivo titular; 2) áreas obtidas por meio de instrumento de compromisso de compra e venda;
- e) A cooperativa apoiará as iniciativas relacionadas com a promoção e implantação da REFORMA AGRÁRIA.

Parágrafo 3º Em todos os aspectos de suas atividades, serão rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e de indiscriminação religiosa, racial e social.

Os cooperados recebem o salário com base nas horas trabalhadas e no final da lavoura, que acontece no mês de julho ou agosto, são acertadas as contas entre cooperativa e cooperados. Cada cooperado recebe como direito, cada mês, um vale de R\$ 200,00, que ele pode gastar como dinheiro vivo, para suas compras também no mercado da Copava, a Mercopava, onde tem descontos para os cooperados. Uma cooperada entrevistada, de nome Marisa, disse que, por ela, poder ter este dinheiro é muito importante porque é possível guardar um valor de que pode precisar no futuro enquanto a cooperativa é organizada para abastecê-la de tudo o que precisa para a alimentação, inclusive bolos e cachaça. As palavras de Marisa são exatamente estas: “eu gosto da cooperativa por isso. Sabe, a gente não tem dinheiro igual a um empregado, todos os meses. Mas a gente tem uma alimentação muito mais saudável, um companheirismo, um compromisso, uma troca. Você tem uma base firme”<sup>14</sup>. A produção de cachaça nasceu como proposta, justamente, para conseguir satisfazer a todas as “necessidades” dentro do assentamento e quem se ocupa do alambique é Zezinho<sup>15</sup>, um dos secretários da cooperativa que, aliás, é abstinente. Toda a produção é pensada para a sobrevivência das famílias e o excedente é para ser comercializado.

Os órgãos que constituem a cooperativa são a Assembléia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A Assembléia Geral é o órgão supremo da sociedade, que pode tomar decisões sobre “os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos”. O *quorum* mínimo, escrito no Estatuto, para a instalação da Assembléia Geral é de dois terços dos associados na primeira convocação, metade e mais um na segunda e mínimo de dez integrantes na terceira. A Assembléia Geral é habitualmente convocada pelo

---

<sup>14</sup> Entrevista realizada em Itapeva em outubro de 2014.

<sup>15</sup> Seu nome completo é José Aparecido Ramos.

Presidente, após deliberação da Diretoria Executiva que a preside, que por sua vez pode ser solicitada por um quinto dos associados. Cada ano realiza-se uma Assembléia Geral Ordinária que delibera sobre as “prestações de contas do exercício social anterior, compreendendo o relatório da gestão, os Balanços e Demonstrativos da Conta de Sobras e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal” (ESTATUTO). Nesta ocasião são destinadas as sobras ou repartidas as perdas, são eventualmente eleitos cooperados para cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, delibera-se sobre planos de trabalho formulados pela Diretoria Executiva e eventuais fundos a ser criados. As deliberações são tomadas pela maioria simples de votos.

A Assembléia Geral Extraordinária pode ser realizada cada vez que precisar deliberar sobre assuntos de interesse da cooperativa, como: “a) Reforma do Estatuto; b) Fusão, incorporação e desmembramento; c) Mudança de objetivos; d) Dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação de liquidante(s); e) Votação das contas do(s) liquidante(s)” (ESTATUTO).

A Diretoria Executiva é composta de seis membros Efetivos: o Presidente, o Vice Presidente, o 1º Tesoureiro, o 2º Tesoureiro, o 1º Secretário e o 2º Secretário, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de quatro anos, com a obrigação de renovar no mínimo um terço dos Diretores. O Estatuto é bem claro em afirmar quem são as pessoas inelegíveis e apresenta uma série de restrições que impedem a candidatura de um associado <sup>16</sup>. Os eleitos como Diretores de Cooperativas, “seja componente da Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, Efetivos ou Suplentes gozarão das garantias asseguradas aos Dirigentes Sindicais, pelo artigo 543 da CLT, Decreto Lei nº 5.452, de 01.05.1943” (ESTATUTO). A

---

<sup>16</sup> No Estatuto está escrito que “São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei [...] o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.” [...] “... os parentes entre si até 2º grau, em linha reta ou colateral.” (ESTATUTO Copava)

tarefa da Diretoria Executiva é fornecer “Resoluções ou Instruções” a serem propostas à Assembléia Geral.

O Presidente é o supervisor da Cooperativa e como seu representante cumpre as decisões da Diretoria Executiva. Ele assina, com o Tesoureiro ou Secretário, os cheques, os contratos, convoca as Assembléias Gerais, e representa a Cooperativa em eventual Juízo. O Vice-Presidente, além de substituir o Presidente no caso de seus impedimentos, o auxilia na administração e representação da Cooperativa. Como já vimos, o Tesoureiro assina em conjunto com o Presidente e o 2º Tesoureiro substitui ou auxilia o 1º Tesoureiro. O secretário lavra as Atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva e cuida a parte da correspondência emitida e recebida pela Cooperativa, informando os interessados do que foi recebido e emitido. O 2º Secretário substitui ou auxilia o primeiro no exercício de suas atribuições.

O Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e três suplentes, ocupa-se de fiscalizar as operações e as atividades relativas à administração da Cooperativa. Reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente quando necessário. Suas deliberações são relatadas em tópicos principais e transcritos nas Atas respectivas, “lavradas em livro próprio e assinadas ao final das reuniões pelos Membros Fiscais presentes”. O Balanço Geral da Cooperativa é levantado anualmente “dentro do exercício social de 1 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

### 1.1.3 A base social da Copava: camponeses ou trabalhadores rurais?

Como mencionado anteriormente, é difícil encontrar uma definição para a figura do camponês que seja válida para diferentes sociedades, como é o caso desta pesquisa. Por esta razão, inicialmente vamos delinear apenas algumas características básicas da condição camponesa e analisar como os cooperados da Copava se consideram, juntamente com as especificidades locais. Primeiro, apropriando-se da definição do mesmo Shanin, a economia camponesa se destaca como economia de subsistência caracterizada pelo trabalho autônomo, na qual muitas vezes a família tem o controle dos meios de produção, e pela qualificação ocupacional multidimensional. As duas experiências que são aqui tomadas em análise coincidem com esta afirmação: no caso da Copava, estamos diante de uma cooperativa em que os meios de produção, incluindo a terra, são administrados de forma coletiva, e o trabalho é organizado pelos próprios trabalhadores de acordo com os princípios da democracia direta.

Uma outra distinção útil para definir o conceito de unidade de produção camponesa é a proposta por Carvalho, engenheiro agrônomo e cientista social, que diferencia o modelo de produção capitalista do modelo camponês. Esta distinção, que tem como referência o caso brasileiro, adapta-se a outras realidades:

Constata-se, então, na dinâmica da agricultura brasileira o confronto entre dois modelos de produção: o modelo capitalista cuja racionalidade está centrada no lucro e tem como estratégia a artificialização e a estandarização dos produtos agrícolas (amplo senso) para a exportação; o modelo camponês de produção cuja lógica é estabelecida pela reprodução social da família e tem como estratégia a diversificação de cultivos e criações, a harmonia entre a ação antrópica e a natureza, e a oferta de alimentos saudáveis. (CARVALHO, 2014).

As unidades de produção camponesas, ao terem como centralidade a reprodução

social dos seus trabalhadores diretos, que são os próprios membros da família, apresentam uma racionalidade distinta daquela das empresas capitalistas, que se baseiam no assalariamento para a obtenção de lucro. Como as famílias camponesas reproduzem a sua especificidade numa formação social dominada pelo capitalismo, e dado que a economia camponesa supõe os mercados, as unidades de produção camponesas sofrem influências as mais distintas sobre o seu modo de fazer agricultura.

A posição de um grupo de sociólogos brasileiros que lidam há muitos anos com o tema do campesinato e movimentos sociais do campo, entre os quais podemos citar Bernardo Mançano Fernandes e Maria de Nazareth Baudel Wanderley, é que neste país sempre houve uma convivência entre diferentes formas de produzir: “que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes” (AA.VV., 2009, p. 11).

No Brasil coexistiram sempre economia fechada e economia de mercado, desde os primeiros tempos coloniais. Daí ter Jacques Lambert podido dividir o país, ainda nos dias de hoje, em um Brasil arcaico e em um Brasil moderno, com base nos dois tipos de economia. A economia fechada não é no Brasil senão raramente o modo de vida de famílias; dá sempre lugar à formação de comunidades denominadas “bairros” dentro das quais há sempre alguma troca de produtos, chegando a se instalarem feirinhas pobres e rudimentares. A economia da sociedade global, porém, é uma economia de mercado, e sempre o foi; as grandes plantações produziram sempre para a exportação, e sua organização exigiu elementos muito diferentes, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista da mentalidade dos próprios indivíduos envolvidos (QUEIROZ, 2009, pp. 57-58).

Temos que acrescentar que no Brasil a estrutura de classes foi sendo conservada e há vários exemplos na história que atestam essa tese. A escravidão é, sem dúvida, o exemplo mais marcante. Quando foi – tardiamente – abolida a escravidão, “os ex-escravos foram abandonados à sua própria sorte, indo constituir o universo do pobres e miseráveis,

hoje, os excluídos” (ALMEIDA, 2000, p. 32).

Mas a escravidão permaneceu, para além de sua institucionalidade, como uma segunda natureza dos brasileiros, que incorporaram no fundo de seu subconsciente a desigualdade social como uma marca indelével separando os ricos e os pobres. A idéia de que os indivíduos nascem todos iguais e com os mesmos direitos permanece sendo algo irreal e abstrato em uma nação dividida entre os cidadãos de primeira e de segunda categoria. A desigualdade foi inscrita a ferro e fogo na mentalidade nacional e o campesinato foi freqüentemente visto “como um resíduo”. No Brasil, “a esta concepção se acrescenta outra que, tendo como modelo as formas camponesas européias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor–escravo e, posteriormente, capital–trabalho”(AA.VV., 2009, p. 9).

Como discutido no capítulo primeiro, o período da ditadura militar no Brasil, que promoveu a revolução verde, levou ao aumento das migrações dos trabalhadores rurais para as cidades maiores em busca de um emprego que o crescimento econômico podia supostamente garantir. Com a chegada da crise da década de 80 esta oportunidade começou a perder força e o retorno ao campo passa a ser uma hipótese, uma “alternativa viável de sobrevivência digna” (COLETTI, 2005, p. 29). Para os outrora expulsos do campo, a ocupação de terras se torna uma forma de ação para retornar à terra:

a ocupação da terra pelos camponeses sem-terra era e é a principal forma de ter acesso à terra. A ocupação tornara-se uma ação histórica do campesinato brasileiro [...] Em seu processo de formação, os camponeses sempre enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros, se opuseram ao Estado representante da classe dominante, que construiu ditaduras para manter seu poder. (FERNANDES, 2000, pp. 28-32)

Conforme Fernandes “a maioria absoluta dos trabalhadores, ex-escravos e imigrantes começaram a formação da categoria, que na segunda metade do século XX será conhecida como sem-terra” (FERNANDES, 2000, p. 28). Mas ainda que os sem-terra, tendo em vista as características gerais apresentadas acima, possam ser compreendidos como parte da condição camponesa, essa definição não é isenta de controvérsias.

Para voltar no caso específico da Copava, é necessário destacar que todos os aderentes da cooperativa são originários da região, e existiam ou se criaram com o tempo relações de parentesco, fato que para os assentados facilitou a continuação do projeto cooperativo. Antes de serem assentados eram, na maioria dos casos, meeiros e operários agrícolas e sempre trabalharam no campo. Os integrantes da cooperativa são pessoas de baixa renda, com pouca escolaridade formal e idade entre 0 e 90 anos. Desde sua fundação a Copava estava interessada “na fixação de jovens no assentamento e [n]a inserção das mulheres no processo produtivo visando à participação e igualdade de gênero”. Por isso foram implementadas estratégias para “a transferência da responsabilidade nos empreendimentos aos jovens e mulheres” (DOSSIÊ).

Hoje, quase trinta anos após o início da ocupação da área III e depois de mais de vinte anos de experiência da cooperativa, houve uma mudança das gerações e, por isso, são muitos os jovens que nasceram ou que foram criados no assentamento e que hoje são cooperados com trinta anos de idade. Na fala deles fica evidente que estão felizes por fazer parte da Copava, por viver naquele campo e de fazer parte de um determinado projeto de vida comunitária. Para quem é ainda estudante do ensino médio, aguarda com muita vontade a hora de se tornar trabalhador da cooperativa. Para permitir a inserção de novos jovens há em andamento diferentes projetos que criarão novos empregos e aumentarão a autonomia do assentamento como no caso da produção de açúcar, o secador para feijões, e

o restaurante, que iremos analisar no último capítulo.

As controvérsias relativas à condição de classe dos cooperados foram explicitadas em uma entrevista com um assentado, o senhor José Aparecido Ramos, popularmente chamado de Zezinho, e que normalmente se ocupa de conversar com os visitantes da cooperativa. Quando perguntado se ele se considerava camponês ou trabalhador rural, ele afirmou se considerar um camponês, integrante de uma classe social, o campesinato. Essas foram suas palavras: “Eu me defino como um camponês. [...] Nasci no campo, estou nesse campo”<sup>17</sup> mas não todos os associados da cooperativa se definem dessa forma, alguns se definem como trabalhadores rurais. E continua dizendo que camponeses é uma forma nova de falar, embora a existência do camponês seja antiga. No passado muitos camponeses se definiam como trabalhadores rurais, também por causa do sindicato que se intitulava dessa forma e do próprio MST, que adotou esta mesma formulação: Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra. Para compreender a opção por esse conceito, é necessário considerar que a ideologia política que influenciou o MST, ou pelo menos uma parte do movimento desde o início, refere-se ao socialismo de marco marxista-leninista, porém na prática existem poucos grupos que praticam essa ideias. Conforme a fala de Zezinho, o MST nasceu como movimento de caráter sindical e político e a Copava adere aos princípios ideológicos marxistas-leninistas porque conseguiram juntar capital, terra e trabalho enquanto na maioria das outras práticas juntam apenas dois destes três fatores ou apenas um. A opção pela noção de trabalhador rural parece, assim, se justificar por uma crítica à propriedade privada individual, forma de propriedade que a categoria camponês não descarta.

Além disso, podemos dizer que o lema “de cada um segundo as suas capacidades, a

---

<sup>17</sup> Entrevista realizada em Itapeva em outubro de 2014.

cada um segundo as suas necessidades”, que caracteriza o direito socialista, no caso da Copava está sendo em parte respeitado. De fato, os cooperados recebem por quanto horas trabalham nos vários setores na cooperativa; porém, cada um tem direito à mesma quantidade de alimentos como pão, leite, hortaliças, arroz, feijão. No caso de as pessoas não retirarem todos os produtos aos quais têm direito, o valor que não perceberam vai ser acrescido no salário, destoando do lema socialista acima citado. Enfim, para resolver as questões de caráter emergencial, como por exemplo no caso da saúde, a cooperativa enfrenta as despesas do assentado sem pedir nenhum retorno.

A Copava é uma empresa gerida pelos trabalhadores, com uma direção coletiva, uma administração coletiva, uma divisão da renda conforme a participação no trabalho e os investimentos são realizados de forma coletiva tornando este patrimônio da sociedade cooperada. Por outro lado ela existe dentro do sistema capitalista e deve competir respeitando determinados fatores como qualidade do produto, quantidade, entender o que o mercado exige. Difere das outras empresas apenas porque divide a renda de outra forma. Todos recebem da mesma forma e não existe um cooperado que possui uma renda maior ou menor, a única diferença ocorre quando uma pessoa trabalhou menos, por sua escolha. A Cooperativa depende de recursos, do mercado, da tecnologia que permite atender e competir com as outras empresas no mercado local, porém, toda a produção é pensada para a sobrevivência das famílias e o excedente é para ser comercializado.

Vejamos a seguir como as questões tratadas para a Copava se apresentam no caso italiano.

## 1.2 A perda de centralidade da agricultura na Itália

Enquanto o surgimento da Copava deve ser entendido no contexto da historicamente não resolvida questão agrária brasileira, o surgimento de CA está relacionado a um período mais recente, à perda da centralidade da agricultura italiana e, mais diretamente, à terceira crise agrícola, sobre a qual falaremos no item seguinte.

A agricultura perde centralidade na Itália após a Segunda Guerra Mundial em virtude uma série de acontecimentos políticos e econômicos. Os grandes proprietários de terra haviam sido beneficiados pelo fascismo, cuja política agrícola estabeleceu subsídios e contribuições estatais para a recuperação de áreas degradadas e a transformação de terrenos em áreas agrícolas, graças às quais a terra aumentou seu valor econômico (SERENI, 1974, p. 352). As mesmas políticas de investimentos públicos que aumentaram o poder econômico e social dessa classe serão implementadas também pelos governos democratas-cristãos depois da Segunda Guerra Mundial. Porém, nesse período a indústria superou a agricultura em termos de ocupação e de formação do produto nacional (CASTRONOVO, 1981, pp. 1276-1277).

O clima de guerra fria que se respirava, em especial na Europa, pesou sobre os novos governos italianos, por exemplo, com a exclusão do Partido Comunista Italiano (PCI) do primeiro governo democrático e a dependência de investimento de capital americano para a reconstrução do país. A nova planificação da economia organizada por Einaudi e a DC em setembro de 1947 regulamenta a perda da centralidade da agricultura. A industrialização massiva fez com que os camponeses deixassem de ser uma classe politicamente determinante, pois o centro da economia passava a ser constituído na

indústria. No Sul, da mesma forma, os *braccianti*<sup>18</sup> tiveram que migrar para o Norte em busca de empregos na indústria, de modo que as pressões pelas pautas camponesas foram sendo diminuídas durante a década posterior.

A primeira grande greve do pós-guerra ocorreu no Vale Padana a partir do dia 8 até e o dia 20 setembro de 1947. Além de reivindicações relativas a salários, subsídios e horários de trabalho, ao centro das lutas havia também o reconhecimento dos conselhos de empresa para garantir aos trabalhadores o controle dos planos de cultivo e investimentos no lugar de trabalho (ZANGHERI, 1977, p. 25).

As manifestações e os levantes de rua contra as decisões dos governos não diminuíram nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial e, de fato, são reconhecidas como as lutas camponesas mais poderosas do século XX. Infelizmente, a repressão estatal continuava acompanhando esses protestos: de fato, a violência da polícia contra as pessoas pertencentes aos sindicatos vermelhos – identificados como comunistas ou anarquistas – e os manifestantes que exigiam melhorias, foram perseguidos. A Polícia do Estado, reorganizada pelo renomado Ministro do Interior Scelba, que criou o departamento da Celere (unidades policiais especiais motorizadas), interveio em centenas de protestos atirando contra os manifestantes e operando numerosas detenções. Com a queda do fascismo, a Itália não conheceu uma verdadeira paz, à qual muitos aspiravam.

A percepção da guerra – e as respostas dos trabalhadores a ela – foram diferenciadas entre o Norte e o Sul do país: enquanto no Norte houve um enfrentamento direto dos partisans contra as tropas fascistas e nazistas, no Sul a ocupação alemã não chegou a se consolidar. Em conformidade com aquilo que disse Sereni, a necessidade de resolver os

---

<sup>18</sup> O *bracciante* é quem vende sua força de trabalho, seus braços e pode ser chamado de operário agrícola ou assalariado agrícola.

problemas do atraso do Sul fez com que as lutas do norte, que eram evidentemente mais avançadas, se contivessem, no pós-guerra, às melhorias pontuais, ao invés de um projeto de transformação geral do capitalismo que era possível dada a força organizativa, política e militar que havia na região setentrional. Neste período, verificaram-se muitas mudanças nas formas de luta e nas pautas políticas: a extrema repressão contra os militantes e os assassinatos dos dirigentes revelaram a utilização da máquina do Estado contra os trabalhadores, através da polícia e das leis. Isso fez com que a maior parte dos movimentos ficassem traumatizados e seus dirigentes pudessem ser absorvidos pela burocracia estatal, constituindo um bloco agrário sob bases democráticas e unitárias.

O Plano Marshall, sobretudo no que diz respeito ao empréstimo destinado à reconstrução do país, representava para a DC o critério de manutenção da unidade. A política anticomunista deste partido, que representava os interesses da burguesia católica, se desenhava no sentido de aceitar as regras impostas pelos EUA, da especialização da economia, planos de importação e favorecendo as articulações para a participação da Itália nos organismos multilaterais. Togliatti, importante dirigente do PCI, que sofreu um atentado depois de se opor ao Plano Marshall, termina defendendo a manutenção do partido no governo<sup>19</sup>, a despeito de sua política econômica, e as linhas minoritárias – que discordavam da política togliattiana – tiveram pouca expressão.

Em 1951 foi aprovada uma reforma agrária parcial através da *Legge stralcio*<sup>20</sup> (ou seja, uma parte de uma lei de reforma geral que nunca é realizada), com o qual pretendia-se conceder a terra a quem a trabalhava, mas que infelizmente revelou-se anacrônica em

<sup>19</sup> De fato, o PCI permaneceu aliado à Democracia Cristã e ao Partido Socialista até o III governo De Gasperi, que efetuou as demissões dos dirigentes comunistas em setembro de 1947. Após aquela data o partido passou a ser oposição como consequência da decisão de De Gasperi de expulsar a esquerda do governo para colocar a Itália no bloco internacional pró-americano.

<sup>20</sup> Lei que regula apenas uma parte, geralmente o assunto mais urgente, na pendência de uma medida legislativa orgânica e definitiva.

relação ao novo cenário econômico mundial. Isto porque a expropriação teve por alvo terras não cultivadas e menos férteis, deixando aos grandes proprietários os meios de produção. Assim, os novos colonos se viram em dificuldade de investir para começar seu próprio negócio, num período em que as mercadorias poderiam se deslocar de forma sempre mais rápida e os Estados Unidos, com o avanço tecnológico, produziam a um custo menor e podiam exportar para um país que dependia de sua ajuda como a Itália.

Após a parcial lei de reforma agrária de 1951, o crescimento dos investimentos de capital contribuiu para a mecanização da agricultura e a criação de um mercado de tratores, máquinas para o processamento e colheita, fertilizantes químicos e rações para animais concentrados de origem industrial, em grandes extensões de propriedade, onde a implantação de tais recursos e ingredientes técnicos era praticamente nula. O controle do processo de circulação e transformação de mercadorias compradas e vendidas pelos agricultores por parte dos grupos monopolistas dominantes havia criado uma divergência cada vez maior, em detrimento da agricultura, na evolução dos índices de preços de produtos agrícolas e industriais<sup>21</sup>. Os lucros muito elevados caíram nas mãos da Federconsorzi<sup>22</sup>, que controlava uma grande porção do mercado atacadista de produtos agrícolas, e de grupos monopolistas da indústria de transformação. Os cultivadores diretos, ao invés, foram expropriados indiretamente do valor que produziam através da imposição

---

<sup>21</sup> Este fenômeno se registrou, de fato, a partir de 1928 mas passou por uma atenuação nos anos 1958-59 (SERENI, 1974, p. 388).

<sup>22</sup> A Federação Italiana das Associações Agrícolas foi, desde sua criação em 1892, uma instituição importante até ser atingida por uma crise irreversível em 1991. Desempenhou um papel importante entre as duas guerras, apoiando toda a política agrícola do fascismo e facilitando a gestão dos planos autárquicos do Duce. Foi o principal instrumento através do qual os Estados Unidos abasteceram a Itália através do Plano Marshall e os fundos ERP. Ao final da Segunda Guerra Mundial, com o novo sistema democrático de 1948, os Consórcios Agrícolas, regidos pela Federconsorzi, tornaram-se empresas privadas, mas com acesso ao dinheiro público. Paolo Bonomi, político democrata-cristão fundador em 1944 da Confederação Nacional dos Cultivadores Diretos (Coldiretti), tomou o poder em nome dos democratas-cristãos, com o objetivo de controlar o dinheiro e votos, aproveitando a tradição católica dos camponeses e o fato de que o Ministério da Agricultura estava nas mãos do mesmo partido.

pelo mercado atacadista e dos grupos monopolistas do preço de venda dos seus produtos. Estes eram fixados num patamar claramente baixo, enquanto resultava alto para o consumidor no momento da compra. Além disso, os produtores diretos passaram a ter despesas de transporte e comerciais, antes inexistentes (SERENI 1974, pp. 388-393). Os processos enunciados, junto com a progressiva concentração industrial e bancária, mais desenvolvidas daquela agrícola, levou à desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e da indústria que se agravou com a crescente financeirização da economia na era do capital financeiro. Os agricultores viram-se isolados diante de grupos financeiros e industriais poderosos, auxiliados pelo Estado, que cada vez mais abertamente se tornavam um instrumento de dominação do capital financeiro. Os cartéis e trustes, devido à sua posição monopolista, podem impor preços elevados para seus produtos, enquanto os agricultores não podem efetivamente se opor à queda dos preços em tempos de crise (SERENI, 1974, p 281): “em suma, a política do capital financeiro e do fascismo, em particular, aguça até o último grau todos os contrastes, do capitalismo, entre a agricultura e a indústria, entre a cidade e o campo” (SERENI, 1974, p. 285). De acordo com o mesmo Sereni, o aumento da subordinação da agricultura ao capital passou na década de 70 a incluir também o capital financeiro e os monopólios bancários, aumentando assim a dependência da agricultura italiana frente ao capital financeiro (SERENI 1974, pp. 297-302). Estes são os anos em que ao lado da subordinação no processo de produção, aumenta a subordinação no processo de circulação de mercadorias, intensifica-se a exploração do trabalho e acontece o que Sereni define como a “pilhagem de pequenos produtores e consumidores” (SERENI, 1974, p. 307).

Segundo Romagnoli (1956), a crise geral da agricultura italiana no segundo pós-

guerra foi apenas um aspecto da crise geral do capitalismo. Através da ação do Estado, primeiro no período fascista, depois no período de reconstrução do país, assistiu-se a um processo de restauração capitalista caracterizado por um crescente predomínio dos monopólios (ROMAGNOLI, 1956, p. 110). A agricultura da Emilia-Romagna passou por profundas modificações: uma redução maciça do emprego agrícola e o desenvolvimento da produtividade ao qual seguiram processos de especialização; transformações empresariais em parte relacionadas com a reforma agrária e com projetos de recuperação de terra, especialmente no leste da região, que viam também o desaparecimento da *mezzadria*<sup>23</sup>; a ascensão de empresas de gestão familiar como o elemento dominante das estruturas de produção, acompanhado por profundas diferenciações e articulações dessas empresas.

Há, porém, visões distintas sobre esse processo. De acordo com Fanfani, “os processos de integração com a indústria de processamento têm permitido à agricultura regional [da Emilia Romagna] manter uma estrutura produtiva e de emprego mais sólida do que no resto do país, e capaz de concorrer com outras regiões europeias” (FANFANI, 1992, p. 33). Nos anos 50 e 60 se difundiram os cultivos de frutas, a pecuária, e procedeu-se também a uma renovação das vinhas, como elementos característicos desta região (FANFANI, 1992, p. 39). Campagnoli apresenta ainda uma outra interpretação:

No final da Segunda Guerra Mundial, a região foi caracterizada pela formação de um movimento organizado de lutas dos *mezzadri* e dos *braccianti* com base unitária, visando à conquista da terra para aqueles que a trabalhavam diretamente. O conflito econômico, que às vezes assumia as características de uma verdadeira luta de classes, foi apoiado e alimentado pela forte presença do Partido Comunista, que ampliava suas fileiras apoiando as demandas econômicas dessas categorias. (CAMPAGNOLI, 2004, p. 1)

---

<sup>23</sup> *Mezzadro* é quem cultiva a terra segundo o contrato de “*mezzadria*”, ou seja, um sistema de condução de um contrato agrário onde o dono de uma terra, o concedente, e o chefe de uma família colona, o *mezzadro*, se associam para cultivar juntos e dividir os produtos em percentuais iguais ou pouco diferentes. Em português, isso equivale a um contrato de parceria, meeiro ou parceiro.

Com o fim da emergência econômica, em parte devido ao desenvolvimento industrial que absorveu a mão de obra excedente no campo, os camponeses deixaram de ser um sujeito perigoso e revolucionário, mas ao mesmo tempo continuaram a constituir uma reserva de votos quase sempre para a esquerda, sobretudo na vermelha Emilia (CAMPAGNOLI, 2004, p. 5) As idéias políticas mais radicais como, por exemplo, sobre a questão da socialização da terra, assumiu um tom mais moderado e o PCI, para não perder o reconhecimento institucional, abandonou seu caráter revolucionário: estes aspectos prejudicaram os esforços mais inovadores e significativos em favor da mudança na estrutura social. Segundo Sereni (1974), neste período os partidos e o Estado se esforçaram para resolver os problemas na área onde mais pesavam os resíduos feudais do regime fundiário e agrário – o Sul –, aspecto que permitiu a atenuação das lutas mais avançadas pela terra, reduzindo as reivindicações mais radicais a uma simples demanda pela reforma dos pactos agrários. Segundo Zangheri, os eventos de 1949 confirmaram essa ideia: as reivindicações da grande greve dos *braccianti* em maio-junho 1949 envolviam questões diferentes, mas nenhuma tocava as relações de empresa e nem colocava a questão de uma reforma agrária geral (ZANGHERI, 1977, p. 30).

O crescimento econômico e industrial no pós-guerra levou muitos italianos a migrar do Sul ao Norte do país ou do Sul para países do Norte Europa, EUA, Austrália, América Latina, fato que permitiu a redução das tensões no campo. Como vimos neste item, para entender a perda de centralidade da agricultura na Itália é preciso inserir os eventos em um panorama mais amplo, que inclui as relações internacionais, políticas e econômicas, da época. As ajudas econômicas americanas recebidas durante o período do pós-guerra para impulsionar a economia forçaram a Itália a aceitar certas reformas e a abrir seu mercado

aos produtos agrícolas que entravam em concorrência direta com alguns produtos domésticos, especialmente o trigo. Finalmente, devemos levar em conta o clima da Guerra Fria, o que obrigou os países europeus a tomar partido ou do modelo capitalista americano ou do modelo socialista russo.

Depois de mais de meio século, é possível apontar dois desdobramentos desse processo: o primeiro diz respeito ao fracasso de ambos os modelos, por razões que não é possível resumir em poucas linhas, enquanto o segundo refere-se à imposição, muitas vezes violenta, do modelo capitalista, especialmente através das políticas neoliberais dos últimos vinte anos, que levaram, inevitavelmente, à terceira crise econômica e agrícola.

### **1.2.1 Campi Aperti diante da terceira crise agrícola**

Conforme o estudioso holandês Van der Ploeg, a terceira crise agrícola teve início em 1995 com o acordo sobre a agricultura no quadro da OMC instituído justamente naquele ano. O acordo sobre a agricultura negociado durante a rodada Uruguai tem origem no final dos anos 50, quando um grupo de especialistas foi chamado para avaliar a hipótese de implementar subsídios aos preços agrícolas mediante pagamentos diretos para os agricultores, independentemente do volume da produção, as assim chamadas ajudas diretas dissociadas, que encontraremos mais adiante quando trataremos da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia.

A terceira crise agrícola é, segundo Van der Ploeg, o resultado de três elementos

fundamentais. Primeiro, do descuido de um modelo de produção camponesa com sua conseguinte marginalização a partir da década de 60. Europa, EUA e os países “em desenvolvimento do Sul” orientaram as políticas e mecanismos para sustentar a agricultura empresarial, em detrimento do modelo camponês, considerado antigo e superado. Segundo, a partir da década de 90 o projeto neoliberal tornou os mercados globais de commodities uma referência para definir os princípios que regulam a produção e a circulação dos produtos agrários e alimentares. Embora a produção local desempenhe ainda um papel central, tornou-se mais frequente que os mercados locais, regionais e nacionais estejam sujeitos às regras, tendências e expectativas que dominam o mercado mundial. O terceiro fator, igualmente relacionado com o projeto neoliberal, é o aumento do número, do tamanho e do impacto dos “impérios alimentares” que operam a nível mundial e transformam os sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos. As consequências deste sistema é uma polarização entre áreas caracterizadas pela pobreza e regiões onde se encontra um consumo de luxo (PLOEG, 2007).

Conforme Michael Löwy, marxista brasileiro radicado na França, a crise de 2008, que está relacionada à crise agrícola, é “uma crise de civilização que exige mudanças radicais” (LÖWY, 2009). O que aponta também Van der Ploeg é que hoje são necessárias respostas diferentes daquelas clássicas adotadas nas crises passadas. No caso da Europa, a partir da década de 80 assistimos a uma crise de superprodução na agricultura, como apresentaremos na seção sobre as políticas agrícolas da União Europeia, e a CEE se tornou o primeiro importador mundial de produtos agrícolas e segundo maior exportador, devido à especialização decorrente da divisão dos mercados mundiais.

A Itália, que faz parte da UE desde sua constituição em 1992 e fez parte das Comunidades Europeias anteriormente existentes, foi bastante afetada por esse cenário.

No final dos anos 90 um grupo de jovens italianos, alguns dos quais graduados no setor agrícola ou em faculdades de humanidades, depois ter comprado, alugado ou herdado e cultivado pequenos pedaços de terra com métodos biológicos, procuraram possíveis canais de vendas considerando impróprio vender seus produtos orgânicos através das redes de supermercados, onde o valor é degradado, tanto no sentido econômico quanto no sentido ético. Alguns deles, em 2001, participaram dos protestos do G8 em Gênova, onde entraram em contato com outros agricultores italianos e com as ideias da Via Campesina e da Confederação Paysanne francesa. Foi assim que perceberam que o tipo de agricultura camponesa “ou seja a agricultura de pequena escala que valoriza o trabalho, utiliza pouco capital, diversifica as produções e cujos produtos permanecem em um circuito local” (MANIFESTO 10 ANNI DI CAMPI APERTI) como a deles, mesmo que diferenciada e marginal, era o caminho certo a seguir, o tipo de agricultura necessária para reverter o domínio do capital, como enfatizado por José Bové, líder da Confederação Paysanne. Além disso, a emergência ambiental, conforme os mesmos camponeses, requereria respostas adequadas, fazendo com que a propagação da agricultura biológica fosse “uma necessidade urgente, bem como a promoção de mercados dedicados à venda direta e exclusiva de produtos biológicos [é] um importante ponto de partida”<sup>24</sup>. Naqueles dias, além disso, surgiram novos debates sobre a questão da soberania alimentar e foi aprovada a idéia de fundar o Fórum Fazendeiro Italiano (Foro Contadino Italiano), a primeira agregação das realidades rurais da península.

O entusiasmo daqueles dias estimulou o nascimento da Coordenação para a Soberania Alimentar (Coordinamento per la Sovranità Alimentare), onde “se discute para

---

<sup>24</sup> *FARMER'S MARKET BIO: a Bologna si contano sulle dita di una mano*, 2003. Comunicado escrito por CA a fim de enfatizar a ausência, em Bolonha, de mercados de vendas diretas de produtos orgânicos e denunciar os altos impostos que a Prefeitura impõe a estes poucos mercados, por meio do cânone da ocupação de espaços públicos (COSAP) e do imposto de resíduos urbanos (TARSU).

dar respostas concretas para a necessidade de uma nova forma de agricultura, redescobrimo a importância de ser camponeses e não apenas empresários agrícolas<sup>25</sup>". Na mesma ocasião nasceu o primeiro *Mercato delle Cose Buone* (Mercado das Coisas Boas), onde os membros vendiam seus produtos diretamente ao consumidor, ignorando a lógica da distribuição de massa. Conforme os próprios associados: "em tempos de neoliberalismo desenfreado, mercados de venda direta auto-geridos permitem romper o cerco e construir uma inclusão, sem seguir a regra do 'não lugar' hipermercado: quanto mais você gasta, mais conta"<sup>26</sup>. Como é também afirmado no documento redigido por ocasião do 10º aniversário da associação, "o supermercado, ou melhor, a economia do capital, destruiu o tecido social, no passado as pessoas se encontravam e se conheciam porque trocavam bens, porque precisavam umas das outras. Construir economias alternativas significa consertar este tecido". A partir deste ponto de vista, o que para estes camponeses parece essencial, então, é a abolição da intermediação e o controle direto sobre o local de venda.

Reuniões também foram promovidas, sob o nome de Produtores Orgânicos da Valsamoggia (*Produttori Biologici della Valsamoggia*), sobre os temas da agricultura, do meio ambiente, dos métodos de produção agrícola e sobre o direito a uma comida saudável a um preço acessível para todos, a fim de construir uma ação política que fosse concreta no cotidiano. Exatamente nessas reuniões os agricultores começaram a estabelecer relações com um coletivo estudantil da Faculdade de Agronomia da Universidade de Bolonha com o qual começaram um processo político que se estendeu e envolveu até mesmo um centro social<sup>27</sup> (*CSOA, Centro Social Ocupado e Autogerido*), o *Ex Mercato 24* (XM24). O XM24,

---

<sup>25</sup> Cit. <http://www.autistici.org/campiaperti/associazione/>

<sup>26</sup> Cit. <http://www.autistici.org/campiaperti/associazione/>

<sup>27</sup> Os centros sociais ocupados e autogeridos nasceram no final da década de 70 como lugares de agregação da esquerda extra-parlamentar. Nas décadas seguintes, através da "reapropriação (ou liberação) de espaços", se espalharam por toda a península como espaços sociais da contracultura politicamente engajada.

é um espaço de “produção cultural e de participação política e social a partir de baixo<sup>28</sup>” muito ativo, na cidade e no bairro multiétnico da Bolognina, que propõe estilos de vida alternativos e resistentes à lógica dominante. Nasce no ano 2000 com o projeto de recuperar o imóvel que há mais de 50 anos havia abrigado o mercado de vegetais e que desde a sua mudança para uma outra região da cidade ficara abandonado e exposto à degradação urbana, sendo muitas vezes usado como aterro sanitário. O XM24, como é possível ler no site é:

um laboratório sempre aberto e um fermento de novas formas relacionais, de produção cultural, práticas de outras formas de comunicação, participação política, de valorização das competências e habilidades das pessoas.

Um vácuo social e urbano, prenúncio da exclusão e da destruição social e ambiental tem sido preenchido e recuperou uma “alma”. XM24 hoje é o exemplo prático de formas criativas e associativas libertas da hegemonia do pensamento único neo-liberal.<sup>29</sup>

### **1.2.2 Características organizativas de Campi Aperti**

Com o passar do tempo, alguns produtores da região de Bolonha, juntos com os militantes do XM24, movidos pelo desejo de fugir da lógica “da economia moderna” decidiram fazer um mercado de produtos orgânicos semanal, “simples, espontâneo, reprodutível”. O mercado camponês constitui um aspecto típico da vida rural e da tradição italiana, substituído ao longo dos anos, no entanto, pelo monopólio dos supermercados e

---

<sup>28</sup> [http://www.ecn.org/xm24/1548/cos-e-l-xm24\\_-ex-mercato-24](http://www.ecn.org/xm24/1548/cos-e-l-xm24_-ex-mercato-24)

<sup>29</sup> [http://www.ecn.org/xm24/1548/cos-e-l-xm24\\_-ex-mercato-24](http://www.ecn.org/xm24/1548/cos-e-l-xm24_-ex-mercato-24)

das grandes redes de distribuição.

Os produtos no mercado são orgânicos, intimamente ligados ao território e à sazonalidade, não para uma configuração autárquica, mas porque estamos convencidos de que a questão dos alimentos não acaba à mesa, com a satisfação que recebemos deles. Mas envolve questões relacionadas ao meio ambiente, ao transporte, ao trabalho, à rede de distribuição e, talvez, até mesmo às guerras.<sup>30</sup>

O sucesso deste evento levou outros camponeses locais a aderir ao projeto e foram fundados, assim, outros dois mercados: o primeiro em outro centro social e espaço ocupado, VAG61; o segundo na periferia de Bolonha, em colaboração com o Bairro Savena (Quartiere Savena). A necessidade do grupo de interagir com a Prefeitura para a implementação deste último mercado levou à formação da associação Campi Aperti em 2007. A escolha de fundar seus próprios mercados em áreas marginais, abandonadas, deterioradas da cidade, teve a finalidade e o objetivo declarado de ocupá-las, “revitalizá-las, transformando-as em lugares de interação social, capazes de envolver pessoas de diferentes estratos [sociais] e origem”.

Em 2009, o Município de Bolonha “estabeleceu um regulamento municipal para a realização dos mercados de venda direta de produtos agrícolas e a Associação Campi Aperti decidiu regularizar seus mercados”, no mesmo ano. A constituição de uma associação implica assumir a responsabilidade pela limpeza do espaço do mercado, além de revitalizar áreas marginais da cidade, não usar sacolas descartáveis e não produzir resíduos, o que representa um exemplo de “como podemos tornar a cidade mais limpa e habitável, sem nenhum custo para a administração municipal”. E enseja a criação de “uma forma de educação continuada para a reciclagem/reutilização, promovendo o cuidado e a manutenção dos locais da cidade em que se situam”.

---

<sup>30</sup> <http://www.ecn.org/xm24/article/?c=mercantino-BIO>

Os mercados de Campi Aperti são caracterizados como:

- mercados camponeses, que são complementares à atividade agrícola (que continua a prevalecer sobre o tempo dedicado à venda), em que cada agricultor vende **seus produtos exclusivamente** (valorizando o conhecimento direto do produtor-consumidor, sem o papel de intermediação dos comerciantes) ;
- **mercados orgânicos**, em que eles vendem **apenas produtos de agricultura biológica** (excluindo a confusão entre os produtos convencionais e orgânicos que nos mercados misturados, inevitavelmente, acontece);
- **mercados regulados**, em que exerce-se um **sistema eficaz de garantia participativa sobre a origem dos produtos e de controle dos preços de venda** (envolvendo e responsabilizando produtores e consumidores);
- **lugares de convívio**, onde se encontram pessoas diferentes em termos de idade, condição econômica, posição social, como já não acontece mais na maior parte da cidade;
- **lugares revitalizados**, no qual os cidadãos tomam conta das áreas mais negligenciadas da cidade.

A Associação CA nos anos da sua existência enfrentou e ainda enfrenta diferentes problemas, que concernem essencialmente três questões: a venda de seus produtos, as leis sobre o processamento de alimentos e o acesso à terra. Ao longo dos anos a associação, através de debates e discussões com outras realidades políticas e sociais da cidade de Bologna e italianas, tentou voltar a adotar as velhas práticas e tradições que se perderam com o tempo ou inventar novas maneiras de resistir ao monopólio da produção capitalista, especialmente tentando romper o isolamento ao qual muitas vezes os agricultores estão condenados para assumir formas comuns de ação política coletiva capazes de dar respostas concretas. Voltaremos depois a este tema.

Um dos principais problemas que atualmente afligem todo o sistema agrícola de produção é a questão dos preços dos produtos agrícolas, cujo aumento condena à extinção muitos pequenos agricultores. A partir de 2007 e, particularmente, desde a crise de 2008, esses preços aumentaram de forma consistente, como é possível verificar nos gráficos seguintes relativos ao caso brasileiro e italiano, conforme a FAO (Food and Agriculture

Organization).

Countries: Brazil

Items: Consumer Prices, General Indices (2000 = 100)

Consumer Prices, Food Indices (2000 = 100)

<b>Brazil Year average</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2002</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Consumer Prices, Food Indices</b>	100.00	106.70	117.01	140.83	146.47	150.98	151.01	161.25
<b>Consumer Prices, General Indices</b>	100.00	106.84	115.87	132.92	141.69	151.42	157.76	163.50
<b>Brazil Year average</b>		<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
<b>Consumer Prices, Food Indices</b>		182.29	192.87	204.63	222.73	240.83	Dado faltante	
<b>Consumer Prices, General Indices</b>		172.78	181.23	190.36	202.99	213.96	227.24	

Countries: Italy

Items: Consumer Prices, General Indices (2000 = 100) Consumer Prices, Food Indices (2000 = 100)

<b>Italy Year average</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Consumer Prices, Food Indices</b>	100.00	104.09	107.91	111.26	113.67	113.67	115.63	118.98
<b>Consumer Prices, General Indices</b>	100.00	102.84	105.41	108.16	110.47	112.42	114.73	116.86
<b>Italy Year average</b>		<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
<b>Consumer Prices, Food Indices</b>		125.40	127.66	127.91	131.05	134.34	137.52	
<b>Consumer Prices, General Indices</b>		120.67	121.57	123.34	127.35	131.22	132.82	

Fonte: FAOSTAT, Food and Agriculture Organization of the United Nations Statistics Division <http://faostat3.fao.org/faostat-gateway/go/to/home/E>

Apesar das diferenças entre os movimentos aqui considerados, o modelo proposto, tanto por CA como pelo MST, é o de cadeia curta: este sistema, evitando os canais intermediários da grande distribuição, garante um preço acessível para os consumidores, incluindo os de produtos orgânicos, e uma remuneração adequada para os agricultores. Estes últimos, se vendessem seus produtos através de uma rede de supermercados seriam obrigados a comercializar sua mercadoria a um preço mais baixo, enquanto que a diferença com o preço pago pelo consumidor seria apropriada pelas grandes redes de distribuição. A

associação CA tem discutido e debatido a cada ano a questão dos preços a serem cobrados em seus mercados, e a cada ano é elaborada uma tabela com os valores de referência a serem adotados nas diversas bancas dos diferentes mercados.

No outono de 2012, a associação CA, após intensas discussões, decidiu publicar um pequeno panfleto intitulado “Qual é o preço JUSTO?”, com o objetivo de reunir as diferentes opiniões dos produtores e co-produtores sobre, precisamente, o preço justo a ser aplicado para os consumidores nos mercados da associação. Este preço deve assegurar a justa remuneração do camponês e um custo acessível para o comprador. No panfleto, a questão mais enfatizada é a composição social dos consumidores de produtos orgânicos: muitas vezes, devido ao maior custo desse tipo de produto, as classes sociais mais baixas não tem acesso à compra de tais bens.

A fim de esclarecer o debate travado na CA, retomamos algumas manifestações contidas na brochura. Germana, uma camponesa que com seu marido Carlo é, desde os primeiros mercados, engajada na fila de frente da associação ressalta que “o preço que nós propusemos para os nossos produtos não é o resultado de uma negociação, um ponto de equilíbrio entre a demanda e a oferta, mas simplesmente reflete o custo de produção do produto em si” (QUAL É IL GIUSTO PREZZO, GERMANA, 2012). É por esta razão que os seus produtos não estão sujeitos às mesmas regras de formação do preço do mercado convencional e financeiro. Os integrantes da Comuna de Urupia, outros associados de CA, afirmam que, em primeiro lugar, se entende o valor dos alimentos apenas “quando se participa de sua produção. Apenas quando se entende quanto vale” e depois acusam o “sistema agrícola industrial” de manter os preços muito baixos. Por esta razão, torna-se necessário “deixar claro que os produtos globais-industriais são o resultado de injustiças,

violências entre as pessoas e com o meio ambiente, não são sustentáveis (consomem mais energia do que dão)”. Isso significa que, preços muito baixos correspondem, como diz Germana, a “um buraco negro que suga óleo, dinheiro, trabalho, terra, ar, água e produz apenas riqueza nas mãos de poucos”.

Mesmo Michela, que eu conheci em Bolonha e me contou a história da formação do que hoje é uma associação, no panfleto acima mencionado fala do ponto de vista do consumidor e define o fato de não fazer as compras no supermercado como um “gesto político e militante”, “não só por causa de onde vai acabar meu dinheiro”, mas também porque com esta escolha se estabelece um “mecanismo social diferente”, que incentiva um determinado modelo de produção que leva em conta o respeito dos recursos naturais – por meio de cultivos de tipo biológico e biodinâmico – e do trabalho humano (QUAL É IL GIUSTO PREZZO, MICHELA, p. 4). De acordo com Michela, é apropriado se concentrar na questão do tratamento justo dos trabalhadores, mas também na condição de dependência e submissão dos produtores em relação à rede da grande distribuição, que procura mercadoria ao menor preço possível, e, finalmente, salienta que para se opor à ordem liberal precisa colocar em causa a própria ideia de consumo. Sendo a comida uma das principais necessidades básicas do homem, ela deve ser colocada no topo das prioridades de cada família, pondo em causa os nossos estilos de vida e as nossas necessidades secundárias criadas e alimentadas pelo capitalismo e pela sua indispensabilidade de se recriar e se desenvolver continuamente. Michela continua observando que a qualidade de um produto, cultivados sem aditivos químicos, não garante, por assim dizer, a sua eticidade, mas a sua “bondade’ moral” “depende, no entanto, “pela maneira como as pessoas interagem umas com as outras, e do sentido de intenção ética que elas dão às suas

atividades de produção” ( QUAL É IL GIUSTO PREZZO, MICHELA, p. 9). Sua visão de mundo é a criação de “relacionamentos reais”, onde exista uma espécie de colaboração e responsabilidade na troca de produtos e também se chegue a acordos sobre os preços.

É através da maneira em que as mercadorias são negociadas ou, mais radicalmente a forma em que a troca é usada para distribuí-las, o que faz com que “vendedor” e “comprador” deixem de ser polarizados um contra o outro e façam parte de uma única comunidade econômica, unidos por uma relação fraterna de complementaridade. ( QUAL É IL GIUSTO PREZZO, MICHELA, p. 10)

A exploração dos trabalhadores no campo italiano está ligada, muitas vezes, à questão do direito à estadia dos migrantes: de fato, nas plantações de médios e grandes proprietários de terras, chegam sazonalmente pessoas estrangeiras em busca de trabalho, às vezes sem permissão de estadia<sup>31</sup>, que são reduzidas à condição de escravidão. A ausência de documentos e a dependência de um contrato de trabalho para fim de permanecer no país fazem com que esses estrangeiros possam sofrer chantagem<sup>32</sup> no plano do salário e das condições de trabalho. O sistema chamado “caporalato”<sup>33</sup>, através do qual são recrutados

<sup>31</sup> Conforme exigido pela lei italiana, para obter a permissão de estadia no país é necessário ter um contrato de trabalho, sem o qual não é possível ficar. Esta situação torna os migrantes uma presa fácil para empregadores que querem tirar proveito da condição difícil e precária deles.

<sup>32</sup> Especialmente após a entrada em vigor da lei, formulada por um dos governos Berlusconi, que introduziu o crime de imigração ilegal no Código Penal através o d.lgs. n. 94 del 2009 (c.d. pacchetto sicurezza, pacote segurança).

<sup>33</sup> Os *caporali*, muitas vezes comparáveis com os “jagunços” brasileiros, além de, a cada manhã, procurar trabalhadores para trazê-los de volta aos campos, já foram protagonistas de atos de repressão por parte de manifestações sindicais que denunciavam tal sistema. Numerosos são, também, os episódios de violência, tortura e, em alguns casos, até mesmo de assassinato de trabalhadores estrangeiros em alguma remota propriedade privada do país. Além da escravidão no local de trabalho, com jornadas de trabalho que chegam a 15 horas por dia, estes migrantes muitas vezes vivem em edifícios em ruínas, em estabelecimentos industriais ou agrícolas abandonados, sem saneamento básico, sem água, eletricidade, gás, bens ou serviços de qualquer natureza, amontoados como animais. Estes novos escravos da agricultura moderna, além de ganhar um salário miserável (cerca de 20 euros por dia), são obrigados a pagar o recrutador pelo transporte até o lugar de trabalho, alimentação e tudo o que pode ser necessário para a sua sobrevivência, estando longe de centros urbanos. Algo parecido acontece no Brasil, por exemplo, na produção de cana de açúcar, sobretudo nos Estados do Sul como São Paulo e Paraná, com os migrantes das áreas mais pobres do país, como do Nordeste, que mudam na esperança de melhorar a própria condição e ajudar a família que os espera. O trabalhador quando chega no lugar de trabalho está já em dívida com o proprietário que pagou a passagem para que ele chegasse lá. A exploração, que nestes últimos anos aumentou com o crescimento do mercado dos biocombustíveis, e o baixíssimo salário em

trabalhadores sazonais e diários, é comum em áreas rurais da península inteira e se concentra principalmente no Sul, nas plantações de tomates e laranjas. Conhecidos da crônica são os acontecimentos que tiveram lugar em Janeiro de 2010 em Rosarno, uma pequena cidade da região Calábria, onde, após a enésima ocorrência de violência e ameaças contra alguns trabalhadores estrangeiros, eclodiu o protesto dos migrantes que, num grupo de dois mil, marcharam pelas ruas da cidade, participando de vários confrontos com a polícia. Durante dois dias, se assistiu a ações de rebelião dos catadores de laranjas, a ataques a lojas e carros, e por outro lado, a rondas dos cidadãos de Rosarno armados com paus à procura de estrangeiros para espancá-los.

Outro fato bem conhecido e importante de ser mencionado é a primeira greve de trabalhadores estrangeiros na Itália, que teve lugar no verão de 2011, por parte de catadores de tomates da fazenda Boncuri de Nardò, também eles reduzidos a condições de escravidão. Graças àquele motim, no mesmo ano foi introduzido no Código Penal italiano o novo crime de comércio ilícito e exploração do trabalho, em que o *caporalato* é definido como “uma atividade organizada de intermediação, recrutando mão de obra ou organizando atividades de trabalho caracterizadas pela exploração, por meio de violência, ameaça ou intimidação, aproveitando do estado de necessidade dos trabalhadores”. Dentro da mesma lei, são estabelecidos indicadores de “exploração”: o não cumprimento dos contratos de trabalho coletivos nacionais ou, de qualquer forma, a desproporção “no que diz respeito à quantidade e qualidade do trabalho”; a violação dos regulamentos sobre as horas de trabalho, segurança e higiene no local de trabalho; e “a sujeição do trabalhador a condições de trabalho, métodos de vigilância, condições de habitação, particularmente degradantes”

---

proporção à quantidade de cana cortada, condena, muitas vezes, estes migrantes a não conseguir pagar a passagem de volta depois da safra, como foi analisado no documentário *Migrantes* (2007).

(ARTIGO 603-bis)<sup>34</sup>.

Após este breve parêntese, é útil retornar às palavras de Michela a qual, através de um exemplo, explica por que é possível encontrar nas bancas dos supermercados produtos a preços incrivelmente baixos:

Comprar o molho de tomate a um euro significa alimentar os bolsos de uma indústria que, impondo um preço ridículo por quilo para os produtores, os obriga a usar mão de obra explorada dirigindo-se para os *caporali*. Pessoas que vivem em casas semi-destruídas sem energia elétrica, água e esgoto, e que dependem do *caporale*, que lhes paga às vezes sim e às vezes não, pede dinheiro para o transporte até o local de trabalho, para a garrafa de água e o sanduíche do almoço: esses escravos modernos ganham 20 € por dia, que se tornam 15. O molho de tomate de Michele [um dos produtores da CA], no entanto, custa 2,50 €.

Finalmente, de acordo com os membros de CA, existe um “preço justo e transparente” que deve ser exposto nas bancas dos mercados, um preço decidido em assembleias em que “a imparcialidade e a transparência do preço são procurados como parte da relação de solidariedade estabelecida entre os produtores e consumidores” (CARTA DEI PRINCIPI)<sup>35</sup>.

### 1.2.3. A base social de CA: camponeses sem campesinato?

A íntima relação entre a burguesia e o Estado se evidencia claramente logo depois

<sup>34</sup> A Lei de conversão, que mudou o Decreto Lei do 13 de agosto de 2011, n. 138, apresentado no Capítulo III (Dos crimes contra a liberdade individual) à Seção I (Dos crimes contra a pessoa), do Código Penal, o artigo 603 bis em tema de “comércio ilícito e exploração do trabalho”. A este respeito, deve notar-se que ainda não está resolvida a questão da aplicação da lei em contextos em que a presença da máfia prevalece.

<sup>35</sup> <http://www.autistici.org/campiaperti/chi-siamo/regolamento/>

da crise de 1929, quando o sistema de bancos e o Estado fundiram-se numa economia de salvação. O fascismo ampliou o corpo burocrático do Estado e também favoreceu a expansão de setores marginais do terciário pré-industrial, como forma de gerar empregos para a pequena burguesia. Além disso, neste período, a indústria superou a agricultura em termos de ocupação e de formação do produto nacional (CASTRONOVO, 1981, pp. 1276-1277).

A Emília foi uma região onde a intensa e extensa luta de resistência<sup>36</sup> aproveitou da tradição organizacional das ligas camponesas e da organização sindical das Câmaras do Trabalho, contra as quais, de fato, se dirigiu a violência dos esquadrões fascistas a partir de 1920 (ARBIZZANI, 1966, p. 17). Durante a luta armada conduzida para a libertação do país, é possível distinguir duas fases distintas: a primeira é

aquela a partir de setembro de 1943 a setembro de 1944, marcada pela formação e ação de organizações de base, ou seja, dos Comitês de Agitação operária e dos Comitês de Defesa dos Camponeses; e, uma segunda, aquela que abrange o período que começa de outono de 1944 - quando é fundada a Câmara Confederal do Trabalho unitária de Bolonha - até abril de 1945, durante o qual o a atividade do corpo sindical provincial se faz mais consecutiva e múltipla (*Ibidem*, p. 24).

Com a perda de centralidade da agricultura no pós-segunda guerra, o camponês se tornou uma figura que representava o antigo: os filhos emigravam para os centros urbanos e o trabalho na terra se mecanizava precisando cada vez mais de menos mão-de-obra. A região da Emilia-Romagna, porém, onde se situa Bologna, sempre foi uma região muito avançada do ponto de vista político e das organizações sociais. Vale a pena citar um

---

<sup>36</sup> Entre o dia 8 de setembro de 1943, data do anúncio à população italiana do armistício com os Aliados e do fim da aliança militar com a Alemanha, e o dia 25 de abril de 1945, quando os soldados alemães que ocupavam a Itália foram obrigados à rendição, o país foi atravessado pelo movimento chamado de Resistência. Em 9 de setembro de 1943, um dia depois do armistício de Cassibile, surgiram em várias regiões, especialmente no Centro-norte, os chamados Comitês de Libertação Nacional (CLN) que combatiam contra a ocupação alemã e as forças colaboracionistas da República Fascista de Salò. Em torno destes grupos se reuniram forças anti-fascistas de matriz política diferente, como comunistas, anarquistas, liberais, católicos.

comentário de Togliatti, importante líder do Partido Comunista Italiano (PCI): “O trabalhador emiliano, normalmente, não emigra. Fica aqui, e comprometido com a luta por seu pão e sua sopa”.

O desenvolvimento da agro-indústria e o abandono do campo ainda hoje repercutem na situação do meio-rural. Com o fim das lutas camponesas, da união sindical e da Federterra, organização que reunia o diversificado mundo dos trabalhadores da terra (*braccianti*, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários) na região de Emilia Romagna, observa-se a ausência de organizações a nível nacional que sejam capazes de fornecer uma diretriz comum ou que insiram os camponeses em uma determinada categoria política. Isso explica, de certo modo, a novidade representada pela experiência de CA.

Para analisar a base social de CA, afirmamos como primeiro dado que os camponeses são proprietários que compraram a terra, ou a herdaram, e arrendatários. O nível escolar é para todos bastante alto e há casos de pessoas que se formaram em faculdades na área de ciências humanas ou agrárias. Muitos dos aderentes de CA não tinham uma tradição familiar camponesa, enquanto outros herdaram a fazenda de família e continuaram o trabalho das gerações passadas. Como disse Carlo, um dos produtores e fundadores de CA, “a incerteza nas perspectivas de vida” levaram alguns jovens, assim que terminaram a universidade, a escolher o retorno para a terra como forma de garantir subsistência, trabalho e moradia, sem depender totalmente do mercado, com a possibilidade de autogerir a própria vida e o emprego e viver no respeito à natureza. Essa variedade de experiências de retorno para a terra não faz com que os integrantes da associação não se reconheçam como parte de uma classe social bem definida, ou seja, o campesinato. Nos dias atuais é difícil encontrar uma homogeneidade entre os produtores que os levem a falar de classe. Como afirma Carlo, um dos fundadores de CA, através uma troca de e-mail:

Não há homogeneidade cultural ou de história ou de valores morais ou éticos entre os sujeitos interessadas no nosso caminho. Eu não falaria de classe, eu não consigo vê-la. É um conceito que não recuso, quando eu era criança eu sabia o que era a classe operária e o campesinato, mas agora, no contexto em que agimos, vejo uma mistura de pessoas unidas por alguns ideais e uma certa incerteza nas perspectivas de vida (CARLO, 2014).

Ainda segundo Carlo, CA nasceu como “um grupo informal, na tradição da esquerda antagonista italiana. Os aderentes de CA são originários do amplo mundo da esquerda, sobretudo extraparlamentar, que não se reconhecem em nenhum partido, e organizam seus mercados nos espaços ocupados urbanos que na Itália desenvolvem um papel fundamental na política a partir “de baixo” e na organização e articulação dos movimentos sociais. Essa heterogeneidade de trajetórias ou ausência de identificação não nos impede de encontrar elementos comuns entre os aderentes da associação que nos permitem caracterizá-los como camponeses, tal como definimos a condição camponesa no item 1.4. Assim como os cooperados da Copava, os produtores de Campi Aperti também, cabem nessa categoria de camponeses porque, além de serem em alguns casos proprietários de terra, frequentemente por herança, trata-se de pequenas produções, apoiadas principalmente por uma ou mais famílias, que detêm o controle dos meios de produção e um emprego multidimensional. Parece plausível supor que muitos dos produtores de CA, que se tornaram camponeses, fizeram uma clara escolha de vida, de forma individual mas com informações e uma base de conhecimento elevada. No caso dos acampados e assentados no Brasil, diferentemente, a ocupação de terra é menos uma escolha e mais uma necessidade fundamental para poder assegurar à própria família moradia e subsistência.



## Cap. 2 Duas experiências distintas de organização no campo

Como veremos neste capítulo, as experiências da Copava e de CA apresentam algumas diferenças e peculiaridades, mas também algumas analogias. O primeiro argumento que será enfrentado é o da questão da terra, aspecto relacionado aos fins desta pesquisa. A ocupação de terra marcou desde o início o histórico do MST, diferentemente dos produtores de CA, que são proprietários ou arrendatários. Há algumas diferenças também na organização da produção, seja em termos de escolha do tipo de produto a ser plantado e sua técnica agrícola – orgânico, agroecológico, convencional –, seja em termos de trabalho coletivo em contraposição ao trabalho individual.

Um outro aspecto a ser analisado refere-se ao tipo de organização que as experiências em análise escolheram constituir. A Copava, antes da fundação da cooperativa, experimentou um período de forma associativa; porém, os limites que encontraram levaram os associados a mudar o sistema organizativo. Ao longo desse caminho, algumas famílias abandonaram o projeto. Já CA, desde o início, escolheu fundar uma associação, particularmente para se relacionar com as instituições administrativas locais. No entanto, as relações com os aparelhos do Estado se limitam à resolução de questões administrativas pois CA, seguindo a tradição da esquerda antagonista, não procura o suporte do Estado. A Copava, diferentemente, desde a sua fundação se beneficiou de créditos públicos e auxílio de centros de pesquisa e instituições estatais. Na visão dos cooperados, o Estado deve desempenhar um papel decisivo na regulamentação do mercado e na compra dos produtos dos assentados pela reforma agrária. O modelo de ocupação adotado pela Copava não é contemplado na realidade italiana, porém, CA se tornou promotor de um projeto de acesso à

terra através um sistema de compra coletiva e do arrendamento por preços acessíveis para todos. Na Itália, em contraposição às ocupações de terra no Brasil, existem as ocupações urbanas de bens imóveis de propriedade privada ou pública, que correspondem a espaços sociais auto-geridos de contra-cultura e cultura não mercantilizada, troca de conhecimento e organização de modos de vidas contrários aos princípios capitalistas do consumo. Na última parte deste capítulo, procuraremos compreender melhor o que significa, no caso de CA, assumir esse modo de vida numa época em que as ideologias perderam centralidade como referência de luta política.

## **2.1 A questão da propriedade da terra e a definição da questão agrária**

Uma das diferenças mais evidentes entre as duas organizações é que, no caso da Cooperativa Copava, integrante do MST, agiu-se de acordo com o “roteiro” clássico do movimento, ou seja, a ocupação de terras como forma de acesso à terra. A ocupação é realizada na expectativa de que o INCRA (Instituto de Reforma Agrária) – ou, no caso da Copava, o ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) – reconheça aos ocupantes o direito de viver e cultivar a terra ocupada. No caso italiano, no entanto, após as lutas dos anos 50 e 60, as ocupações das terras perderam o papel central que elas tiveram por mais de um século nas revoltas camponesas. Campi Aperti é uma associação de proprietários ou arrendatários. Os fatores que levam a diferenças dessa magnitude certamente devem ser procuradas no passado diferente dos dois países, na colonização

antiga e moderna do território brasileiro, no papel da Igreja católica na afirmação de uma lei bíblica, aquela da terra para quem a trabalha, presente nos movimentos sul-americanos, e na perda do papel central da agricultura, nos anos 50 e 60, como fator de desenvolvimento econômico na sociedade italiana, como já indicamos brevemente no capítulo anterior.

Quando vamos tratar a questão agrária nos dois países é importante destacar como primeiro dado o fato de que o campo na Itália foi alvo de forte disputa política e ideológica. A questão agrária na Itália emergiu desde a segunda metade do século XIX, no debate político de G. Ferrari e C. Pisacane que, a partir do fracasso das revoltas de 1848-1849, chegaram à conclusão de que a revolução só poderia ser alcançada se alavancasse as massas camponesas, com base em um programa que previsse a transformação profunda do mundo rural e a suspensão da posse da terra. Com a intervenção dos governos, por volta da metade do século XIX, a questão agrária se tornou central na vida de vários países europeus e a questão da reforma agrária foi, em certa medida, também parte dos programas do governo e das forças liberais e conservadoras.

A reforma italiana de 1950 visava apenas a melhoria da produtividade agrícola sem mudar a estrutura agrária e promover uma distribuição mais equitativa da terra existente. Por isso, a reforma foi imediatamente objetos de fortes críticas, de todos os lados. Quem defendia essa iniciativa, como M. Rossi Doria, entendia que a reforma “desafiou a excessiva fragmentação da terra introduzida pela lei e seu fracasso substancial para promover um desenvolvimento capitalista energético da agricultura”. Já para Sereni e Grieco, importantes líderes comunistas, a lei respondia apenas a um projeto conservador, que investiu uma área muito limitada sem arranhões para a hegemonia do capital monopolista no campo.

Para a historiografia marxista, a lei continha uma contradição fundamental, pois queria promover “ao mesmo tempo a disseminação da pequena propriedade camponesa e o desenvolvimento da grande empresa capitalista (Daneo C., G. Bolaffi, A. Varotti), e sua funcionalidade era um elemento crucial do consenso dos Democratas-Cristãos (F. Renda, R. Zangheri, R. Villari, P. Ginsborg)”<sup>37</sup>.

A questão agrária perdeu seu papel central com a progressiva industrialização do país, o esvaziamento das áreas rurais e a atenuação das lutas sociais no campo. Após essa época na qual se discutiu a reforma agrária, o tema sumiu e a política agrícola passou a ser responsabilidade da União Europeia com a Política Comum Agrária (PAC). No debate atual, é importante ressaltar que o fenômeno global da grilagem da terra que, desde 2008, aumentou de forma acentuada devido à convergência de crise financeira, alimentar, energética e climática, transformou a terra em bem de investimento e em recurso fundamental para se apropriar. Na Itália, o art. 66 do decreto-lei de 2012 sobre as liberalizações, chamado de “Salva-Itália”, determinou que, devido à crise, o Estado pode obter mais receita com a venda de terras públicas estatais com vocação agrícola. Esta decisão, na realidade, não é apenas um problema a nível nacional, mas traz consigo o risco de que as terras à venda acabem nas mãos de empresas multinacionais ou grandes corporações, aumentando ainda mais a já elevada taxa de concentração de terras. No Brasil, ao contrário, o problema da terra é ainda hoje um dos temas mais debatidos no âmbito político por causa da importância da produção agrícola na economia nacional e da extrema concentração de terra e desigualdade social.

Duas teses principais enfrentam-se na análise histórica da agricultura brasileira: por um lado, aqueles que vêem o mundo agrário caracterizado por relações de tipo capitalista,

<sup>37</sup> <http://www.pbmstoria.it/dizionari/storiografia/lemmi/342.htm>

por outro lado, aqueles que argumentam a existência de relações feudais. Caio Prado Junior<sup>38</sup>, por exemplo, um defensor da primeira tese, vê na formação da grande propriedade fundiária a exploração de um território virgem com simples fins comerciais para o benefício dos interesses europeus. Florestan Fernandes<sup>39</sup> também nega a existência de um modelo feudal de tipo europeu e apoia o argumento de que o capitalismo foi introduzido com a colonização como «parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil» (FERNANDES, 2006, p. 37). Alberto Passos Guimarães<sup>40</sup>, ao contrário, entende que o monopólio colonial e feudal da terra era evidente devido à presença de formas de concentração da terra estabelecidas com a colonização portuguesa dos territórios indígenas e perpetuadas até hoje, graças ao poder de uma elite de manter o próprio domínio sobre a população rural. Enquanto na Europa abandonava-se progressivamente o modo de produção feudal, a fim de avançar para novas formas de capitalismo, o Portugal transportou para o Brasil essas relações econômicas e instituições políticas, constituindo uma nobreza com poder feudal.

O debate sobre a reforma agrária no século XX levou ao confronto, em particular, de quatro correntes de pensamento: 1. como mencionado anteriormente, alguns intelectuais do PCB, como Alberto Passos Guimarães, propuseram uma interpretação que considerava as relações sociais no campo ainda como caracterizadas por aspectos de tipo feudal<sup>41</sup>: a

---

<sup>38</sup> Caio da Silva Prado Júnior (1907-1990) historiador, geógrafo, escritor, político e editor brasileiro, militante do PCB, do qual, porém recusou as teses que, conforme o autor, pretendiam adaptar o marxismo à realidade brasileira sem propor uma análise profunda e necessária do seu caso específico.

<sup>39</sup> Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo e político brasileiro, autor de dezenas de obras, é reconhecido no Brasil e na América Latina por ter introduzido na pesquisa sociológica um novo rigor analítico e crítico.

<sup>40</sup> Alberto Passos Guimarães (1908-1993) autodidata e militante do PCB desde a juventude. Em 1963 publicou sua obra principal *Quatros séculos de latifúndio* onde argumenta suas teses sobre o tema citado.

<sup>41</sup> Conforme os autores do livro *Camponeses Brasileiros*: “Ele [Guimarães] introduz argutamente uma diferença entre o 'monopólio feudal da terra' propriamente dito, ou seja, a forma própria de feudalismo europeu, e o 'monopólio colonial, feudal e escravista da terra', a forma típica da formação brasileira. Se o primeiro feudalismo acabaria permitindo, ao longo dos séculos, a inclusão progressiva da população como

proposta de reforma deles, por isso, foi marcada por um anti feudalismo, que visava ao desmantelamento das grandes propriedades; 2. uma segunda versão era aquela proposta por economistas, liderados por Celso Furtado, que haviam trabalhado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), uma organização pertencente à ONU, segundo os quais o estado de subdesenvolvimento do país teria de sugerir uma solução capaz de transformar milhares de camponeses em proprietários e consumidores, para o desenvolvimento de uma economia capitalista em nível nacional; 3. uma terceira hipótese era aquela apresentada pela Igreja Católica, que passou a defender o direito de cada cristão à justiça social e à pequena propriedade, adotando o slogan “terra para quem a trabalha”, compartilhando esta aproximação com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, em particular, com o economista Paul Singer; 4. finalmente, a quarta proposta, em direção de uma reforma agrária anti-capitalista, era aquela avançada por Caio Prado Júnior, o qual, como estudioso da questão agrária e ex-militante do PCdoB, denunciava, contra as teses que sugeriam a existência de resíduos feudais nas relações sociais no campo, a existência de autênticas relações capitalistas de produção, dos quais se beneficiava exclusivamente a burguesia brasileira.

O conceito de reforma agrária é debatido ainda hoje nas universidades e nas mídias: seus defensores relatam as razões em favor da validade de sua realização, enquanto que aqueles que a recusam coletam dados e estatísticas para refutar essas alegações. O que está faltando em ambos as posições, de acordo com Mendonça, é a capacidade de distinguir o que é “reforma agrária” e o que significa “questão agrária”:

O problema central que nenhum dos lados esclarece de modo suficiente é que para focalizar a questão adequadamente é preciso perceber a “reforma agrária” como um fruto da correlação de forças políticas inseridas no Estado, visando a solucionar algo mais amplo, a “questão agrária” a qual,

---

camponeses parcelários, o segundo tipo, o nosso 'feudalismo', moldado pelo sistema da monocultura, pelo sistema da 'plantação', teria produzido na população livre a 'repugnância pelo trabalho', afastando-a, ou mesmo excluindo-a do processo produtivo”. (Camponeses Brasileiros AA.VV. 2009, p. 25)

por sua vez, obstaculiza o desenvolvimento da democracia, ainda que não dificulte, muito pelo contrário, o desenvolvimento do capitalismo (MENDONÇA, 2008, p. 104).

O que no Brasil está em jogo não é apenas a sobrevivência das pequenas produções e dos camponeses mas a implementação de um projeto democrático para o país que agregue a democratização da terra ao questionamento do próprio modelo de desenvolvimento vigente. Por “questão agrária<sup>42</sup>” a autora entende “o conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada” que também provoca a concentração de poder econômico, político e simbólico, para a qual se chega à construção de estruturas de sujeição da população rural e a um tipo de exploração racional da terra que é considerada “mais adequada” para o desenvolvimento nacional (MENDONÇA, 2008, p. 105).

Se os níveis de produção e de produtividade no campo foram, como dissemos, de certa forma, resolvidos, a justificativa estritamente econômica para a realização de uma reforma agrária, isto é, aquela que afirmava que a reforma agrária seria indispensável para permitir um incremento da produção de alimentos e matérias-primas, barateando, dessa forma, salários e produtos e permitindo a expansão capitalista no Brasil, foi perdendo força, e a reforma agrária passou a ser encarada muito mais como uma forma política de resolver um problema de justiça social, ou seja, a questão da permanência do homem no campo e da melhoria de suas condições miseráveis de vida, impedindo que se transformasse em desempregado e favelado nas cidades (COLETTI, 2005, p. 51).

---

<sup>42</sup> Com a proclamação do “Estado Novo” por parte de Vargas, o projeto de desenvolvimento industrial concebido pelo Presidente teria que dar respostas para os problemas do campo: o Estado devia incorporar a figura do trabalhador rural, sem afetar os interesses das oligarquias mais influentes e a agricultura teria que submeter-se às exigências da nova regulamentação econômica. Finalmente, teria sido necessário aumentar a produtividade dos trabalhadores, como afirmado no livro *O Trabalhador rural brasileiro*, publicado pelo Ministério do Trabalho em 1937 (WELCH, 2006, p. 63). Estas preocupações estimularam os primeiros estudos sobre a questão que mais tarde foi chamada de “questão agrária”:  
“Poderíamos, assim, dizer que a legislação agrária varguista marca claramente o surgimento de uma Questão Agrária no Brasil. Até então, o campo era tratado como a atividade natural, única possível do País - era a época do Brasil, País essencialmente agrícola; agora, o campo passa a ter uma função num programa, ainda difuso, de desenvolvimento nacional. E, um pouco mais do que isso: o campo, com seu homem tradicional, passa a ser visto como um problema, uma questão, a do obstáculo ao pleno desenvolvimento do conjunto do País”. (TEIXERA DA SILVA, 1998, p. 125)

Existe também uma “dinâmica perversa” que bloqueia qualquer tentativa de aumentar a produção e a produtividade no campo, mas o mais importante, qualquer tentativa de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e seu grau de participação no processo político democrático. Segundo Mendonça, essa dinâmica perversa não se limita a fatores puramente econômicos, técnicos ou tecnológicos, mas também se refere aos mecanismos legais, políticos e culturais recém-formado no meio rural, derivados de três processos interligados: o elevado grau de concentração da propriedade da terra, o grande número de sem-terra e, enfim, o que se define como “judicialização” do problema agrário, especialmente desde a década de 80 (MENDONÇA, 2008, p. 105). Essa época é, de fato, caracterizada também por três tendências gerais e concomitantes: a constituição e o crescimento dos complexos agro-industriais, a redução do papel da produção em pequena escala no processo de desenvolvimento capitalista, perdendo o seu espaço tanto como produtor de bens que como reserva de trabalho e, finalmente, pela redução do trabalho temporário sazonal, devido à mecanização de partes das fases de produção agrícola:

uma reflexão que se pretenda crítica deveria realçar que a contradição fundamental dessa “nova” agricultura continua se dando entre exploradores e explorados, onde os primeiros são uma parte da grande burguesia e os segundos, os assalariados rurais e pequenos agricultores dizimados, expropriados e em vias de proletarianização (MENDONÇA, 2008, p. 106).

Todos estes fatores explicam o fenômeno das ocupações de terra como ato, podemos dizer legítimo, para poder ter a garantia de uma moradia e de uma forma de sustento econômico, além da vida comunitária que fortalece a união e a ajuda mútua, conforme Fernandes:

a ocupação de terra é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os

sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (FERNANDES, 2000, p. 19)

As ocupações de terra levam à expansão do MST, enquanto, por outro lado, os grandes proprietários de terra se organizam para enfrentar os trabalhadores rurais e criam, em 1985, a União Democrática Ruralista (UDR). Os inimigos da UDR são o MST e os setores da igreja progressista, contra os quais organizaram milícias privadas para o enfrentamento direto em defesa da propriedade.

Quando surgiu o MST os camponeses que formariam a Copava começaram a receber informações sobre as ocupações de terra através da rádio que, na época desenvolvia um papel fundamental, e dos jornais municipais e regionais. A mídia tratava a questão das ocupações de terra de uma forma que pretendia colocar medo nas pessoas, através de imagens e histórias sobre, por exemplo, a existência de jagunços para desincentivar reprodução dos primeiros acampamentos que, no Estado de São Paulo, surgiram em torno de 1984-85. Quando aconteceu a primeira ocupação da Fazenda Pirituba, que depois de um ano obteve o reconhecimento da terra pelo Governo do Estado e se tornou a agrovila I, os camponeses da Copava foram visitar os assentados para conhecer a experiência deles. Naquele ano, a produção de feijões pela associação que foi criada na agrovila I deu ótimos resultados, afirmando-se como um exemplo viável para os camponeses da região. Em 1985 a Igreja adotou como tema da campanha da fraternidade "terra de Deus, terra de irmãos" e a paróquia divulgou o material nas comunidades rurais. Com isso nasceu a ideia de começar a criar um grupo para discutir a questão da ocupação, que envolveu as paróquias, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapeva e Itaberá e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo. Estes sindicatos intervieram nos debates e

ajudaram na procura de informações sobre o histórico da Fazenda Pirituba. Em 1986 as famílias cadastradas no sindicato, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ocuparam a terra que hoje pertence à agrovila III. A ideia de base de Zezinho<sup>43</sup>, um dos assentados com o qual conversei, era a de estar em uma área do Estado, possuir uma área para produzir, e ter a garantia de compra dessa produção por parte do Estado: “para mim era o básico”<sup>44</sup>. No início da ocupação, quando foi fundada a associação, o objetivo era produzir para o autosustento arroz, feijão, posteriormente leite, e continuar com a ocupação de terra. No início foi reconhecida apenas uma pequena parte da terra da Fazenda Pirituba e daquele que hoje faz parte da agrovila III. Após um ano “as famílias têm a sua primeira conquista, uma parte bem pequena da área foi desapropriada para ser assentamento emergencial, onde as famílias passam a produzir alimento para subsistência e moradia” (DOSSIÊ).

## **2.2 Formas cooperativas e associativas: a concepção de cooperativismo na Copava, o enfraquecimento do cooperativismo na Itália**

As formas organizativas de tipo cooperativo foram adotadas pelo MST a partir do final da década de 80 com a constituição de Cooperativas de Produção Agro-pecuária (CPAs), Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS) e o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Este último era responsável “pela organização de base dos assentados, pela organização da

---

<sup>43</sup> Entrevista realizada em Itapeva em outubro de 2014.

<sup>44</sup> Entrevista com José Aparecido Ramos, ou Zezinho, realizada em outubro de 2014.

produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também, pela mobilização social dos assentados frente a política agrícola do governo, a política econômica e pelas condições básicas dos assentamentos” (CONCRAB, 1997, p. 9). No Caderno de Cooperação Agrícola nº 5, organizado pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) afirma-se a necessidade de criar um cooperativismo “alternativo ao modelo econômico capitalista” capaz de demonstrar um modelo diferente de organização econômica alicerçado em bases e valores diferentes, um “cooperativismo de oposição” frente à política neoliberal e ao cooperativismo tradicional<sup>45</sup>.

Os objetivos da constituição de cooperativas são de caráter econômico e sócio-político. No primeiro caso, trata-se de resolver os problemas econômicos das famílias assentadas, desenvolvendo a Cooperação Agrícola como projeto capaz de garantir resultados financeiros adequados e que representem uma alternativa viável para os trabalhadores do campo, aumentar a produtividade do trabalho e modernizar a produção aproveitando da melhor forma as áreas e os recursos naturais disponíveis, desenvolver a agroindústria e um modelo tecnológico apropriado à realidade dos Assentamentos. Do ponto de vista sócio-político, os objetivos são, em primeiro lugar, constituir uma forma de resistência ao capitalismo<sup>46</sup>, levando adiante um projeto estratégico de mudança da sociedade, transformando a luta econômica em luta política e ideológica; um projeto que sirva de exemplo de propaganda e de alianças na sociedade; que seja capaz de provar que a

---

<sup>45</sup> Como afirma I Mendonça (2005): “Entre 1930 e 1945 o cooperativismo brasileiro seria marcado pela disputa entre duas correntes, o cooperativismo “livre” e o “cooperativismo sindicalista”, até o expurgo definitivo, em 1938, deste último. O êxito do chamado “cooperativismo livre”- ainda que doutrinário e fortemente estatizado – correspondeu a uma política estatal voltada para a cooperativização do campo em âmbito nacional, acompanhada pela forte burocratização imposta pelo Ministério da Agricultura”.

<sup>46</sup> Como é possível ler no Caderno CONCRAB, essa forma de resistência não pode ter a ilusão de “libertar da exploração capitalista”, por isso precisa continuar lutando.

reforma agrária é viável. O sistema cooperativo representa também um instrumento capaz de aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante dos governos, de acumular forças em direção da transformação da sociedade e de formar os quadros políticos e técnicos para o MST. Enfim, além de criar objetivamente melhorias nas condições de vida dos assentados, do ponto de vista do acesso à moradia e serviços como luz elétrica, saúde, educação, cultura, contribui à construção do “Homem Novo” e da “Mulher Nova” que se tornam “pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas um com os outros” (CONCRAB, pp. 13-14). Conforme a CONCRAB a agroindustrialização representa a possibilidade “de descentralização do desenvolvimento econômico do país, levando para interior a indústria” oferecendo a oportunidade e as condições para a juventude ficar no meio rural, preocupação pela qual o MST sempre lutou.

No caso da Copava, a escolha inicial foi a de formar uma associação, denominada *Associação dos Produtores Rurais do Projeto do Assentamento Pirituba II*, com terra comum e divisão igual dos produtos, mas depois de um tempo foram encontrados alguns limites que apenas a forma cooperativa poderia resolver. A associação nasceu em 1986-1987 e foi constituída por 80 famílias. Em 1992-1993 discussões internas levaram um grupo de 24 famílias a optar pela fundação de uma cooperativa. Naqueles anos o MST tinha elaborado o material sobre “Cooperação agrícola do MST” (Cadernos CONCRAB), e os membros da Copava participaram do debate sobre o sistema cooperativo. Os objetivos deste sistema organizativo, segundo um trabalhador da cooperativa entrevistado pela colega Luciana Henrique da Silva, era a de produzir em grande escala através da industrialização do produto, uma alta produtividade e uma determinada qualidade dos produtos. Isso explica-se também pelo fato de que a sociedade não teria aceitado que uma terra produtiva

fosse ocupada para produzir menos do que era produzido antes. Com a chegada do Fernando Henrique Cardoso ao governo e o corte de créditos públicos para a reforma agrária, muitas cooperativas tiveram problemas e faliram, mas a Copava conseguiu resistir. Um “regimento interno” formalizado, uma estrutura interna dividida em setores de produção e divisão da mão-de-obra, a inclusão de mulheres e jovens na produção e organização, são todos fatores que permitiram a sobrevivência da cooperativa.

Quanto à escolha dos integrantes de CA de fundar uma associação, isso se deve a vários fatores. Como explicou Carlo, a forma associativa foi escolhida porque CA é uma entidade política fundada na tradição da esquerda radical e extra-parlamentar:

Somos uma associação porque antes de ser uma entidade econômica somos uma entidade política. Começamos como um grupo informal na tradição da esquerda radical italiana, e continuamos a nos comportar como tal, por exemplo, dando um papel central às reuniões de auto-governo (CARLO, 2014).

Além disso, na região Emilia Romagna o movimento cooperativista de marco socialista ou reformista, a partir das últimas décadas do século XIX, desempenhou um papel fundamental na organização econômica, política e social, nos diferentes setores, agrícola, industrial e de serviços. Os valores da cooperação se tornaram um dos pilares da relação entre Resistência e sociedade civil e no segundo pós-guerra, com a retomada da própria autonomia do movimento, as cooperativas aparecem como os instrumentos para projetar a reconstrução do país (MENZANI, 2005, pp. 257-258). A cooperação “branca”, de marco católico e interclassista, diferenciava-se daquela “vermelha” de marco comunista e socialista. Esta última interpretava este tipo de organização como um instrumento de luta de classe através do qual o proletariado podia controlar as atividades econômicas sem sofrer a

exploração das relações de trabalho que beneficiavam apenas o patrão (MENZANI, 2005 p. 259). A cooperação agrícola no bolonhese organizava diferentes setores e obteve também a concessão de terra dos entes públicos registrando alguns sucessos iniciais que, em seguida, recuaram devido ao refluxo das lutas agrárias no início da década de 50 (MENZANI, 2005, p. 273). Entre os cooperadores existia a ideia e a vontade de constituir uma estrutura cooperativa articulada, capaz de organizar a produção, a venda, o crédito e o lazer. Infelizmente, tais projetos encontraram diferentes dificuldades que podem ser resumidas principalmente em cinco pontos. Primeiro, os problemas de caráter financeiros como a subcapitalização, o atraso dos pagamentos e a contínua flutuação da inflação; segundo, com o fim da emergência e da indigência, perdeu-se o espírito de solidariedade; terceiro, a discriminação da política governamental contra as organizações socialistas e comunistas; quarto, a hostilidade da lei em relação ao cooperativismo; quinto, a dificuldade de competir em um livre mercado com a empresa privada, com forte potencial em termos de capital e com uma lógica desprovida de objetivos sociais, permitindo-lhe ser mais competitiva (MENZANI, 2005, pp. 270-275). A perda de importância da agricultura, as lutas sindicais e o êxodo rural foram outros aspectos que contribuíram com as mudanças do sistema cooperativo no setor agrícola (MENZANI, 2005, p. 287). A lógica de sacrificar a produção, a fim de garantir emprego para todos, foi lentamente abandonada junto com outras medidas como a busca de trabalho fora da região, os investimentos em função da especialização e o ingresso no mercado imobiliário, antes considerado imoral porque especulativo. Um último fator central é a fusão de cooperativas que se tornaram grandes empresas com o conseguinte afastamento do sócio da tomada de decisões. Todas estas razões explicam a escolha de CA por fundar uma associação ao invés de uma cooperativa, conforme as palavras de Carlo, um dos fundadores de CA:

aqui estamos na Emilia, talvez o epicentro do mundo cooperativo, e consideramos esta experiência, por um conjunto complexo de razões, um fracasso. A Liga das Cooperativas é para nós, uma tentativa de construir uma alternativa ao sistema absorvido e normalizado pelo capitalismo mundial (CARLO, 2014).

O tema da organização de CA tem sido debatido durante muito tempo dentro da associação no último ano. Nesse período, de fato, a partir de outubro de 2013, foram estabelecidas mudanças na organização, como resultado de transformações ocorridas ao longo do tempo, devido às quais foi necessário implementar melhorias para atender às novas exigências. Entre as novidades, salientamos a expansão do número de associados e mercados, o aumento das atividades de que a associação participa, as novas relações estabelecidas com grupos, associações e indivíduos, e a participação em projetos regionais e nacionais. Em 2013, a situação tornou imprescindível um processo de reorganização capaz de garantir a autonomia dos mercados e a possibilidade de a Assembleia Geral tomar decisões sobre todos os assuntos relacionados à associação. Muitas reuniões foram realizadas para discutir as propostas dos produtores e co-produtores e encontrar a melhor forma organizativa. A variedade e multiplicidade das questões a serem enfrentadas levou à criação de grupos de trabalho específicos (orçamento, comunicação, organização de novos mercados, transformadores, garantia participativa e entrada de novas fazendas), aos quais é possível adicionar novos grupos, quando propostos por alguém e com referentes que se ocupam deles. Dentro dos grupos de trabalho são elaboradas propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, mas eles não têm autonomia para a tomada de decisões. Cada grupo de trabalho temático deverá nomear um ou mais representantes que terão a tarefa de divulgar as datas e locais das reuniões, e de manter a Assembleia Geral informada de eventuais novidades.

Cada mercado tem o dever de formar a sua própria assembleia, a qual nomeará dois referentes. Esta assembleia desempenha várias funções, incluindo a gestão do seu espaço do mercado, o controle sobre a observância dos princípios da associação e da garantia participativa dos membros da associação. Além disso, pode instituir um fundo para financiar iniciativas dentro do seu mercado. A Assembleia Geral, que organiza suas reuniões abertas ao público a cada dois meses, dependendo da programação feita no início do ano – ou do que for decidido, eventualmente, nas assembleias gerais extraordinárias –, também cumpre outras tarefas administrativas, tais como: a nomeação do Presidente, que tem a função de propor a agenda de cada reunião “com base no parecer do indivíduo ou do mercado de fabricantes ou grupos de trabalho”, a aprovação do orçamento e a escolha ou não se alterar o estatuto da associação, a carta de princípios e os regulamentos de cada mercado. No que diz respeito à participação em eventos, reuniões, conferências, entrevistas e acolhimento de pessoas interessadas em conhecer as atividades da associação, de acordo com um princípio de confiança mútua, cada um é livre para fazer suas próprias escolhas tendo apenas como “obrigação” comunicar quaisquer adesões via lista de discussão de e-mail.

### **2.3 Diversos tipos de produção agrícola: agroecologia e agricultura biológica**

As mudanças climáticas, a crise ambiental, a escassez do petróleo, a dependência das multinacionais, comportaram uma reflexão sobre os métodos de produção agrícola convencionais e monoculturais e as viagens dos produtos através de importações e

exportações. A Copava, há muitos anos, colocou em questão o modelo agrícola convencional que foi adotado no começo da produção e está transitando para um modelo de agricultura agroecológica. As razões que levaram para essa mudança são diferentes: “altos custos de investimento sem lucro, exclusão da mão-de-obra, alta poluição ambiental e dependência das multinacionais” (DOSSIÊ). A Copava é participante ativa do Fórum dos Assentados, criado em 2004/2005, através da Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (Coapri), da qual a Copava faz parte. O Fórum constitui um espaço de análise, debate e organização coletiva e criou um Programa de Recuperação dos Assentados (PRA) no qual as comunidades atuam junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com a participação do ITESP. Depois de um diagnóstico da realidade e debate, foi elaborado um documento chamado “Pacto Ambiental dos Assentados/as” que tem como meta “fazer a transição do atual modelo tecnológico de agricultura convencional (agrotóxicos, monocultura, etc) para ser substituído por um novo modelo diversificado, auto-sustentável e ecológico”. Este mesmo projeto compreende também um processo educativo que assegure uma gestão responsável dos recursos do planeta” e promova o “aumento na promoção simultânea de desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental” (DOSSIÊ). Por enquanto, a Copava possui uma produção de hortaliças orgânicas que abastecem as famílias e os Programas da Prefeitura aos quais a cooperativa adere, o cultivo de cana-de-açúcar segundo os princípios da agroecologia: “a) Produção orgânica, b) Inclusão de mão-de-obra da agricultura familiar, c) Nova forma de diversificação da produção, d) Respeito ao meio ambiente, e) Soberania frente à pressão das multinacionais” (DOSSIÊ). Desde 2008/2009 começou um programa junto com a Embrapa para a produção de sementes de feijão para abastecimento da Agricultura familiar.

Em relação à produção de energia alternativa, a Copava tem como meta a soberania energética e projetos que geram água quente, gás de cozinha e aproveitamento sustentável de toda forma de energia gerada, como veremos de forma mais completa no último capítulo.

A agroecologia, difundida na América Latina, em especial no Brasil, e em outros países, é considerada “um padrão técnico-agronômico capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica” (ALTIERI, 2004, p. 12). É relevante destacar um aspecto importante da agroecologia, ou seja, qual é o seu objetivo principal, o que a diferencia também das preocupações da agricultura biológica que é praticada, por exemplo, na Europa. Conforme Miguel Altieri, especialista em agroecologia, o escopo do enfoque agroecológico “é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza”, atendendo desta forma às necessidades sociais das populações rurais (ALTIERI, 2004, p. 12). Uma tabela que mostra a comparação entre o comportamento da Revolução Verde e da agroecologia, que o mesmo autor publicou, esclarece as diferenças evidentes entre os princípios da Revolução Verde e aqueles da agroecologia (ALTIERI, 2004, pp. 43-44). A comparação entre os dois modelos leva em consideração diferentes características: técnicas, ambientais, econômicas, institucionais e socioculturais, ressaltando de forma evidente a superioridade do modelo agroecológico, em todos os aspectos.

*Comparação entre as tecnologias da Revolução Verde e da agroecologia*

<i>Características</i>	<i>Revolução Verde</i>	<i>Agroecologia</i>
<i>Técnicas:</i>		
Cultivos afetados	Trigo, milho, arroz, etc.	Todos os cultivos.
Áreas afetadas	Na sua maioria, áreas planas e irrigáveis.	Todas as áreas, especialmente as marginais (dependentes da chuva, encostas declivosas).
Sistema de cultivo dominante	Monocultivos geneticamente uniformes.	Policultivos geneticamente heterogêneos.
Insumos predominantes	Agroquímicos, maquinário; alta dependência de insumos externos e combustível fóssil.	Fixação de nitrogênio, controle biológico de pragas, corretivos orgânicos, grande dependência dos recursos locais renováveis.
<i>Ambientais:</i>		
Impactos e riscos à saúde	Médios a altos (poluição química, erosão, salinização, resistência a agrotóxicos, etc.). Riscos à saúde na aplicação dos agrotóxicos e nos seus resíduos no alimento.	Nenhum.
Cultivos deslocados	Na maioria, variedades tradicionais e raças locais.	Nenhum.
<i>Econômicas:</i>		
Custos das pesquisas	Relativamente altos.	Relativamente baixos.
Necessidades financeiras	Altas. Todos os insumos devem ser adquiridos no mercado.	Baixas. A maioria dos insumos está disponível no local.
Retorno financeiro	Alto. Resultados rápidos. Alta produtividade da mão-de-obra.	Médio. Precisa de um determinado período para obter resultados mais significativos. Produtividade da mão-de-obra de baixa a média.
<i>Institucionais:</i>		
Desenvolvimento tecnológico	Setor semipúblico, empresas privadas.	Na maioria, públicas; grande envolvimento de ONGs.

<i>Socioculturais:</i>		
Capacitações necessárias à pesquisa	Cultivo convencional e outras disciplinas de ciências agrícolas.	Ecologia e especializações multidisciplinares.
Participação	Baixa (na maioria, métodos de cima para baixo). Utilizados para determinar os obstáculos à adoção das tecnologias.	Alta. Socialmente ativadora, induz ao envolvimento da comunidade.
Integração cultural	Muito baixa.	Alta. Uso extensivo de conhecimento tradicional e formas locais de organização.

De acordo com Altieri (2004, p. 74-75), estudos comparativos (Lockeretz et al., 1981; Lampkin, 1990 *apud*. Altieri) entre sistemas de cultivo orgânico e convencional têm mostrado que “em condições de desenvolvimento altamente favoráveis, as produtividades da agricultura convencional foram muito maiores do que as da agricultura orgânica” mas, em termos de áreas mais secas a agricultura orgânica garante resultados iguais ou melhores de produção convencional. Deve-se acrescentar, ainda, que após três ou quatro anos em que a técnica de rotação de culturas foi adotada, o rendimento da safra, no caso de agricultura orgânica aumenta para alcançar os mesmos resultados que a convencional. Outro aspecto destacado pelo autor é o do consumo de energia necessário para a produção: o consumo de energia é maior no caso da convencional em comparação com a orgânica e esta última representa, sem dúvida, uma eficiência energética muito maior.

Em diferentes partes do mundo surgiram modelos agrícolas com determinações como “orgânica, biológica, ecológica, biodinâmica, regenerativa, permacultura, etc., cada uma delas seguindo determinados princípios, tecnologias, normas, regras e filosofias, segundo as correntes a que estão aderidas” (CAPORAL, 2009, p. 9). Tais alternativas, porém, “não conseguiram dar as respostas para os problemas socioambientais que foram se

acumulando como resultado do modelo convencional de desenvolvimento rural” empreendido sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. Este tipo de falha levou à construção de um novo tipo de conhecimento, baseado na compreensão holística dos agroecossistemas capaz de atender a uma série de critérios. O autor brasileiro Caporal, citando uma classificação elaborada pelo americano Stephen R. Gliessman, relata as seguintes condições a ser cumpridas:

a) baixa dependência de inputs comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção, a longo prazo, da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno antes de produzir para a exportação (Gliessman, 1990)

Como já vimos no capítulo primeiro, os produtores que aderem à Campi Aperti devem utilizar técnicas agrícolas orgânicas e que, de fato, fazem referência a diferentes teorias, bio-dinâmica, sinérgica, de rotações das culturas. A agricultura orgânica prevê a exclusão em grande parte do uso dos fertilizantes e agrotóxicos sintéticos, que passam a ser substituídos o máximo possível por recursos provenientes da mesma unidade produtiva, ou o mais próximo dela.

Esses recursos internos incluem energia solar ou eólica, controles biológicos de pragas, o nitrogênio fixado biologicamente, e outros nutrientes liberados da matéria orgânica ou das reservas do solo. As opções específicas nas quais a agricultura orgânica encontra-se baseada, tanto quanto possível, incluem rotações de cultura, resíduos de lavouras, esterco animal, uso de leguminosas e adubos verdes, resíduos externos à unidade produtiva, cultivo mecânico e rochas moídas que contenham minerais, etc. Todas essas práticas levam ao aumento da matéria orgânica do solo, à eliminação de resíduos potencialmente tóxicos dos agrotóxicos, à supressão biológica de pragas, doenças e ervas adventícias, e à estocagem de

água da chuva, evitando o escoamento desnecessário (ALTIERI, 2004, p. 74)

As agriculturas alternativas e orgânicas, resultado da aplicação de técnicas e métodos diferenciados dos modelos convencionais, não necessariamente estariam seguindo os enunciados fundamentais da agroecologia. Como afirma Caporal, “a construção de agriculturas mais sustentáveis precisa ter presente as dimensões ecológicas, econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas da sustentabilidade”. Por esta razão, a agroecologia implica também mudanças estruturais, como a reforma agrária e o acesso aos meios de produção, e metodologias participativas, como o acesso aos direitos básicos de cidadania, respeito às diferenças culturais, de gênero, de raça, de etnia (CAPORAL, p. 12).

A Associação CA denomina-se “Agricultura biológica e feiras camponesas auto-geridas”. Em alguns casos, os produtores possuem uma certificação oficial de produção biológica, enquanto muitos se definem auto-certificados, ou seja, são reconhecidos pela associação na fase da visita à fazenda e através da certificação participada. A necessidade de simplificar o sistema de certificação biológica levou à criação de um método para que os camponeses possam evitar a dependência da burocracia e do gasto e a produção seja avaliada diretamente pelos outros produtores e co-produtores, conforme outros critérios, tema que será aprofundado no próximo item. Para quem vende produtos transformados, eles têm que usar ingredientes de origem da sua produção ou abastecer-se entre os produtores de CA ou, de qualquer forma, comprar produtos orgânicos possivelmente em fazendas biológicas de pequena escala.

Se o modelo da Copava acha-se em uma transição para a agroecologia, o modelo defendido pelos integrantes de CA é a agricultura orgânica camponesa de pequena escala,

como eles mesmos afirmam no Manifesto para os 10 anos da fundação:

Um passo foi considerar que “orgânico” não é suficiente: orgânico pode ser até mesmo a indústria, pode ser exploração, alienação, opressão. Orgânico pode significar enriquecimento astuto, lógicas do capital, negócios verdes, ecolabel<sup>47</sup>. Orgânico repete muitas vezes, esteticamente revisitado, o mesmo sistema poluente e injusto que queremos combater. Para nós, o único futuro possível é na agricultura camponesa, que é a agricultura de pequena escala, que valoriza o trabalho, utiliza pouco capital, diversifica as produções e cujo produtos permanecem em um circuito local. (MANIFESTO, 2010, p. 2)

Embora a agricultura orgânica já exista há cerca de 40 anos e abranja 35 milhões de hectares em todo o mundo, os transgênicos, que apareceram em 1996, ascenderam em 2012 para 100 milhões de hectares, ou seja, um espaço três vezes superior ao orgânico, e estão continuando a crescer, graças também ao financiamento das multinacionais para os institutos de pesquisa e universidades. Emblemático, nesse sentido, é a questão da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), uma instituição pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, criada em 1973, com o objetivo de “desenvolver, em conjunto com nossos parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA, um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País”, como é possível ler no site da empresa<sup>48</sup>.

Pode-se dizer que comer é um ato político e ecológico, porque através da escolha dos produtos a serem consumidos apóia-se um sistema de produção ao invés de outro. O problema, porém, é a forma de garantir que os produtos orgânicos sejam acessíveis a todos

---

<sup>47</sup> O *Ecolabel* da UE (Regulamento CE nº. 66/2010) é a marca registrada de qualidade ecológica da União Europeia que premia os melhores produtos e serviços do ponto de vista ambiental, para que possam diferenciar-se de seus concorrentes no mercado, mantendo prestações de altos padrões. De fato, o *Ecolabel* indica que o produto ou serviço tem um impacto ambiental reduzido ao longo do seu ciclo de vida.

<sup>48</sup> <https://www.embrapa.br/quem-somos>

e neste sentido, isso tem a ver com todo o sistema político e organizativo de um país, com o tema da erradicação da pobreza e, resulta necessário, portanto, uma mudança política e social muito profunda. Para Altieri estamos em uma guerra envolvendo grandes multinacionais, principalmente cinco, que controlam todas as sementes e os movimentos básicos que estão lutando juntamente por justiça alimentar, que inclui movimentos urbanos e do campo como as Via Campesina urbanas. Um exemplo de solidariedade entre movimentos sociais do campo é o da Copava, por exemplo, que hoje está finalizando um projeto para entregar feijões para a Venezuela como forma de solidariedade entre movimentos sociais e países com dificuldades econômicas.

A partir deste ponto de vista, resulta interessante destacar a visão que possui a Associação CA diferentemente da Copava. Desenvolveu-se há vários anos na Europa a consciência sobre a origem dos produtos. Para enfrentar a questão do transporte dos alimentos, com seus relativos danos ambientais, econômicos e sociais, bem como para reduzir os números de intermediários comerciais que existem ao longo da cadeia que leva o produto “da fazenda à mesa”, defende-se a delimitação da compra de produtos a Km 0 e a cadeia curta. No esboço de um projeto escrito por CA a ser proposto para a Prefeitura de Bolonha, lê-se que:

a venda direta é uma prática fundamental para o apoio da agricultura camponesa e uma atividade que vem ganhando interesse entre os consumidores nos últimos anos. Através da venda direta, o consumidor pode conhecer quem produz o que ele come, perguntar a ele informações sobre como ele trabalha e as características de seus produtos. Não mais, portanto, alimentos que vêm de milhares de quilômetros de distância, armazenado em câmaras frias por dias, produzidos por métodos desconhecidos em áreas desconhecidas, com elevados custos em termos de utilização de recursos e poluição ambiental e, talvez, com a exploração do trabalho. Os produtos dos mercados de Campi Aperti são quanto mais possível locais e sempre tudo orgânico. Ao pular várias etapas que a mercadoria deve tomar para chegar para pequenos e grandes varejistas – e eliminando,

assim, os custos adicionais que são um fardo para o preço – a venda direta permite aos produtores obter uma remuneração mais justa para o seu trabalho e aos consumidores comprar produtos frescos e de excelente qualidade a preços acessíveis.

Quando conversei com Zezinho da Copava sobre a questão de limitar as importações e exportações, ele apontou como primeiro ponto relevante a necessidade de resolver a fome do mundo. Conforme suas palavras, há lugares no mundo que não conseguem produzir, por diferentes razões, diante dessa situação é essencial que os Estados organizem o abastecimento dessas regiões no combate à fome. O que é fundamental é aonde vai esta produção: “se a produção está indo para o armazém do agronegócio jamais ela vai cumprir a função de extirpar a fome no mundo. A fim de resolver a questão da fome é o Estado quem deve assumir o papel de distribuir os alimentos e direcionar a produção” (ZEZINHO, 2014).

#### **2.4 Reivindicações e relação com o aparelho estatal: em busca de certificação e de políticas públicas**

Um dos primeiros problemas que os produtores de CA encontraram no seu caminho foi a questão da venda dos produtos, seja os provenientes diretamente da terra, seja os processados. Os camponeses de Bolonha têm tentado resolver a questão por meio da recuperação da prática do mercado camponês, criando, assim, um espaço em que a compra se torna um ponto de encontro coletivo, de solidariedade, de partilha de certos valores e de

tomada de consciência da situação dos camponeses:

Nossos campos são abertos porque aspiram à biodiversidade para deixar de fora os cultivos intensivos. Neles também encontram um lugar as ervas selvagens, aquelas que em um campo tradicional acabariam por ser dizimadas pelos herbicidas e que em nossos mercados, ao contrário, acabam nas nossas bancas.

Nossos campos são abertos também porque através da venda direta colocamos a prioridade sobre as relações com a comunidade. Nos nossos mercados, é a relação que se cria entre as pessoas que dá valor aos produtos, e não o contrário. (RIFLESSIONI SU 10 ANNI DELLA NOSTRA STORIA. È POSSIBILE UN'ALTRA ECONOMIA?)

Se quisermos ampliar o nosso olhar e interrogar os estudiosos do assunto, para melhor compreender o papel dessas práticas nas sociedades contemporâneas, é valiosa a contribuição do estudioso holandês Van der Ploeg que, recorrendo a autores como Perez-Vitória, afirma que os mercados são lugares onde as relações são modeladas pelos camponeses de tal forma a alcançar os mais altos níveis de flexibilidade, mobilidade e autonomia. As relações com o mundo exterior são construídas, mantidas e modificadas de acordo com repertórios de culturais locais (ou economias morais) (PEREZ-VITÓRIA, 2005, p. 132, sgg. 227). Geralmente estes repertórios locais enfatizam as virtudes do trabalho, os valores dos objetos e as relações criadas dentro e através de processos de trabalhos (auto-controlados), que pretendem administrar a fazenda como um processo socialmente construído (PLOEG, 2009, p. 48). Isso resulta em um padrão específico de relações econômicas no qual se insere o processo agrícola, o que permite modelar as relações com os mercados, de modo a garantir a realização de um grau de autonomia.

Se agora voltamos nossos olhos para a questão da certificação dos produtos agrícolas, é possível perceber como muitas empresas de CA, certificadas por organismos de controle aprovados, cientes das dificuldades burocráticas da certificação oficial, começaram um caminho em direção a uma forma de certificação de garantia mais simples, mas ao

mesmo tempo eficaz. Inicialmente era necessário, para se juntar à associação, preencher um formulário de auto-certificação, uma ficha de apresentação do produtor a ser exposta sobre as bancas do mercado e, por fim, era necessário participar de uma reunião da associação para contar a sua história e se apresentar para os membros. Tal tipo de sistema, baseado na responsabilidade individual dos camponeses, mostrou, no entanto, logo alguns limites. Neste ponto, os produtores e co-produtores elaboraram um conjunto de regras capazes de garantir a veracidade da produção orgânica e a venda exclusiva de seus próprios produtos<sup>49</sup>, instituindo uma “modalidade de recepção para os novos produtores que fosse baseada no conhecimento direto mais aprofundado por parte da comunidade, e, em seguida, em uma responsabilidade coletiva” (CERTIFICAZIONI IN CA). Portanto, de acordo com a regulamentação vigente hoje, para juntar-se à associação como produtor é necessário, em primeiro lugar, preencher um formulário no qual é apresentada a sua empresa e, mais tarde, receber uma visita em suas próprias terras e nos laboratórios de processamento de um grupo de produtores e co-produtores associados.

CampiAperti organiza, pelo menos, dois dias coletivos, “Os caminhos dos CAMPOS”, em que os produtores (dos quais pelo menos um do mesmo tipo de produto) e co-produtores realizam visitas a novas fazendas onde é possível ver os campos, animais, ferramentas de trabalho, as áreas de processamento, fonte de água, armazém e conhecer eventuais operários ou trabalhadores agrícolas empregados. Aqueles que visitaram a fazenda expressam seus comentários, críticas e opiniões na assembleia geral, que terá a palavra final sobre a decisão de aceitar ou rejeitar um produtor novo. Em caso de êxito, a empresa é convidada para a assembleia do mercado no qual deseja ingressar ou que lhe tenha sido atribuído, e apresenta-se aos colegas com quem irá resolver as questões práticas

---

<sup>49</sup> De fato, é proibido aos membros do CA vender nas suas bancas produtos de terceiros.

relacionadas à preparação da sua banca da feira. Os produtores que estão em uma espécie de competição com o recém-chegado, pelo fato de que vendem os mesmos produtos, não podem impedir a entrada de novos produtores, mas a sua opinião é importante para a Assembleia Geral. O sistema de garantia escolhida pela associação não se limita à fase de admissão porque, a cada semana durante os mercados, os camponeses, especialmente aqueles que visitaram a fazenda, podem verificar se seus colegas estão vendendo seus próprios produtos, se as quantidades são proporcionais ao solo que inspecionaram e se foi cumprido o regulamento.

O fato de que exista um conhecimento direto das diferentes fazendas e uma estreita relação entre os próprios agricultores permite que, com o tempo, se crie e cultive uma espécie de confiança mútua, precisamente devido à “troca de opiniões sobre o estado das culturas, doenças, colheitas”, em outras palavras, sobre os problemas que os camponeses enfrentam quotidianamente. Claramente, pode acontecer que alguém não respeite os valores e as normas da associação, como afirmado pelos próprios produtores, e nestes casos eles devem promover sua expulsão:

Às vezes algumas pessoas foram afastadas porque se descobriu que traziam para comercializar produtos que não eram deles, e, em seguida, porque faziam a compra e venda, em vez de vendas diretas. Em muitos casos foi a comunidade de cidadãos que frequenta os mercados que se deu conta disso e informou ao CampiAperti, ou foi notado pelos próprios membros da associação. (CERTIFICATI DI CARTA E RELAZIONI UMANE, 2013)

De acordo com os integrantes da associação, embora a prática da Autocertificação Participada possa parecer excessivamente burocratizada, o procedimento é “extremamente simples e aberto a mudanças tão frequentemente quanto a comunidade do mercado o considere necessário” (MANIFESTO 10 ANNI CA, 2011). Os agricultores de CA estão

satisfeitos com este método de certificação que, além de substituir os selos orgânicos obtidos através de pagamento e utilizar um sistema de avaliação diferente do convencional, baseia-se na responsabilidade coletiva e na coordenação por assembleia.

Depois de resolver a questão da venda direta de produtos orgânicos e da Certificação Participada, foi necessário solucionar uma outra questão, aquela das leis que regem a transformação de alimentos. Os regulamentos adotados a nível nacional e europeu impõem padrões de produção e regras de saneamento concebidas a partir do modelo das grandes empresas agro-alimentícias, sem efetuar uma distinção entre pequenos e grandes produtores. Como resultado disso, as realidades produtivas informais e caseiras<sup>50</sup>, embora forneçam uma elevada qualidade, são consideradas “impróprias” por essas regras. Depois de examinar este problema através de uma série de reuniões sobre o assunto, a associação decidiu não só admitir em seus mercados produtores orgânicos auto-certificados, mas também os que não se conformam às regras nacionais e europeias e que, no entanto, respeitam os valores de CA, ou seja, a condição de auto-produzir produtos de transformação a partir de suas matérias-primas ou comprar os ingredientes dentro do circuito CA ou de outros pequenos agricultores orgânicos.

Dado o estado das coisas, graças à discussão em torno deste assunto espinhoso, em 2009, os membros começaram a campanha de comunicação “Genuino Clandestino” para denunciar um conjunto de regras consideradas injustas para os pequenos produtores. Para a ocasião, foi inventada uma “marca” para ser afixada aos produtos considerados não conformes com a lei italiana. O objetivo era o de incentivar os consumidores a defender e difundir aqueles produtos que, embora considerados ilegais, porque descumprem a lei, são

---

<sup>50</sup> Um exemplo pode ser o de um agricultor que amassa manualmente o pão com farinha orgânica em sua própria casa, como muitas vezes acontece entre os fabricantes de CA.

genuínos, porque resultam do processamento de ingredientes naturais, sem aditivos químicos e embalados em casa. Os produtos nos mercados de CA que se enquadram nesta categoria são: pão e assados, vinho, compotas, farinha e grãos, massas, ovos, mel e produtos terapêuticos naturais.

A campanha GC, que “reiveindica [...] a livre transformação dos alimentos camponeses, devolvendo um direito expropriado pelo sistema neoliberal” (MANIFESTO GC, 2014), se espalhou para outras regiões italianas e, em 2013, aterrou em Florença, onde foi realizado o primeiro encontro nacional GC, que viu a participação de outras realidades associativas da península. O movimento GC, conforme declarado em seu manifesto, é um movimento “com uma identidade deliberadamente indefinida” que se auto-proclama anti-racista, anti-fascista e anti-sexista, na qual os indivíduos e as comunidades vivem juntas, e que “desconfia de hierarquias e porta-vozes”. Do ponto de vista político, o interesse do movimento é o de promover comunidades locais que praticam uma democracia participativa (ou direta, via assembleias), capaz de sustentar as agriculturas camponesas, que assim garantem o respeito à natureza e a conservação dos recursos naturais. Isso significa que, em um nível prático, é possível difundir o sistema do auto-controle participativo, já experimentado pela Associação CA e que parece ter dado excelentes resultados, e apoiar práticas políticas que garantam a auto-determinação alimentar. O objetivo é preservar o patrimônio agrícola e a biodiversidade ameaçada, hoje mais do que nunca, pelo agronegócio e pela produção monocultural. Para fazer isso, precisará construir alianças com os movimentos urbanos, indivíduos e movimentos rurais “com base em práticas como a auto-organização, solidariedade, cooperação e cuidado do território”, temas que são comuns ao movimento brasileiro MST. Finalmente, o movimento GC declara apoiar as comunidades em luta contra a destruição de seu território, em outras

regiões da Itália e do mundo.

Significativa, além disso, é a escolha do nome Genuino Clandestino, como é explicado no manifesto dos 10 anos de CA:

não é apenas uma campanha para a transformação dos produtos agrícolas, mas é uma campanha anti-fascista porque através da descontaminação da palavra clandestino, disseminada diariamente pelos empresários do medo para fazer propaganda de seu produto “segurança”, quer denunciar as leis raciais ainda em vigor na Itália que criminalizam as pessoas migrantes e as condena à segregação ilegal em Lager<sup>51</sup> italianos e líbios ou à morte horrível no Estreito da Sicília (MANIFESTO 10 ANNI CA, 2011)

Para completar este quadro, achamos interessante transcrever por inteiro o manifesto da campanha GC (2010), em que a associação CA traça as grandes linhas da sua visão política-econômica:

GC propõe alternativas concretas para o sistema capitalista em vigor através de várias ações:

- Construir comunidades locais que praticam a democracia através de assembleias e definem suas próprias regras através de escolhas participadas e compartilhadas;
- Apoiar e divulgar as agriculturas camponesas que protegem a saúde da terra, do meio ambiente e dos seres vivos, a partir da exclusão de fertilizantes, pesticidas sintéticos, herbicidas e organismos geneticamente modificados; que minimizam a emissão de gases de efeito estufa, o desperdício de água e a produção de lixo, e que eliminam a exploração do trabalho;
- Praticar, nos circuitos da economia local, a transparência na realização e distribuição de alimentos por meio do auto-controle participativo, que desvincule os camponeses do agronegócio e dos sistemas de certificação oficial, e que torne visível localmente suas responsabilidades ambientais e de construção do preço;
- Apoiar através de práticas políticas (tais como mercados de venda direta e grupos de aquisição) o princípio da auto-determinação ou seja o direito à uma alimentação saudável, economicamente acessível e que vem das terras que nos hospedam;
- Salvar o patrimônio agro-alimentar parando o processo de extinção da biodiversidade e achatamento monocultural;

<sup>51</sup> Conforme a Lei italiana, os migrantes que são recuperados no Mar Mediterraneo ou que entraram na Itália sem visto, têm que ficar nos Centros de Identificação e Expulsão (CIE) até ser identificados e expulsados. Durante um dos governos Berlusconi, foi aprovada uma lei que inseriu no Código Penal o Crime de clandestinidade, permitindo ao Estado italiano de prender os migrantes sem visto, por um tempo que chega até seis meses. O termo Lager, usado aqui, quer salientar que as condições de vida destes migrantes dentro dos CIE lembram muitas vezes os judeus presos nos campos de concentração alemães.

- Apoiar os caminhos práticos de “acesso à terra” que reivindicam a terra “bem comum”, como direito de cultivar e produzir alimentos;
- Apoiar experiências de retorno à terra como uma opção de vida e um instrumento de ação política;
- Apoiar e divulgar escolhas e práticas cidadãs de resistência ao sistema dominante;
- Construir uma aliança entre os movimentos urbanos, indivíduos e movimentos do campo, de modo a reconectar a cidade e o campo para além das categorias de produtor e consumidor. Uma aliança que visa converter o uso de áreas urbanas e rurais, com base em práticas como a auto-organização, solidariedade, cooperação e cuidado com o território;
- Apoiar as comunidades locais na luta contra a destruição de seu ambiente de vida.

Genuino Clandestino, o Manifesto. Comunidade em luta pela auto-determinação alimentar.

Ao longo dos anos, a campanha GC recebeu várias adesões a nível nacional e, hoje, conta com a participação de agricultores, pecuaristas e processadores em pequena e micro escala, juntamente com aqueles que apoiam a sua existência de várias formas, inclusive por meio da compra de seus produtos<sup>52</sup>. Durante o último encontro nacional de três dias ocorrido no mês de maio de 2014, foram discutidos vários temas relativos à agricultura de hoje. As principais questões abordadas foram questões locais, globais e ambientais. No primeiro caso, se discutiu a necessidade da aliança entre as lutas do campo e da cidade, a condição dos operários agrícolas e o papel da pecuária na agricultura camponesa. A nível global, tem sido debatidas as ameaças a que está submetida hoje a agricultura e os tratados e regulamentos internacionais. Do ponto de vista ambiental, por sua vez, se enfrentou a

<sup>52</sup> Como é possível ler em uma declaração coletiva de 2010: “Somos agricultores e artesãos. Usamos recursos abundantes, como o tempo e o trabalho humano, e para salvar aqueles preciosos como a água e a terra. Tentamos vender nossos produtos no território que nos rodeia, por isso, adicionando o valor do produto local”.

CampiAperti, Bologna; terra TERRA, Roma; La Ragnatela, Napoli; Terra Fuori Mercato, Perugia; Mercato Brado, Terni; TERREinMOTO, Milano; Circolo ISLAND, Perugia; CIR; Collettivo Teknes, Napoli; Cooperativa Ponte Solidale, Perugia; Movimento Terre, Matera/ Molfetta; Centro di Documentazione Popolare di Orvieto; La Città dell'Utopia, Roma; Associazione di Promozione Sociale "Saja", Paternò(Ct); Soc.Agricola Semi Bradi Località Miglianella, Umbertide Perugia; TeatroContadino della Fierucola Firenze; Lab\_Aut Laboratorio Autonomo, Barletta; Gruppo Permacultura Sicilia, Sicilia; Vallone delle Pezze, Ragusa; Mercatino "Curtigghio Lebowski, Ragusa; ASSOCIAZIONE BIOSARDINIA Nuoro (Sardegna); Mercatiniera-Casa Cantoniera Autogestita, Parma; Germogliato, Torino. <http://genuinoclandestino.noblogs.org/about/>

questão das grandes obras, como Expo 2015, que será realizado na cidade de Milão sobre o tema “Alimentar o mundo”, de antigos e novos modelos de resistência camponesa e dos OGM e biodiversidade.

Após outros encontros nacionais em Val di Susa<sup>53</sup>, em Florença e no camping da Amiata<sup>54</sup>, encontros essenciais para o crescimento do movimento, foi fundado o Grupo Terra Bem Comum, com o objetivo de “criar e fortalecer” as relações entre os movimentos espalhados em toda a Itália que se opõem à venda de terras agrícolas de propriedade estatal, à construção de grandes obras, incineradores<sup>55</sup>, centrais de biomassas<sup>56</sup>, biogás e

<sup>53</sup> Em Val di Susa, uma região montanhosa situada ao oeste de Turim, o movimento NO TAV, inicialmente formado por cidadãos da região, mas que tem se expandido ao longo dos anos, desde o início da década de 90 luta contra a construção da linha ferroviária de alta velocidade Torino-Lyon (a sigla NO TAV tem a ver com a recusa ao trem de alta velocidade). A luta em si tornou-se um símbolo nacional de gestão inadequada dos bens comuns, da despesa pública, do território, da política e da imposição de projetos questionados pelas populações locais, que são varridas sem nunca terem sido chamadas a decidir. O Estado respondeu com repressão policial as muitas manifestações que ocorreram no Vale ou em Turim e utilizou meios judiciais, chegando ao ponto de acusar de terrorismo jovens militantes. Justamente por estes motivos, foi escolhido como o lugar simbólico para a reunião de CA que, assim, quis expressar a sua solidariedade com os resistentes de Val de Susa.

<sup>54</sup> O monte Amiata está situado na região Toscana e do encontro ali organizado participaram numerosas realidades associativas italianas: SOS geotermia, Comitato Acqua Pubblica Capena, Re:Common, Attac Italia, Forum Finanza Pubblica e sociale – Grosseto, NO TAV, Cobas Telecom, Coordinamento Calabrese "B Arcuri", Comitato Opzione Zero-Riviera del Brenta, Abitanti Amiata, CSOA Macchia Rossa, Acqua Bene comune/No Inc Velletri, Newroz Pisa, No Tunnel Tav/Per un'altra città Firenze, Class Action inceneritore Scanzano – Follonica, Forum Toscano Acqua, No Grandi Navi, No Inceneritori Pitigliano/Firenze, Movimenti per il diritto all'abitare (Roma), Garage Anarchico – Pisa, M5S – Poggibonsi, M5S - Comitato Acqua Siena, No Tunnel Tav/Medicina Democratica – Firenze, Comitato Tutela Valdelsa No CO2, Comitato Acquabenecomune Pisa, Carc AbbadiaSan Salvatore, CaRC/ Beni comuni Val di cecina, Cobas Whirpool Siena, Sovicille (Siena), Yaku, Abruzzo Social Forum/Forum acqua Abruzzo, FP CGIL/ Forum Acqua, Coord. Acqua Pubblica Basilicata, Coord. NO TRIV, Rete "Commons"/Mezzocannone occupato, Labas Occupato – Bologna, Confederazione Cobas - Uniwad, Coordinamento Romano Acqua Pubblica, Forum Italiano Movimenti per l'Acqua, LOA Acrobax, Progetto Mistrana, abitanti Trento, abitanti Monte Labbro, Pizzeria pirata, OPS castelli romani, Associazione strade bianche, Forum Ambiente salute/Nuova Messapia, Coordinamento cittadino lotta per la casa (Roma), Labas Occupato, Prendo Casa-Torino, Renoize/Radio Torre, Genuino Clandestino, Terra/Terra, Terre in Moto – Milano, Campo - Oriolo Romano, A Sud, Genuino Clandestino -Firenze, Spiazzi Verdi – Venezia, CSOA La Strada, Rete per la Tutela della Valle del Sacco (RETUVASA).

<sup>55</sup> Para resolver o problema da eliminação de resíduos se constroem incineradores para queimá-los, com todas as implicações para a saúde pública e poluição que trazem com eles, além do fato de que não resolvem o problema dos resíduos desde a sua origem, ou seja, a partir de sua produção.

<sup>56</sup> Passa como ajuda aos agricultores a oportunidade de produzir culturas para a produção de biomassas, com o consentimento de organizações de agricultores e ambientais (ex. Legambiente/CIA/Confagricoltura/Amici della Terra/...).

geotérmicos e que defendem, pelo contrário, o direito de acesso e de habitar a terra, a proteção da água como bem comum e do território.

Em consequência disso, o Manifesto da campanha Terra Bem Comum, resultado da reunião do encontro da Amiata em julho de 2013, aponta que:

A Terra está sob ataque de várias frentes. As razões pelas quais é subtraída ou explorada em detrimento das comunidades locais são as mais diversas: para cultivar alimentos ou agrocombustíveis em escala industrial, para a criação de instalações extrativas, de produção ou eliminação, para construir barragens e outras infra-estruturas, para expandir a cidade, para ocupá-la militarmente com fins geopolíticos ou simplesmente para possuí-la como garantia de outros riscos.

No Manifesto, além disso, se afirma que a campanha se opõe à venda de terras públicas, à expansão do modelo agro-industrial de produção e ao uso de sementes geneticamente modificadas, à perda de terras para o concreto, isto é, para as grandes obras de infra-estrutura a nível nacional, à especulação e à mudança de uso da terra agrícola. É favorável, no entanto, à gestão de terras públicas por parte das comunidades locais, à disponibilização de terrenos e ativos agrícolas pertencentes a entidades públicas para “projetos de neo-ruralidade”, ao modelo de agricultura camponesa e “à manutenção de alimentos agrícolas que são vocação da terra” e, por fim, à construção de uma aliança entre os movimentos urbanos, rurais e cidadãos.

O Grupo Terra Bem Comum hoje envolve numerosos movimentos que se opõem à devastação do território e defendem a preservação dos bens comuns. O valor das palavras é considerado importante e, por essa razão, no Manifesto afirma-se que: “devemos recuperar nossas palavras”, “reconstruir uma linguagem comum, a partir dos territórios, que une os movimentos rurais e movimentos urbanos”. O movimento também está envolvido na

divulgação de informações relacionadas com os danos causados pela construção de grandes obras e preservação do direito a se alimentar com produtos naturais e saudáveis. No que diz respeito à formação e difusão do conhecimento entre os participantes do projeto, isso é garantido através da troca de experiências em seus territórios (reuniões, atividades diversas) como momentos de auto-formação e apoio técnico<sup>57</sup>.

Como acabamos de ver, CA, com seu marco antagonista, sempre evitou se relacionar com o Estado para a organização dos mercados e das questões relativas à associação. Os encontros com a administração local se deram por causa de necessidades de discutir a criação de novos mercados em praças públicas ou para denunciar a injustiça das normas e taxas que regulam os descartes de resíduos após as feiras. A este respeito, CA declara não produzir nenhum resíduo e por isso acha absurdo pagar uma taxa do mesmo valor pago por qualquer vendedor, sem que se leve em conta os princípios que regulam a associação como a reciclagem e o reuso de recipientes e embalagens.

O caso da Copava difere de forma inequívoca do caso de CA na relação com os aparelhos estatais e nas demandas que dirigem a eles. Como veremos, os cooperados contam muito com o apoio público, seja na fase de produção, seja na da venda. Desde o início, por exemplo, os cooperados tinham como ideia principal vender sua produção para os órgãos públicos. Como primeiro dado a ser mencionado temos o da questão da terra onde a Copava surgiu, pertencente ao Estado, representado pelo Instituto de Terras (ITESP), e ocupada pelos sem-terra. Em 1996 o ITESP regularizou o projeto de assentamento Pirituba II, Agrovila III e, com a regularização dos lotes, o terreno foi dividido entre os diferentes grupos existentes no assentamento. A Copava fez seu

---

<sup>57</sup> Relatório *INCONTRO GRUPPO TERRA BENE COMUNE* di Genuino clandestino 2 de fevereiro de 2014, Orvieto (no agroturismo *La Goccia*)

planejamento de moradia e produção “com a delimitação do território que ficou definido pelo ITESP como área de plantio e reserva<sup>58</sup>” (DOSSIÊ). Desde sua fundação, a Copava beneficiou-se de aproveitou uma linha de financiamento público chamado Programa de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA).

Desde a década de 90 a Copava percebeu que tinha que produzir o que precisava para abastecer as escolas do município de Itapeva. Isso a levou a entender que sua produção agrícola não produzia o necessário para os consumos das escolas e também para abastecer os assentados. O prefeito de Itapeva, por isso, forneceu para a cooperativa a lista dos produtos dos quais precisavam estas escolas, dividido por dia, por mês e por ano. Nesta altura foi necessário reorganizar a produção para poder assegurar esse fornecimento para a administração local.

Em 1997 o governo de Fernando Henrique Cardoso cortou cerca de 50% das linhas de crédito previstas para a agricultura e a reforma agrária causando a falência de muitas cooperativas de assentados e incentivando de forma mais evidente o modelo do agronegócio. Nesse período, a Copava, foi obrigada a revisar alguns setores e abandonar alguns projetos, como a apicultura, e a produção de leite diminuiu. Apenas dez anos depois o governo Lula começou a se preocupar novamente com o tema das associações, das cooperativas.

A Copava, então, passou por diferentes fases em relação aos créditos: nos primeiros anos de sua fundação conseguia receber a linha de crédito do Procera; no governo FHC, apesar dos cortes de despesas provocarem dificuldades econômicas, conseguiram manter a cooperativa, e no final do governo FHC e início do governo Lula passaram por um período

---

<sup>58</sup> A reserva é uma porção de mato que não pode ser afetada pelos plantíos que é calculada em proporção ao tamanho do terreno.

de negociações da dívida. Em 2010 e 2011, quando o governo disponibilizou alguns recursos para as experiências associativas no campo, começaram as discussões sobre possíveis investimentos com o suporte do *Ministério do Desenvolvimento Agrário* (MDA<sup>59</sup>).

A Copava passou nestes anos por algumas mudanças, como a diversificação da produção e a adaptação e formalização do regulamento interno para participar dos programas do governo. Em 2008 a Copava passou a fazer parte de um *Programa de Aquisição dos Alimentos* (PAA), projeto regulamentado por um decreto governamental no qual se afirmava que 30% do orçamento previsto para a educação dos municípios tinha que ser gasto na compra de produtos provenientes de agricultura familiar. Os objetivos do PAA, como indicado no site do governo<sup>60</sup>, são promover “o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e [...] inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar”<sup>61</sup>. Para aderir a este programa a Copava participou de licitações geridas pela prefeitura de Itapeva, através de editais de chamada pública nos

---

<sup>59</sup> Ministério criado em 2000 que tem como competências: “reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Extraordinariamente, também exerce competências relativas à regularização fundiária na Amazônia conforme disposto na Lei nº 11.952/09”. <http://www.mda.gov.br/sitemda/hist%C3%B3rico>

<sup>60</sup> <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>

<sup>61</sup> “O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios. O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (Dap)”. <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>

quais os produtores são selecionados com base nos projetos e nas necessidades da instituição pública. As palavras de Zezinho exprimem a satisfação de que “pela primeira vez na história os agricultores puderam apresentar seus produtos” com planos de venda, planos de entrega, com a participação de nutricionistas nos municípios. Com base na visão socialista, os movimentos sociais, particularmente o MST, sempre cobraram este tipo de sistema, ou seja, que o Estado assumisse a compra dos produtos. Zezinho, durante a entrevista realizada em outubro de 2014, afirma que apesar de tratar-se de uma política pontual, localizada e relativa a 30% do orçamento público, possibilitou para muitos camponeses a possibilidade de programar a produção com a certeza de ter um comprador. No caso específico do Estado de São Paulo, existem projetos parecidos já ativados ou perto de serem finalizados, como por exemplo em relação ao abastecimento das penitenciárias, do qual a Copava está tentando participar. Merece ser citado o fato do que, em outubro de 2014, a cooperativa assinou um contrato com a prefeitura de São Paulo para entregar feijão que irá abastecer as escolas públicas.

O Estado valorizou a produção orgânica recompensando o camponês com o pagamento de um valor mais alto destes produtos. A intenção da Copava era que o programa de alimentação escolar deixasse de ser um programa para se tornar uma política pública. “Começamos a forçar o Estado a mexer para parar de ser um programa e passar a ser uma política pública e conseguimos, três anos atrás”. Isto permitiu que estes programas, sendo previstos por uma lei, hoje não podem ser mais modificados, mesmo com a mudança do partido à frente do governo. O que não se tornou ainda uma lei é o Programa de Aquisição de Alimentos. "se você não tiver nem um vínculo com o Estado" que possui um orçamento muito grande, "acaba sendo uma briga desigual". Um outro dado importante,

nesse mesmo sentido, é o fato de que em 1989 a escola que fica dentro do assentamento, de primeira a quarta série, era abastecida por feijões produzidos em Belo Horizonte. O MST e a Copava começaram a questionar este tipo de modelo. Hoje as chamadas públicas destinadas à compra de produtos para esse tipo de programa, dão prioridade para os assentamentos de reforma agrária, da agricultura familiar e quilombolas e também levam em consideração a distância da produção do lugar de consumo.

É importante assinalar que existe um projeto para tornar a cooperativa mais independente em relação ao mercado. Isto porque após a colheita, os produtos como arroz, trigo, feijão, milho, soja são levados para empresas para secar e armazenar mas a tentativa é de investir para realizar essa estrutura no assentamento, de modo a eliminar esta parte de trabalho terceirizado. Conforme Zezinho, é muito importante poder embalar os produtos no assentamento, não apenas como criação de novo trabalho para integrar novos cooperados, mas porque quando eles vendem para os consumidores tornam seu trabalho e seu produto visível. No início da produção, a Copava vendia aos atravessadores por um preço que era estabelecido por estes últimos e que, claramente, era muito baixo. Os compradores embalavam os produtos e os vendiam na grande distribuição. Como disse Zezinho, “deixava de ser feijão nosso, passava a ser feijão deles”, uma vez que, a embalagem não assinalava a origem do produto, não mencionava que a produtora era a Copava. Em 2005 a Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (Coapri), integrada pela Copava, recebeu um armazém comunitário de cereais. A obra, localizada em Itaberá, contou com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Infra-Estrutura. Um convênio formalizado em dezembro

de 2005 entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a prefeitura de Itapeva forneceu os recursos complementares à construção do armazém. O objetivo era que essa unidade fosse credenciada na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), permitindo que a produção de grãos da agricultura familiar ficasse estocada na região, garantindo a aplicação de políticas públicas de comercialização. A Coapri, então, compra o feijão dos assentados da Fazenda Pirituba II, embala e faz a distribuição via prefeituras. Desta forma o feijão sai da roça, chega no barracão da Coapri e é embalado nos domínios da cooperativa para sair com a marca Raízes da Terra, que já é destinada a merendas em muitas escolas públicas.

## **2.5 Ocupação rural/urbana: concepção política ou modo de vida?**

Desde o surgimento do MST, a forma de agir principal para conseguir o acesso à terra foi a das ocupações de terra, com o pedido de reconhecer a necessidade de cumprir sua função social, como previsto pela lei brasileira. A Copava, antes de ser uma cooperativa, como já vimos, ocupou uma parte de terra da Fazenda Pirituba em 1986 e o Estado de São Paulo através do Instituto de Terras (ITESP) regularizou sua situação em 1996. Como já tivemos ocasião de analisar, as ocupações de terra no Brasil são, de certa forma, frequentes, pelo menos em relação ao que acontece na Europa. Podemos dizer que se no Brasil existem ocupações de terra, na península italiana existem numerosas ocupações urbanas, que não são apenas lugares de moradia, e não sempre o são, mas

centros sociais e espaços culturais<sup>62</sup>.

A Associação CA desde o início começou a organizar suas feiras orgânicas nos centros sociais ocupados e autogeridos (C.S.O.A.), conforme uma identidade política ligada à esquerda antagonista. Estes espaços, que são muito comuns na Europa, desempenham um papel fundamental em propôr modelos alternativos em relação ao consumo e a uma cultura não mercantilizada. No site de um desses centros, o VAG61 de Bolonha, onde CA efetiva outro dos seus mercados, lê-se que os centros sociais não são apenas espaços para festas e beber, como muitas pessoas pensam, mas são laboratórios políticos: “Corações de comunicação. Motores culturais. Lugares de agregação. Dispositivos de solidariedade. Linfa da auto-determinação. Territórios livres. Rotas de fuga percorridas diariamente por um fluxo constante de corpos e mentes<sup>63</sup>”. A experiência do VAG61, começou em 2003 com a ocupação, no centro da cidade, de um imóvel abandonado dos Monopólios de Estado, após despejados e novamente abandonados. A aventura do VAG61 continuou com uma outra ocupação mas passou por numerosas tentativas de despejo, às quais opôs uma resistência determinada: “com a nossa socialidade não mercantilizada e o nosso conhecimento, livre para se mover, sabotamos vosso mercado. Com a nossa memória reproduzimos experiências e fazemos com que vocês se sintam mais velhos<sup>64</sup>”.

Outros mercados de CA estão sendo organizados em outros centros sociais da cidade, como o Labas, ocupado pela primeira vez em 2012 mas que após um despejo,

---

<sup>62</sup> No último capítulo veremos como também na Itália, nestes últimos dois anos, houve experiências de ocupações de terra, mas trata-se ainda do princípio de algo que precisa ser expandido.

<sup>63</sup> <http://vag61.noblogs.org/about/>

<sup>64</sup> <http://vag61.noblogs.org/about/>

ocupou novamente em fevereiro de 2013, um quartel abandonado há vários anos muito perto do centro da cidade. Ali se desenvolveram diferentes projetos como uma biblioteca, uma sala de estudo, um espaço de organização para os estudantes do ensino médio, uma casa de arte<sup>65</sup>, uma horta urbana, esta última uma experimentação para “transmitir uma nova ideia de sociedade, livre e capaz de auto-determinar escolhas alimentares, sociais e culturais” e “prática de subversão dos modelos de produção e circulação dos bens e mercadorias, a partir de conceitos de biodiversidade, solidariedade e eco-sustentabilidade”<sup>66</sup>. A tentativa destes espaços é de conectar o proletariado urbano e as pessoas atomizadas e marginalizadas pela organização econômica capitalista.

Sobre o problema do acesso à terra e o direito de habitar CA, além de ter desenvolvido a sua própria posição no decurso das reuniões e encontros públicos promovidos pela associação, tomando como exemplo a associação francesa Terre des Liens<sup>67</sup>, em junho de 2011, deu origem a um projeto de “acionariado” popular, a fim de apoiar o retorno à terra daqueles que não dispõem dos meios financeiros necessários para iniciar uma atividade desse tipo. Na Itália, de fato, especialmente no Centro-Norte, a terra tem custos muito elevados, superiores à renda que, efetivamente, é capaz de garantir, e não é fácil encontrar terrenos para alugar por um tempo razoável: “de acordo com um estudo de Leonardo Gallico, em um ano mudam de proprietário menos de 2% dos terrenos agrícolas italianos” (GALLICO, *apud* BORGHESI, 2013).

Graças à colaboração entre CA e a Cooperativa de Mútua Auto Gestão de Reggio Emilia (MAG6), uma entidade de finança ética, a associação está elaborando um plano de

<sup>65</sup> Com laboratórios de escritura criativa, teatro, gráfica, video e fotografia.

<sup>66</sup> <http://labasoccupato.wordpress.com/info/>

<sup>67</sup> Associação francesa, nascida oficialmente em 2006, que recolhe dinheiro para comprar terras agrícolas e concedê-las em aluguel de acordo com critérios ecológicos.

investimentos e compras de terrenos em que os investidores que compartilhem os princípios e valores do projeto de acionariado popular podem comprar ações a fim de criar um fundo para a compra de terrenos e propriedades, que serão disponibilizados através de aluguel para neo-camponeses ou jovens precários que apresentarem projetos específicos de aproveitamento<sup>68</sup>. Nos últimos anos, principalmente por causa da alta taxa de desemprego entre os jovens italianos<sup>69</sup> e a precarização dos contratos de trabalho, existe um fenômeno que Van der Ploeg chama de “re-campenização”, ou seja, um processo de retorno à terra<sup>70</sup> e à vida rural, o que o leva a avaliá-lo tanto como uma crítica à organização econômica contemporânea quanto como um sinal tangível de uma “luta pela autonomia e

---

<sup>68</sup> <http://www.autistici.org/campiaperti/accesso-alla-terra/>

<sup>69</sup> A taxa de desemprego entre 15 e 64 anos é hoje na Itália de 12,6% enquanto a taxa de desemprego entre os jovens entre os 15 e 24 anos é igual ao 42,9% (Dati ISTAT, Instituto Nacional de Estatísticas).

<sup>70</sup> Interessante destacar a contribuição do *Movimento 5 Stelle* (Movimento 5 Estrelas), por ocasião da apresentação da “Alteração do artigo 66 do Decreto-Lei de 24 de janeiro de 2012, n. 1, convertido com alterações na Lei 24 março de 2012, n. 27, e delega ao Governo em relação ao arrendamento de terras agrícolas estatais e a vocação agrícola”, apresentada em 31 de julho de 2013 em frente ao Parlamento italiano:

“COLEGAS DEPUTADOS! - A agricultura, em contraste com a crise econômica e financeira que afeta o nosso país há vários anos, é o único setor a mostrar sinais de grande vitalidade. No primeiro trimestre de 2013, de fato, mostrou sinais positivos com uma taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) acima de +0,1 por cento e um aumento de trabalhadores dependentes total de 0,7 por cento. Os trabalhadores rurais são sempre mais frequentemente jovens que estão inventando, ou talvez apenas redescobindo, em uma sociedade que agora está saturada de consumo e consumismo, uma maneira diferente de viver e sempre mais perto da “terra”. O emprego dos jovens na agricultura marca, de fato, um verdadeiro recorde, com um aumento de mais de 9 por cento para os jovens menores de 35 anos e, ao mesmo tempo, sempre seguindo a mesma linha de tendência, sobe o número de membros inscritos nos institutos profissionais agrícolas e colégios técnicos da agricultura. [...]

Pelo contrário, o Decreto-Lei de 24 de Janeiro de 2012, n. 1, convertido com alterações pela Lei 24 março de 2012, n. 27, ao artigo 66 prevê, de fato, a venda de terras agrícolas de propriedade estatal que poderão ser vendidas “pelo maior lance”, com todas as consequências que isso pode acarretar (se pense no fenômeno, exacerbados pela crise energética e pela especulação financeira, denominado *land grabbing* [fenômeno de aquisição em larga escala de terras agrícolas nos países em desenvolvimento, através de aluguel ou compra de grandes extensões pelas empresas transnacionais, governos estrangeiros e entidades particulares, que teve uma aceleração a partir do início da crise do 2008]: mais de 700 mil pequenas empresas desapareceram em uma década e 30 por cento das terras férteis está nas mãos de um por cento das empresas). É claro que esta disposição é contrária ao que deve ser uma política de promoção do acesso à terra para os jovens agricultores.

Pôr em venda a terra pública significa aliená-la, entregá-la para aqueles que querem especular com essa terra - talvez para construir uma fábrica para a produção de energia alternativa, ou um grande parque eólico - fazê-la desaparecer do nosso patrimônio, não considerar o que ele realmente é, ou seja um bem comum.”

sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (PLOEG, 2009, p. 18).

Os mesmos membros de CA argumentam que as razões que levam a um caminho de retorno à vida rural tem sua origem, muitas vezes, em uma mudança de valores culturais e no desejo de “criar espaços de resistência, em relação à lógica do lucro, o que gera um empobrecimento do ambiente e das relações sociais” e ao “reconhecimento do fracasso do atual modelo de desenvolvimento, que consome terra fértil, produzindo resíduos e cimento, enquanto corroi a sociabilidade e os relacionamentos, bem como a qualidade da vida<sup>71</sup>”.

Como é possível ler na página *Acesso à terra*, no site da associação CA:

Além do desejo dos aspirantes camponeses de ter acesso a uma atividade econômica, que é também um modo de vida e um meio para proteger o território, o trabalho que queremos prosseguir também é a reivindicação da terra como um bem comum, a ser preservado para as gerações futuras. É um caminho que para muitos representa, se não a possibilidade improvável de ficar “fora do sistema”, uma oportunidade para recuperar a posse do seu trabalho e do seu tempo, em última instância, a sua liberdade. É uma escolha que redefine os conceitos de riqueza e pobreza, bem-estar e qualidade de vida, de produção.

Assim, por um lado, existe a consciência de que o modelo de desenvolvimento “ocidental” mostrou, claramente, suas limitações e, por outro lado, a convergência de crise econômica, política, social e ambiental, além de ter imposto uma saída diferente, tem fornecido uma oportunidade para muitos jovens que questionam os princípios da economia capitalista por se sentir um pouco “fora do sistema”. Esses fenômenos não são novos, mas eles surgiram justamente no período de máxima expansão do capitalismo europeu: na década de setenta e oitenta, de fato, nascem as primeiras experiências de regresso à terra, que combinam uma crítica ao capitalismo com os ideais de vida comunitária, não burguesa.

---

<sup>71</sup> <http://www.autistici.org/campiaperti/accesso-alla-terra/>

Essas experiências sobrevivem hoje, por exemplo, no movimento de ecovilas<sup>72</sup> (BORGHESI, 2013). Neste sentido, é significativo o testemunho de um camponês de CA que, em um post no site da associação, afirmou que, hoje, ser camponês é um ato revolucionário:

Em um contexto como o nosso hoje ser um fazendeiro, praticando a agricultura de subsistência, visando a obtenção de alimentos para nós e para a nossa comunidade, para viver em uma economia de escala onde a renda principal está nos relacionamentos e na troca em um clima de solidariedade e de partilha é um ato revolucionário de “resistência” (GIOVANNI, Contadino oggi: vecchie e nuove resistenze, 5 mag 2014<sup>73</sup>).

Em outubro de 2011, durante um encontro nacional de GC, foi fundada a *Rete Nazionale di Accesso alla Terra (Rede Nacional de Acesso à Terra)* para promover a campanha contra a venda de terras públicas. A iniciativa envolve realidades provenientes de toda a península que querem questionar o problema da terra e da preservação dos bens comuns: “nós começamos a trabalhar sobre o assunto, mudando o foco das situações pessoais para o aspecto político da impossibilidade de encontrar terra para cultivar, convencidos de que a 'realidade' seja algo que podemos e devemos construir juntos e não ao qual submeter-se passivamente”<sup>74</sup>.

Pouco tempo após a criação da *Rede Nacional de Acesso à Terra* se realizou um primeiro encontro com os cidadãos de Bolonha, a fim de conhecer os possíveis interessados em apoiar o projeto elaborado por CA, juntamente com MAG6, tanto como financiadoras

---

<sup>72</sup> A ecovila é um tipo de comunidade baseada na sustentabilidade ambiental que, de acordo com o agrônomo e ecologista australiano David Holmgren (um de seus principais teóricos) prevê a adesão e partilha dos princípios fundadores, áreas residenciais projetadas para minimizar o impacto ambiental, a utilização de energias renováveis e a auto-suficiência alimentar baseada em formas de permacultura ou outras formas de agricultura biológica.

<sup>73</sup> <http://www.campiaperti.org/?p=6519>

<sup>74</sup> Extraído de um número monográfico organizado pela Associação *Campi Aperti* e pela rede *Accesso alla Terra*, da revista *Pollicino: pace, solidarietà, ambiente, convivenza*. Reggio Emilia, n°206, giugno 2012.

quanto como futuros agricultores. Nos meses seguintes foi projetada uma estrutura para levantar fundos a serem investidos em terras agrícolas “a ser dadas em aluguel por um preço controlado para aqueles que se propõem a levá-las de acordo com os princípios da agricultura biológica e camponesa”. Foi decidida, também, a elaboração de um estatuto da cooperativa e no mesmo ano a Região Emilia-Romagna aprovou uma resolução declarando a suspensão da venda de terras públicas, com a esperança de que elas sejam atribuídas a aspirantes camponeses e compilou um plano regional para a gestão das terras.

Esta iniciativa da Região Emilia-Romagna deu origem a um debate sobre qual seria a melhor maneira de gerir eventuais terras concedidas pela Região mesma e, por meio da assessoria de um advogado, conclui-se que a forma de cooperação é o caminho mais seguro para atingir estes projetos. Neste ponto, nasceu uma coordenação chamada de *Accesso alla Terra (Acesso à Terra)* que desde o início tem sido capaz de contar com o apoio de MAG6 e, posteriormente, do MAG de Turim e Florença para questões econômicas e burocráticas necessárias para iniciar uma cooperativa.

Para garantir um maior grau de viabilidade às idéias discutidas nas várias reuniões, decidiu-se desenvolver um projeto-piloto que envolva as pessoas que já estão ativas dentro do grupo e, mesmo que a primeira tentativa de comprar uma fazenda tenha fracassado devido a uma oferta mais generosa de um outro comprador, pouco tempo depois veio a proposta de venda de uma fazenda por um casal de camponeses<sup>75</sup>. Em 02 de março de 2014 se chegou, finalmente, à constituição da *Associazione Accesso alla Terra (Associação Acesso à Terra)*, que tem como objetivo recolher dentro de dois anos a quantidade necessária para realizar o projeto piloto e instituir, assim, a *Cooperativa Sociale Accesso alla Terra (Cooperativa Social Acesso à Terra)*, que no futuro se tornaria proprietária dos

---

<sup>75</sup> <http://www.accessoallaterra.org/web/chi-siamo/>

terrenos adquiridos.

Aqui abaixo reproduzo os princípios orientadores da *Associação Acesso à Terra*, publicados no site<sup>76</sup>:

#### Finalidade social da Associação Acesso à Terra

A “Associazione Accesso alla Terra” é uma associação de promoção social e, como tal, não tem fins lucrativos mesmo indiretos e opera exclusivamente para fins de utilidade social.

É um associação cultural, apartidária, não-confessional, anti-racista, anti-sexista e anti-fascista, que visa promover a integração social dos cidadãos para a participação das comunidades na gestão do território e promover a agricultura orgânica camponesa, facilitando assim o acesso à terra por aqueles que querem trabalhar nelas.

Caracteriza-se pela idéia de desafiar a propriedade privada da terra agrícola, porque a terra é um bem comum a ser preservado para as gerações futuras e as conseqüências ambientais de como ela é usada incidem na vida de todos, tendo a ver com a poluição ambiental, poluição das águas subterrâneas, a salubridade do que comemos e a soberania alimentar. Assim, o respeito da terra como um fator produtivo perene e a luta constante para a sua exploração indiscriminada tornam-se interesses gerais e salientes da comunidade.

Para contribuir na divulgação e implementação desta idéia achamos que poderia ser uma ferramenta importante a compra coletiva de terras que permite unir as forças daqueles que querem iniciar uma atividade de agricultura biológica camponesa e daqueles que querem apoiar estas realidades porque as consideram uma riqueza para toda a comunidade.

Portanto a “Associação Acesso à Terra” tem a finalidade de:

- 1) gerenciar e promover atividades educativas e de sensibilização que visam o envolvimento das comunidades na responsabilidade da gestão do território e na promoção da agricultura camponesa;
- 2) facilitar o assentamento dos camponeses que praticam a agricultura orgânica e biodinâmica camponesa;
- 3) promover o desenvolvimento econômico ecologicamente e socialmente sustentável;
- 4) Promover uma cultura de uso responsável e crítico do dinheiro, tanto por parte das pessoas quanto por parte de entidades públicas e privadas;
- 5) promover o intercâmbio de conhecimentos, num espírito de solidariedade e partilha, principalmente entre aqueles que se identificam com os princípios da associação;

<sup>76</sup> <http://www.accessoallaterra.org/web/chi-siamo/>

Por agricultura camponesa entende-se que:  
seja em conformidade com os critérios da agricultura orgânica ou biodinâmica (certificada por órgãos competentes ou através de sistemas de certificação participada);  
a condução das terras permita a manutenção e renovação da fertilidade do solo, a redução de insumos externos de energia, a utilização comedida dos recursos hídricos, o aumento da biodiversidade em nossos campos e o cuidado para o bem-estar animal e humano;  
seja estruturada para a venda direta em âmbito local e, portanto, ofereça atividades diversificadas, favorecendo o uso de mão de obra e inteligência do homem e não o de combustíveis fósseis;  
seja praticada em fazendas de pequenas e médias dimensões.

A agricultura biológica e camponesa e o consumo local de alimentos produzidos desta forma se tornam ferramentas práticas para difundir práticas sustentáveis e para defender a vocação agrícola destes terrenos contra a especulação e o abandono.

A associação é aberta a qualquer pessoa que compartilhe seus princípios.

### **Cap. 3 Mudanças recentes: a luta camponesa no contexto político dos anos 2000**

Neste capítulo trataremos do modo como o contexto político nacional e internacional recente afetou a questão agrária e, por conseguinte, as organizações estudadas por este trabalho. O objetivo é apontar os elementos que nos ajudem a caracterizar a concepção política que orienta a ação da Copava e de CA.

Nos últimos dez anos no Brasil e, particularmente no interior do MST, tem se discutido modelos de produção respeitosos do meio ambiente para preservação da natureza, como veremos na parte sobre Reforma Agrária Popular e também a Copava passou por algumas mudanças em termos de produção e outras estão sendo discutidas. Por outro lado, na Europa, como já indicado no capítulo anterior, estão começando as ocupações de terra como bens comuns a serem preservados e que podem garantir renda e moradia para os afetados pela crise econômica. A discussão sobre economia solidária também constitui uma questão cada vez mais importante. No final do capítulo discutiremos de que maneira essas concepções se inserem no debate sobre um outro mundo possível, que marca o movimento altermundialista.

Antes de discutir essas questões no âmbito de cada experiência procuraremos compreender, em linhas gerais, as transformações produzidas no cenário internacional desde o final do século XX.

Após a queda do Muro de Berlim em 1989 desenvolveu-se um “consenso político” em favor das políticas neoliberais tanto entre os países europeus como entre os latino-americanos.

O Brasil tem experimentado as políticas econômicas neoliberais desde início dos

anos 90, com a liberalização do comércio, a privatização de indústrias e serviços, e as políticas de austeridade, que, ao contrário das previsões do FMI e do Banco Mundial, organismos dominados pelos Estados Unidos, levaram a consequências prejudiciais. A década de 90 foi marcada por baixos índices de crescimento e crises econômicas, pela manutenção dos já elevados níveis de pobreza e desigualdade social e pelo aumento do desemprego e da informalidade. Além disso, o país continuou fortemente endividado e dependente de empréstimos externos. Desse modo, reduziu-se a soberania do país no que diz respeito às escolhas de políticas de desenvolvimento nacional, já que as instituições multilaterais interferem nas estratégias de desenvolvimento adotadas nos países “emergentes” ou países beneficiários de sua ajuda.

A Itália foi um país beneficiário das ajudas econômicas destinadas à reconstrução do país logo após a II Guerra Mundial, enquanto nos anos 70 se tornou um país doador, passando a cooperar com o desenvolvimento de outros países. (PAGANETTO, SCANDIZZO, 2000, p. 159).

A lei 1222/1971 estabelece seu envolvimento em projetos de ajuda ao desenvolvimento, embora modesto em termos de contribuição econômica e limitado à cooperação técnica (PAGANETTO, SCANDIZZO, 2000, p. 173).

Vejamos mais de perto esse processo de mudanças.

### **3.1 O cenário internacional no final do século XX**

Entre 1968 e 1981, o Banco Mundial, liderado pelo americano McNamara, eleito pelos

Estados Unidos, implementou políticas de combate à pobreza em países considerados do Terceiro Mundo. Essas políticas deram grande impulso ao processo que levou ao abandono da economia de subsistência e à adoção do princípio de especialização econômica.

Tal política, aliás, direcionou-se em primeiro lugar à pobreza rural e impulsionou projetos de aumento do crescimento da produtividade rural, através de financiamentos destinados à camada superior dos pequenos agricultores. Como se pode imaginar, derivou da afinidade íntima do Banco Mundial com a Revolução Verde, cujo nome demonstra o intuito de barrar qualquer revolução vermelha, e que impulsionou a extensão em diversos pontos do planeta de uma agricultura capitalizada, fortemente mecanizada e dependente de pesticidas, promovendo um salto na escala de concentração de terras e, por extensão, nas expropriações primárias. A atuação internacional “contra a pobreza” destinava-se a, em curto prazo, incentivar as expropriações agrárias de posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários. (PEREIRA *apud*. FONTES, 2010, p. 53)

Estes planos, que se difundiram em diferentes partes do mundo, favoreceram não apenas a expropriação da terra, mas também sua concentração nas mãos de poucos grandes proprietários: uma agricultura capitalista, dependente de adubos, pesticidas, fertilizantes químicos e sementes modificadas. O conceito de crescimento ilimitado e a remoção de todas as fronteiras também têm sido usados como justificativa para as apropriações abusivas por parte das sociedades mais desenvolvidas.

A década de 80 representara um divisor de águas para a estratégia do Banco Mundial: a crise da dívida externa levou-o a pressionar os países endividados a promover a estabilização macroeconômica, criando empréstimos de ajuste setoriais e de ajustamento estrutural. Conforme dois autores italianos, Paganetto e Scandizzo, verifica-se uma convergência entre a ação do FMI e do BM:

A estratégia do Banco Mundial deslocou-se, figurativamente, a partir de uma perspectiva de um longo prazo a uma de médio prazo, aproximando-se daquela de curto do FMI. Por sua vez, o FMI constatou que as políticas financeiras inadequadas se devem à falta de reformas estruturais adequadas, como pode ser a

privatização de empresas públicas. Ele então criou facilidades para o ajustamento estrutural, insistindo na adoção de reformas estruturais, a nível microeconômico e social (PAGANETTO, SCANDIZZO, 2000, p. 208)

Nesses mesmos anos começou a ser evidente que o desenvolvimento não era por si só capaz de resolver a pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a América Latina contava com 120 milhões de pessoas pobres que alcançariam a cifra de 200 milhões, no final da década, sobre uma população de 419 milhões (*idem*, p. 321). A CEPAL assume as teorias propostas por Hirschmann na década de 60, para quem o desenvolvimento técnico e financeiro deveria ser acompanhado por crescimento sustentável, equidade e democracia. As decisões políticas tomadas pelas instituições internacionais foram, no entanto, em outras direções: o *Relatório* do Banco Mundial, de 1981, conclamou à redução da intervenção do Estado na economia e na prestação de serviços públicos, à adoção de certas políticas de controle de preços e de oferta de dinheiro. A mesma posição foi reiterada no *Relatório* de 1996, em que se defende a redução do papel dos Estados em favor do mercado e da iniciativa privada.

Em 1982, momento de profunda crise para o gigante brasileiro, o país assina o primeiro acordo de ajuste estrutural com o FMI, seguido por um segundo acordo em 1988. Na agricultura, essas políticas significaram cortes do crédito rural e dos subsídios à produção.

A situação no campo se agravou nos anos 90, pois a liberalização do comércio e dos preços causou também um aumento do preço da terra, trazendo ainda mais dificuldades para as classes mais pobres eventualmente interessadas em comprar pequenas parcelas de terra. Em 1991, o país passou a fazer parte do Mercado Comum do Cone Sul

(MERCOSUL), que instou seus membros a reduzir os preços dos principais produtos exportados pelo Brasil, como café e açúcar, e reduzir o apoio à produção agrícola. Os preços em queda dos principais produtos exportados pelo Brasil tornaram impossível para os camponeses sobreviver ao lado dos grandes produtores (CASSEL, PATEL, 2003, p. 2). Os únicos beneficiados foram alguns setores, como o agro-exportador, especialmente o produtor de soja (CASSEL, PATEL, 2003, p. 7).

O Brasil se tornaria em breve o maior exportador de matérias-primas para o grupo de países do Mercosul, mas foi forçado a abrir suas fronteiras para se tornar um importador de alimentos (CASSEL, PATEL, 2003, p. 11). Com a adesão ao Mercosul, e em seguida, com a facilitação do fluxo de bens através da redução de tarifas e outras barreiras ao comércio, o mercado internacional de produtos agrícolas, e em particular o de soja, tem se expandido significativamente. Por um lado, se o Brasil, favorecido por seu imenso território, duplicou as exportações agrícolas, o mesmo não pode ser dito para os preços das matérias exportadas que, inclusive a soja, sofreram um declínio, desde o início dos anos 90 (CASSEL, PATEL, 2003, p. 22).

Outro fato que merece destaque é o aumento das importações: até 1998, de fato, cresceram mais rapidamente do que as exportações, e destes, 80% se referiam a produtos agrícolas. Isso explica-se pelo fato de que os produtores de alimentos em grande escala, após a implementação do novo mercado, receberam incentivos para produzir alimentos para o mercado de exportação, forçando o país a se tornar um importador de trigo, leite, arroz e milho (CASSEL, PATEL, 2003, p. 22). No final da década de noventa, no entanto, o aumento dos preços dos produtos importados, diminuiu o ritmo das importações, mas este tornou-se um sinal preocupante para a segurança alimentar no Brasil, o maior exportador de alimentos no bloco (CASSEL, PATEL, 2003, p. 23 ).

Com a adesão do Brasil à OMC em 1995, ano de sua criação, o país ampliou sua integração ao mercado em nível global, seguindo os ditames impostos pela rodada Uruguai de reduções tarifárias, subsídios à exportação e apoio aos preços domésticos, o que provocou uma liberalização sem precedentes dos mercados agrícolas. Enquanto aumentava o comércio internacional do país, por outro lado, aumentava também a exposição dos agricultores brasileiros às flutuações dos preços internacionais. (CASSEL, PATEL, 2003, p. 11).

O impacto desse tipo de política no mundo inteiro foi a divisão do trabalho mundial segundo o princípio das “vantagens comparativas”, teorizado pelo David Ricardo dois séculos atrás. Esse princípio baseia-se no suposto de que o comércio internacional é capaz de aumentar o bem-estar dos países nele envolvidos. Para isso, cada país deve especializar-se na produção de bens que é capaz de produzir de forma eficiente em comparação com outros países, com o conseqüente abandono da produção de bens que podem ser importados de países mais eficientes em outras áreas produtivas. No Programa Agrário do MST publicado em 2013 – e que iremos analisar no item sobre a reforma Agrária Popular – afirma-se justamente que o modelo do agro-negócio, que a cada dia amplia sua hegemonia no setor agrícola do país, é o resultado da divisão mundial da produção e do trabalho, conforme a qual o Brasil, junto com os países do hemisfério sul, assumiu o papel de fornecedor de matérias primas para o mercado externo:

Esse novo modelo de agricultura capitalista foi definido por uma divisão mundial da produção e do trabalho, estabelecida ainda nos anos 90. Ali, os países centrais do capitalismo reservaram aos países do hemisfério sul o papel de serem os fornecedores de matérias primas agrícolas, celulose, fontes de energia e minérios para o mercado externo. O modelo do agro-negócio é resultante da hegemonia do capital internacional e financeiro sobre o mundo e a produção (PROGRAMA, 2013, p. 29).

Um caso notável é o das plantações de soja, que crescem sobretudo na Amazônia, com a conseqüente destruição da floresta. Além disso, a produção de soja precisa de grandes extensões de terra, uma alta intensidade de capital e pouquíssima mão-de-obra. Apesar de ferir as leis do comércio internacional, o apoio do governo brasileiro para a produção de soja tem sido elogiado como um exemplo a ser seguido por outros países do mundo em desenvolvimento. Obviamente, este tipo de financiamento favoreceu alguns grandes latifundiários em detrimento dos pequenos agricultores e produtores, que possuem como única alternativa a migração, muitas vezes para as cidades, indo engrossar as fileiras do exército industrial de reserva na áreas mais degradadas.

No âmbito da privatização, o crédito rural era disponível apenas através de bancos privados, e depois de 1987 também a sustentação de preços e apoio de marketing para os agricultores tinham desaparecidos. As políticas de livre comércio da década de 1990 aceleraram este processo. Além disso, os governos do Brasil na década de 1990 optaram por reduzir estes apoios aos agricultores muito além do que foi mandatado por acordos comerciais como parte de um esforço de política interna para eliminar a interferência do Estado nos mercados(CASSEL, PATEL, 2003, p. 24).

Este tipo de sistema tem favorecido claramente apenas aqueles capazes de investir capitais abundantes nas produções em larga escala para o mercado de exportação e são capazes de obter crédito privado. As vantagens econômicas dos grandes proprietários de terra também se devem a sua capacidade de pagar altas taxas de juros e à possibilidade de contratar técnicos e agrônomos para melhorar as condições de produção. Estudos sobre o agronegócio e os efeitos da rodada Uruguaí sobre agricultura feitos pela *Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura* (ONUAA) – conhecida pela sigla *Food and Agriculture Organization* (FAO) – deixaram claro que as médias e grandes empresas,

que dominam o mercado, foram favorecidas. Além disso, o relatório da FAO mostra que a produção de soja e milho estão bem consolidadas, enquanto trigo, arroz e algodão estão diminuindo. No setor leiteiro verifica-se a falência das cooperativas e sua substituição por grandes empresas e as sociedades estrangeiras, como a Nestlé e a Parmalat (CASSEL, PATEL, 2003, p. 25).

### **3.2. Brasil: política de créditos para agricultura familiar e hegemonia do agronegócio**

Com o avanço do capitalismo no campo, aumentou a acumulação e a concentração da riqueza, “transformando radicalmente o meio rural via mecanização e industrialização, simultaneamente à tecnologização de alguns setores da agricultura”.

A modernização da agricultura conduziu a um impasse na questão agrária: por um lado se multiplicam os conflitos no campo, por outro lado se consolida uma “poderosa confluência de interesses em torno de negócios envolvendo a terra como mercadoria e como meio de produção (MARQUES, 2006, p. 185 *apud*. PALMEIRA; LEITE, 1998). Os problemas relativos à questão fundiária, a aplicação do receituário neoliberal, o aumento do desemprego, principalmente nas cidades de pequeno e médio porte, aumentaram a importância da luta pela terra como opção de sobrevivência para os trabalhadores rurais e urbanos (MENDONÇA, 2008, p. 111).

Na década de 80 e 90, devido à crise da dívida externa que impôs ajustes macroeconômicos e à implementação das políticas neoliberais, os recursos destinados à

agricultura foram reduzidos. Tal redução afetou a burguesia agrária que tinha se beneficiado da “modernização compulsória da agricultura” da época da ditadura militar. O período de 1990-2002 registra uma queda vertiginosa dos valores destinados ao crédito rural, registrando em média 23% do valor total concedido no ano de 1979 (COLETTI, 2006, p. 139). As cooperativas que estavam nascendo no campo, como as CPAs do MST, também sofreram durante esse período, por falta de créditos que as ajudassem a investir e desenvolver a produção. Porém a Copava, segundo Zezinho, sobreviveu a estas mudanças econômicas através da organização: existia um “regimento interno” bem formalizado, uma estrutura interna dividida por setores de produção e divisão da mão de obra. Isso fez com que a cooperativa fosse capaz de incluir as mulheres e os jovens na produção e na organização.

A política econômica adotada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) liberalizou a importação de produtos agrícolas, prejudicando os setores que produziam para o mercado interno, “ao mesmo tempo em que barateava as exportações, contrariando, nesse caso os interesses da burguesia agrária exportadora, ligada ao 'agronegócio’” (COLETTI, 2006, p. 138).

Esse período é marcado pelo crescimento de novos tipos de “ruralistas”, representantes das grandes cadeias de atividades altamente empresarializadas e financeirizadas, interessados apenas na exportação dos produtos agrícolas, sem mostrar nenhuma preocupação em relação ao mercado interno e às dificuldades alimentares do povo brasileiro. Estes novos “ruralistas” explicitavam “um novo projeto para a agricultura brasileira, pautado em três parâmetros: competitividade, tecnologia e gestão da entidade”.

Embora estes setores<sup>77</sup> se apresentassem como portadores de “desenvolvimento econômico”

<sup>77</sup>Vale a pena citar a mesma autora quando elenca as empresas que dominavam e ainda hoje dominam o mercado brasileiro: “...algumas das empresas que, na atualidade, integram a ABAG [Associação Brasileira do

e “bem-estar social”, na verdade se dedicavam à exportação, sem grande afinidade com o mercado interno ou a “mal alimentada população brasileira” (MENDONÇA, 2005, p. 115).

A hegemonia do agronegócio assentou-se sobre duas noções, caras à retórica neoliberal dos anos 1990: segurança alimentar e competitividade as quais, embora aparentemente “incompatíveis”, logo seriam compatibilizadas mediante a “transformação” do agrobusiness brasileiro em coadjuvante da segurança alimentar mundial. Através desta operação minimizava-se o fato da nova entidade corresponder à institucionalização de um lobby empresarial dos mais lucrativos, travestido pela retórica de sua “missão social” (MENDONÇA, 2005, pp. 114-115).

As políticas que seguiram à adesão à OMC e ao Mercosul forçaram a remoção de barreiras tarifárias ao comércio e a eliminação de subsídios estatais à produção doméstica. Esta segunda medida aplicada através da eliminação ou redução de qualquer tipo de apoio à agricultura, tais como o apoio aos preços, o crédito rural para a produção de pouco interesse, controle dos preços da terra, entre outras coisas, alterou o campo brasileiro, danificando setores agrícolas considerados irrelevantes para a economia do país. Deve-se notar que, de acordo com os programas de ajustamento estrutural empreendidos desde 1982, muitas dessas medidas de apoio já tinham sido abolidas para reduzir as despesas do Estado. (CASSEL, PATEL, 2003, p. 24)

O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foi, porém, aquele no qual foram assentadas mais famílias, graças também à pressão dos movimentos sociais no campo. No segundo governo (1999-2002), diferentemente, o Presidente aplicou uma política de dura repressão e criminalização das ocupações de terra, “criando medidas provisórias para não assentar famílias ocupantes de terra e não desapropriar terras ocupadas”. Em consequência disso, as ocupações se reduziram. Conforme os dados do

---

Agronegócio, criada em 1993, com a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil], num total de 59 membros: a Algar S.A. Empreendimentos e Participações; a Bunge Fertilizantes S.A.; a FMC Química do Brasil Ltda; Grupo Kepler Weber; Pioneer Sementes; Rutherford Trading S.A.; Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas; Sipcam Agro Ltda; Syngenta Seeds Ltda, dentre outras.

INCRA, em 1998 houve um pico dos números de famílias assentadas, alcançando um valor que nunca mais seria atingido pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011 à atualidade, 2014).

SR/UF	Até 1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Norte	18.201	10.471	24.682	32.045	41.838	25.185	16.490	19.866	12.438	16.004	31.774
Nordeste	16.757	18.551	21.272	27.099	34.432	30.990	23.995	20.760	16.582	13.256	28.522
Sudeste	3.089	1.308	3.268	3.704	4.757	7.001	2.702	3.877	2.418	1.566	2.459
Sul	5.029	2.178	2.007	4.190	4.134	9.298	3.391	4.426	2.041	1.038	3.638
C. Oeste	15.241	10.404	10.815	14.906	15.933	12.752	13.943	14.548	10.007	4.437	14.861
Total	58.317	42.912	62.044	81.944	101.094	85.226	60.521	63.477	43.486	36.301	81.254
SR/UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total geral	
Norte	58.373	81.573	23.502	34.259	25.805	20.184	10.485	12.180	12.474	527.829	
Nordeste	39.726	35.313	20.534	20.545	17.757	10.836	6.845	6.320	9.082	419.174	
Sudeste	6.540	3.260	3.311	2.316	3.177	2.295	1.075	1.166	2.186	61.475	
Sul	2.987	2.059	1.717	1.802	1.195	1.959	1.218	1.234	1.253	56.794	
C. Oeste	19.880	14.153	18.471	11.235	7.564	4.205	2.398	2.175	5.244	223.172	
Total	127.506	136.358	67.535	70.157	55.498	39.479	22.021	23.075	30.239	1.288.444	

Em 1994, o governo criou uma linha de financiamento específica para as cooperativas o programa de crédito chamado *Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA)*. A Copava se beneficiou deste programa na modalidade Teto 2, uma linha de crédito coletivo específica para as cooperativas formalizadas, que deu um impulso ao investimento em máquinas, à preparação do solo e ao plantio. Para

conseguir que esta linha de crédito fosse aprovada, os cooperantes e o MST promoveram lutas, marchas, manifestações nas quais reivindicavam uma política para os assentados da reforma agrária. O valor que o governo disponibilizou naquela época era, de fato, muito limitado, considerando que era destinado ao Brasil inteiro e as famílias assentadas eram numerosas, como demonstra a tabela acima apresentada. Além disso, muitas cooperativas de assentados, por várias razões, não conseguiam escrever o projeto necessário à participação nos programas.

Em julho de 1999 o PROCERA foi extinto pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Em 1996 fora criado o *Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF) com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Embora o BNDES financie a agricultura familiar da região de Itapeva através do PRONAF e do programa Mais Alimentos, segundo Zezinho nos informou durante a entrevista em outubro de 2014, a Copava nunca teve acesso ao PRONAF. Para acessar a estes créditos é muito importante ser organizado e conhecer a lei, bem como os regulamentos dos projetos, por isso a Copava conseguiu receber as ajudas do PROCERA. Há algumas regiões que sofrem mais porque não há organização capaz de buscar o conhecimento sobre como funcionam os programas de crédito, quem pode ter acesso a eles; além disso, o banco dificulta porque não oferece informações.

Nesses mesmos anos, as dificuldades em obter créditos públicos para desenvolver a produção levaram a Copava a firmar parcerias com empresas privadas como a Bioverde, a Copafasp e a Agropen, o que provocou a discordância do MST. O movimento condenava a plantação de soja, produzida de maneira intensiva conforme os preceitos da Revolução Verde, que utiliza agrotóxicos para produções em larga escala desrespeitando os princípios

da agroecologia. Como afirmou o presidente da Coapri, Sebastião Aranha<sup>78</sup>, “quem faz a assistência técnica são as lojas de veneno” e “a formação nas universidades é voltada para as grandes áreas. Mas quem produz comida mesmo é o pequeno agricultor”.

A Bioverde fechou contrato com os agricultores, mas posteriormente alegou não possuir recursos para o investimento com a produção. Como a Copava possuía crédito com a Agropen, empresa que produz sementes e agrotóxicos, conseguiu viabilizar a sua produção. (THOMAZ, 2010, p. 155)

Durante os governos do PT, a situação no campo foi afetada por duas políticas aparentemente antagônicas: de um lado, o crescimento do agronegócio, de outro, o da agricultura familiar. Isso num contexto em que a reforma agrária não avançou, a despeito da elaboração do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), do qual participaram membros do Partido dos Trabalhadores e do MST, coordenados por Plínio de Arruda Sampaio.

Se o I PNRA foi derrotado desde o princípio pela aliança entre os ruralistas da União Democrática Ruralista (UDR), o II PNRA deveria se opor ao agronegócio, que por sua parte, defende o acesso à terra sob seu controle (FERNANDES, 2008, p. 77). Os ruralistas que na década de 80 representavam o sujeito antagônico da luta pela terra, nos anos 90 “encontraram no modelo do agronegócio uma forma de utilizar suas terras para a expansão da soja e da cana, arrendando ou produzindo (FERNANDES, 2008, p. 78). A diferença entre o latifúndio e o agronegócio é que o primeiro, por sua própria natureza, controla grandes partes de terra agricultáveis que, porém, mantêm improdutivas. A lógica do agronegócio é, pelo contrário, a de avançar sobre essas terras, instalando monoculturas em grande escala, marcando o processo em que “improdutividade e produtividade se unem como barreiras às políticas de reforma agrária” (FERNANDES, 2008, p. 78).

<sup>78</sup> <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/95/com-selo-da-reforma-agraria-770.html>

O domínio do agronegócio mudou as características do confronto no campo e ameaça de forma devastadora o modelo de vida camponês:

O agronegócio agora compreendido pelas corporações nacionais e transnacionais é o império que, com o apoio dos governos, se apropria de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia mediante um processo recente denominado de estrangeirização da terra, *land grabbing* ou *acaparamiento*. O impacto do agronegócio nas agriculturas camponesas do mundo é devastador, colocando em questão se a agricultura capitalista e a camponesa formam parte de um mesmo modelo de desenvolvimento ou se são modelos distintos que vivem em permanente conflitualidade. Aceitar a ideologia do agronegócio como único modelo possível inviabiliza a reforma agrária (FERNANDES, 2013, p. 193).

O governo parece ter desqualificado o valor do campesinato, considerando-o como sujeito atrasado “que não consegue se desenvolver e cuja única alternativa é se transformar num agricultor familiar 'integrado' ao capital, considerado como moderno” FERNANDES, 2013, p. 192). Criou-se a ideia de que existe um campesinato atrasado e um agricultor familiar moderno e do ponto de vista do capitalismo a reforma agrária seria uma “política para pobres, como ajuda humanitária para os sem-terra, que, por meio de um pedaço de terra, devem se capitalizar para se integrarem ao capitalismo e se tornarem modernos (FERNANDES, 2013, p. 193).

Assim, ao invés de criar novos assentamentos, o governo Lula, através programas de crédito, reforçou os assentamentos já existentes, como mostram os dados que vimos na tabela sobre os números de famílias assentadas entre 1994 e 2013. Além dos programas de crédito, através dos programas de alimentação escolar e das penitenciárias, os governos dirigidos por Luiz Inácio da Silva facilitaram o acesso dos produtores a um mercado capaz de comprar seus produtos. Em 2013, durante o governo Dilma foram criados novos financiamentos para a agroindústria. Por exemplo, um dos projetos que os cooperados da

Copava estão implementando através deste programa de crédito é a compra de uma prensa para a extração do óleo de soja convencional, conforme definido no estatuto da organização, que veda os transgênicos. O óleo de soja produzido seria destinado aos programas governamentais.

Além dos créditos e do acesso aos mercados via compras governamentais, os programas implementados pelos governos do PT impactaram o campo por meio da política de combate à pobreza, especialmente do Programa Bolsa Família (PBF). De fato, o PBF provê com um benefício monetário mínimo às famílias pobres, com a condição de que elas respeitem algumas regras<sup>79</sup>. Em 2007, com o aumento dos preços agrícolas que, por um lado deveriam beneficiar o Brasil a nível macroeconômico, mas que de fato prejudica a vida dos pobres de todas as partes, o governo reajustou o PBF de forma a compensar a perda de poder de compra na base da distribuição.

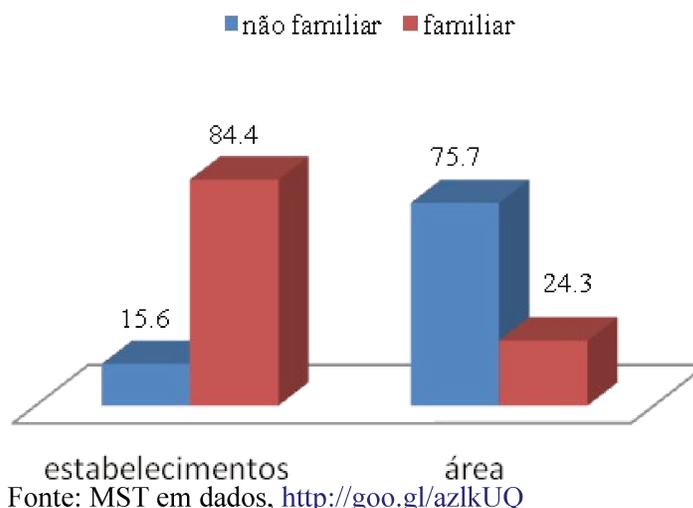
Com esse conjunto de medidas, o governo do PT “perdeu uma enorme oportunidade de distribuir terra e ampliar ainda mais a participação do campesinato no desenvolvimento da agricultura brasileira” (FERNANDES, 2013, p. 193). Como mostra o gráfico abaixo, os estabelecimentos de agricultura familiar, embora mais numerosos, tiveram acesso a uma área de terra muito reduzida em comparação com o obtido pela agricultura não familiar em 2006.

---

79

“Educação (frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre seis e quinze anos, e mínima de 75% para adolescentes de dezesseis e de dezessete anos); saúde (acompanhamento do calendário de vacinação para crianças até seis anos); pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos”(AA.VV., 2012, p. 96).

**Gráfico 1-Ocupação das terras rurais,  
segundo a condição do produtor, 2006 (%)**



A mudança de cenário no qual o agronegócio se expandiu em todo o Brasil levou a um debate teórico sobre a urgência da reforma agrária. Conforme alguns autores, entre os quais se distinguem Zander Navarro e José de Souza Martins, uma política deste tipo, a exemplo do que foi implementado nos anos 50 e 60 em alguns países, entre os quais a Itália, tornou-se desnecessária no Brasil. Isto porque as mudanças o cenário econômico, político e social nos obrigam ao abandono de uma interpretação ligada ao contexto dos anos sessenta.

### **3.2.1 A reforma agrária no século XXI**

A permanência da questão agrária indica que o Brasil teve uma “história lenta”, que sempre colocou em primeiro lugar os interesses conservadores em detrimento da resolução

das premências sociais e políticas:

A permanência de uma história lenta, contudo, sempre acomodando os interesses conservadores e permitindo o adiamento de nossas urgências sociais, foi sangrando mortalmente a demanda por ações em reforma agrária, imobilizando-a, tanto política quanto socialmente, em face das mudanças verificadas no país, sobretudo a partir da expansão econômica da década de 1970. (NAVARRO, 2008, p. 14)

A política brasileira em relação à distribuição da terra se tornou efetiva apenas a partir de 1996, quando sua implementação passa a constituir uma “necessidade histórica” (NAVARRO, 2008, p. 13). A política de formação de assentamentos, porém, nunca abrangeu a transferência de direitos de propriedade, pelo contrário, se resolveu com o pagamento e indenização dos desapropriados em dinheiro. Sobretudo em anos mais recentes, o Estado brasileiro reduziu as ações de desapropriação para se dedicar à compra de terra para formar novos assentamentos, o que lhe leva a afirmar a impossibilidade de se falar em reforma agrária no país: “Ora, não havendo perda econômica neste ato, pois são títulos sobre os quais incidem correção monetária e juros anuais, tecnicamente não estamos falando, de fato, de um processo de reforma agrária” (NAVARRO, 2008, p. 37).

Os governos Lula (2003-2010) tampouco fizeram a reforma agrária por meio da desapropriação mas, principalmente, por meio da regularização fundiária. Isso colocou em crise os movimentos camponeses que lutam pela terra através de ocupações, como o MST, “responsável por 63 por cento das famílias em ocupações no período de 2000 a 2007” (FERNANDES, 2008, p. 81).

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaborado pelo governo Lula tinha o objetivo de assentar 550 mil famílias entre o 2003 e o 2007 mas, conforme os dados da UNESP (Universidade do Estado de São Paulo) citados no site do MST, de fato foram

assentadas apenas 163 mil famílias, então, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) teria satisfeito apenas o 29,6% do estabelecido no Plano. Outro objetivo do Plano Nacional era promover a regulação fundiária de 500 mil famílias de posseiros que, também neste caso, alcançou apenas o 22,6% dos casos. A opinião do MST é que estes números podem conduzir apenas a uma conclusão: eles expressam de forma clara que “o governo Lula não fez a reforma agrária onde o agronegócio não queria e fez a regularização fundiária onde ele queria.”<sup>80</sup> Os dados do Incra dizem que hoje no Brasil existem 9.167 assentamentos, num total de 959.156 famílias assentadas, as quais ocupam uma área de 88.102.902 hectares<sup>81</sup>.

Sem condições para realizar a reforma agrária, o MST e as organizações a ele ligadas se dedicam a discutir questões como o crédito, já mencionado, e a soberania alimentar.

### **3.2.2 A Via Campesina no Brasil e a importância da soberania alimentar**

Um dos temas comuns que certamente unem a ação da Copava com a de Campi Aperti é a questão da soberania alimentar, que tem entre seus principais promotores em âmbito global a Via Campesina. O movimento da Via Campesina, fundado em Abril de 1992 em Manágua, Nicarágua, conta hoje com mais de 160 organizações em 73 países. Com uma base composta por camponeses, pescadores, pastores, trabalhadores rurais, atua

---

<sup>80</sup><http://www.mst.org.br/node/6713>

<sup>81</sup><http://www.incra.gov.br/assentamento>

como coordenadora de movimentos e organizações diferentes. O MST participou da redação do documento de fundação desta organização internacional.

De acordo com a Via Campesina “a soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantem o direito à alimentação de toda a população”. Por soberania alimentar entende-se que cada povo e nação deve ter o direito de formular suas próprias políticas e desenvolver suas capacidades de produzir no seu território alimentos de base, com respeito às diversidades culturais e produtivas. Os objetivos principais das lutas das organizações que aderem à Via Campesina são políticas agrícolas e alimentares voltadas para os princípios citados.

O conceito de soberania alimentar, conforme a FAO, evidencia a importância “uma agricultura que produza alimentos básicos, com adequada qualidade biológica, livre de contaminantes e que possam ser estabelecidos mecanismos que os tornem acessível para todos os cidadãos” (CARVALHO, 2009, p. 15). A legislação brasileira em relação ao tema da soberania alimentar é ainda mais rica e afirma:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CARVALHO, 2009, p. 16).

Resulta evidente que para alcançar os projetos contidos na lei precisa mudar o rumo dos investimentos tecnológicos, de pesquisa agropecuária, das ações de extensão rural e do crédito rural. Em Março de 2011 o MST, a Via Campesina e outros movimentos sociais protestaram contra o uso excessivo de agrotóxicos no Brasil, iniciando a *Campanha*

*Permanente contra os Agrotóxicos e para a Vida*, com o objetivo de denunciar os impactos do modelo agrícola dominante e criar uma consciência em favor de um modelo baseado na soberania alimentar. O Brasil é desde 2008 o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e desde 2009 o maior produtor de cultivos transgênicos, superando assim a Argentina<sup>82</sup>.

Próximo ao tema da soberania alimentar existe a questão das sementes, que desde o princípio, representou um dos problemas de maior relevância para Via Campesina. O controle e o monopólio das sementes por parte de poucas mas poderosas empresas multinacionais ameaçam a biodiversidade, o acesso a alimentos saudáveis e o controle da nossa saúde. No caderno nº 6 publicado pela Via Campesina em junho de 2013, intitulado “La Vía Campesina: Nuestras semillas, Nuestro futuro”, afirma-se que as sementes desempenham um papel fundamental para a soberania alimentar:

Estos pequeños granos son la base del futuro. Ellas determinan, en cada ciclo vital, qué tipo de alimento consumen los pueblos, cómo se cultiva y quién lo cultiva. Pero las semillas también son el recipiente que transporta el pasado, la visión, el conocimiento y las prácticas acumuladas de las comunidades campesinas en todo el mundo que, durante miles de años, han creado la base de todo lo que nos sostiene en el presente.

As sementes, além de representar a “origem” da vida, neste caso das plantas que nos alimentam, sempre foram selecionadas pelos povos camponeses em todas as partes do mundo, enquanto hoje, algumas indústrias querem se apropriar, seja do conhecimento rural que foi acumulado por séculos, seja do que a natureza oferece para todos. Além das patentes que tornam os bens comuns das sementes um bem particular de uma indústria, sua modificação acaba por criminalizar a agricultura camponesa e a impor um modelo

---

<sup>82</sup> Segundo o informe sobre as lutas conta a Monsanto e outras e as grandes empresa de biotecnologia “En 2009/10, se cultivaron 23 millones de hectáreas de soja en Brasil, de las cuales 70% o 16,5 millones de hectáreas fueron cultivadas con soja transgénica Roundup Ready (RR). La soja RR de Monsanto está manipulada genéticamente para hacerla resistente a su herbicida Roundup a base de glifosato” (ZACUNE, 2012, p. 14).

industrial e monocultural que afeta o homem e a natureza.

Em março de 2011, em uma reunião internacional de pequenos produtores organizada pela Via Campesina concentrou-se sobre a importância da preservação das sementes camponesas através da conservação e troca de sementes nativas que sempre foram selecionadas por eles mas que hoje são ameaçadas do domínio pelas indústrias multinacionais, entre a qual a mais conhecida é a Monsanto.

A realidade atual, denunciada pela Via Campesina no Brasil, apresenta um quadro muito complicado por causa da atual pressão do capital, juntamente com o Estado, sobre os territórios camponeses, indígenas, quilombolas e pesqueiros, particularmente. De fato, a concepção de desenvolvimento que prevalece no país levou à construção de empreendimentos de mineração, hidroelétricas, rodovias, ferrovias, e à intensificação do modelo do agronegócio. Estes fatores foram acompanhados por uma legislação que, ao invés de proteger os territórios e os povos indígenas, facilita a vida dos investidores e a destruição da natureza<sup>83</sup>. Diante desta situação, em junho de 2013 a Via Campesina brasileira publicou um manifesto onde avança alguns argumentos importantes na conjuntura atual:

- 1) Repúdio ao tratamento dado aos camponeses, povos indígenas, quilombolas e pescadores deste país.
- 2) Territórios tradicionalmente ocupados (camponeses, indígenas, quilombolas e pesqueiros) são sagrados, devem ser demarcados e respeitados.
- 3) Se hoje existe um conflito na ocupação destes territórios é porque o Estado Brasileiro permitiu, negligenciou ou até incentivou esta ocupação, inclusive emitindo documentos terra. Portanto cabe ao Estado Brasileiro reconhecer, demarcar e respeitar os territórios e reassentar e indenizar as famílias camponesas, construindo desta forma uma solução definitiva para os conflitos.

---

<sup>83</sup> Um exemplo deste modelo de ação por parte do Estado é o criticado Novo Código Florestal, aprovado em 2012.

A Via Campesina influencia o MST no uso do termo camponês, que se torna cada vez mais citado nas falas e nos documentos do movimento. Conforme Fernandes (2008), isto fortaleceu a identidade do MST e acentuou a questão territorial da luta, na medida em que o MST disputa territórios com seu adversário que é o agronegócio. No entendimento de Zezinho<sup>84</sup>, um dos assentados da Copava, o termo camponês é relativamente novo no Brasil, no sentido em que hoje resulta mais comum se definir dessa forma porque é relacionada com um modelo de produção e de vida que se contrapõe claramente ao modelo do agronegócio da agricultura capitalista. Segundo o entrevistado, no passado era muito mais comum identificar-se como trabalhador rural, como demonstra o próprio surgimento do MST que se intitulou Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### **3.2.3 Reforma agrária popular**

O MST modificou em 30 anos de luta seus objetivos e suas demandas acompanhando as mudanças da sociedade brasileira e as emergências que cada vez se apresentavam e precisavam ser resolvidas. O tema da reforma agrária que, desde o início, animou o movimento e que ainda está presente no debate atual perdeu intensidade, como demonstra o manifesto final do congresso realizado em Brasília em abril de 2007: “naquele documento, a exigência específica relacionada à reforma agrária ocupou quase nenhum dos itens desta carta final” (NAVARRO, 2008, p. 41).

---

<sup>84</sup> Entrevista realizada em Outubro de 2014.

A questão agrária, entendida como um problema estrutural do capitalismo (FERNANDES, 2008, p. 74), passou em quase meio século por conjunturas diferentes, conforme Fernandes (2008), uma cada década. Na década de 70, registrou-se a expansão da revolução verde com a mecanização da agricultura, a expansão das monoculturas e das agroindústrias e a repressão dos movimentos camponeses, o que colocou em crise a resistência camponesa. Na década de 80, a da redemocratização, o modelo agroexportador e agroindustrial continuou sua expansão enquanto aumentavam as ocupações de terras e as lutas pela reforma agrária, levando a um “processo de territorialização de luta pela terra” (FERNANDES, 2008, p. 74). A década de 90 é caracterizada pelo crescimento do agronegócio, na qual corporações nacionais e transnacionais se tornam protagonistas do modelo agroexportador reunindo “de formas diferenciadas, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico” (FERNANDES, 2008, p. 75). A crise alimentar gerada por este modelo evidenciou o fracasso do agronegócio como grande produtor de alimentos, destacando a necessidade da participação do campesinato no processo produtivo e da formulação de políticas em defesa da soberania alimentar (FERNANDES, 2008, p. 75). Na primeira década do século XXI, os conflitos que opõem as lutas camponesas às corporações transnacionais conduziram a uma luta entre modelos de produção: assim, a histórica luta contra o latifúndio improdutivo deu lugar à luta contra o modelo do agronegócio.

As contradições da globalização também impactaram esse processo: a vinda de capitais para o Brasil a partir da crise na Europa em 2008 provocou o aumento do preço do petróleo, o crescimento da produção de agrocombustíveis e da exploração ambiental, em prejuízo da produção de alimentos, das comunidades indígenas e de suas formas de viver. Conforme Virginia Fontes, hoje assiste-se a uma expropriação sob todos os aspectos da

vida, pública e privada, que afeta direitos, culturas locais, identidades, políticas:

A expropriação, ora sob aspecto unicamente econômico, ora demográfico, abrange praticamente todas as dimensões da vida. Incide sobre direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entre ajuda local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, dentre outros aspectos, e envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas (FONTES, 2010, p. 51)

Para a autora, as *expropriações primárias*, que existem no Brasil há quatro séculos, hoje experimentam uma aceleração que “vem reduzindo a margem de sobrevivência de semiproletarizados em praticamente todas as regiões do planeta”. Isso significa que a extirpação dos recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais atinge diretamente os recursos sociais de produção, particularmente a terra. No caso das assim chamadas *expropriações secundárias*, que comprometem o conhecimento, a biodiversidade, as técnicas de cultivo e outras técnicas dos povos tradicionais, começaram já no século XIX, com o crescimento da indústria, e no século XX, com o fordismo (FONTES, 2010, p. 59). A consequência das expropriações das condições de produção de existência é a impossibilidade de sobreviver sem recorrer ao mercado:

A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. Refiro-me à simultânea produção da base social que nutre o capital. (FONTES, 2010, p. 42)

Essa mudança de conjuntura levou evidentemente à mudança nas respostas empreendidas pelos movimentos sociais, mas também à mutação da política de reforma agrária por parte do Estado, que se realizou particularmente pela incorporação de terras públicas na Amazônia. Os movimentos sociais do campo, diferentemente do período pós-

ditadura, quando achavam que o governo teria implementado a reforma agrária, entenderam que sem a luta pela terra, por meio das ocupações, não teria sido possível obter nenhum avanço. Nesse sentido, é interessante acompanhar as mudanças no número de ocupações no período: as ocupações aumentam significativamente nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1.926 no primeiro mandato e 1.917 no segundo) em relação aos governos anteriores, aumentaram ainda mais no primeiro governo Lula (2.308) mas caíram no segundo (1.497).



É nesse contexto que o MST passa a lutar pela Reforma Agrária Popular defendendo o território para o interesse de todos, o que explica o adjetivo Popular.

Como já vimos nas páginas que enfrentam a questão dos tipos de organizações cooperativas e associativas, o MST sempre teve como objetivo desenvolver a economia no campo, descentralizando o sistema econômico do país e levando a indústria para o interior. Este tipo de preocupação caracteriza ainda hoje o movimento que, de fato, tenta combater e

reverter o êxodo rural, sobretudo dos jovens. Em preparação ao VI Congresso Nacional, em agosto de 2011, teve início um processo de debates e discussões resultaram em dois documentos básicos do movimento, como o programa agrário do MST para o período de 2014-19 e um segundo documento que contém as principais linhas políticas, em especial, sobre a *Frente de Massas, Produção e os desafios da tática da luta*. Para analisar o que o MST entende por Reforma agrária popular, tomamos justamente o primeiro texto, no qual o movimento analisa, para introduzir o tema, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo em seu contexto histórico com suas relações de propriedade e as classes sociais resultantes deste tipo de modelo. Em segundo lugar, discute-se a natureza da luta pela reforma agrária no Brasil em contraposição ao modelo europeu e americano. Enfim, na última parte do livreto se analisam os fundamentos e a proposta do programa de Reforma Agrária Popular e o significado do lema assumido pelo movimento “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”! (PROGRAMA 2013).

A mudança da conjuntura política e econômica, com o crescimento do poder hegemônico do agronegócio e das multinacionais produtoras de agrotóxicos<sup>85</sup> e sementes, com a conseqüente destruição e apropriação da natureza, impôs ao movimento uma mudança de perspectivas políticas em relação à organização da produção e das relações sociais no campo. A análise do movimento que levou à formulação deste novo tipo de reforma agrária reconhece como inimigos atuais “os grandes proprietários rurais, o capital

---

<sup>85</sup> Conforme os dados apresentados no *Boletim de Comercialização de Agrotóxicos e Afins – Histórico das Vendas – 2000 a 2012*, produzido pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, “as vendas anuais de agrotóxicos e afins no Brasil entre os anos de 2000 e 2012 tiveram um crescimento de 194,09%. Entre 2000 e 2003, a quantidade de produtos formulados comercializados, expressa em termos de ingredientes ativos (IA), sofreu um acréscimo de 4,55%, passando de 162.461,96 para 169.861,56 toneladas e de 2003 para 2006 mostrou um incremento de 20,17%, ao atingir 204.124,24 toneladas. De 2006 a 2009, o incremento foi de 47,14%, ao atingir 300.349,70 toneladas e de 2009 a 2012, 59,08% ao atingir as 477.792,44 toneladas de IA comercializadas”. Os Ingrediente ativos ou princípio ativo (IA) é um agente químico, físico ou biológico que confere eficácia aos agrotóxicos e afins (Decreto 4074/02).

financeiro e as empresas transnacionais”, contra os quais necessita contrapor um novo modelo de agricultura: “não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas” como aconteceu com as reformas agrárias na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. O projeto de reforma agrária considerado clássico, conforme o movimento, perdeu utilidade nos dias atuais e não basta “que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de matérias-primas e alimentos para sociedade urbano-industrial”, como aconteceu na Itália nos anos 50. O adjetivo Popular significa para o MST que:

busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores (PROGRAMA, 2013, p. 33).

O problema da preservação da natureza é uma questão que afeta qualquer pessoa e, por isso, a luta pela terra envolve hoje a proposta de um projeto produtivo alternativo ao modelo dominante. Como primeiro ponto, frente ao poderio do agronegócio, “é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular” (PROGRAMA, 2013, p. 32). A luta pela reforma agrária, por causa da forte disputa sobre “o controle das sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, da biodiversidade, das águas e das florestas”, que conheceu uma aceleração a partir da crise de 2008, levou à contraposição de dois modelos de produção agrícola: o capitalista do agronegócio, ligado ao capital financeiro, com suas produções monoculturais transgênicas voltadas ao mercado externo, que derrubam os bens naturais, e pretendem

controlar a cadeia inteira de produção desde a modificação e comercialização de sementes transgênicas até a rede de distribuição dos produtos aos consumidores; e o camponês, que promove uma produção sob o controle dos trabalhadores, os interesses dos brasileiros e o direito a uma comida saudável, defende a preservação da natureza e do patrimônio das sementes. A destruição ambiental, com o avanço do agronegócio e das monoculturas que utilizam transgênicos e agrotóxicos de forma intensiva, devem ser substituídas por modelos agroecológicos que respeitem o homem e a natureza.

Como base da proposta de Programa de Reforma Agrária Popular encontramos três temas fundamentais que são divididos em nove pontos: “a necessidade de democratizar as terras, garantir sua função social e priorizar a produção de alimentos saudáveis”. Em relação à questão da democratização da terra, o cerne é o acesso à terra para as trabalhadoras e os trabalhadores, para morar e trabalhar, e o direito à posse e uso da terra a todos os povos indígenas e quilombolas, ribeirinhos, pescadores e comunidades tradicionais. Por isso será necessário utilizar o instrumento da desapropriação para fins de Reforma Agrária para as terras que não cumprem sua função social ou de fazendas que utilizam trabalho escravo, narcotráfico e contrabando de mercadorias e colocar um limite máximo ao tamanho da propriedade das terras agrícolas. Além disso, afirma-se a indispensabilidade de facilitar o acesso à terra também do ponto de vista burocrático para as famílias sem-terra com a concessão de áreas agrícolas através “títulos de concessão de uso, com direito a herança familiar, com dupla titularidade incluindo a mulher, estando proibida a venda das parcelas de terra de reforma agrária” (PROGRAMA, 2013, p. 41).

O argumento da água é um outro conteúdo da proposta de Reforma Agrária Popular, onde se exige que o uso e a posse deste bem da natureza estejam subordinados aos interesses das populações, sem que se tornem uma mercadoria que possa ser considerada

propriedade privada. É tarefa do Estado garantir o acesso à água potável no meio rural e urbano, adotar políticas capazes de proteger as fontes e mananciais, implementar programas de manejo sustentado da água que ajudem também as populações que sofrem a seca em algumas regiões do Brasil.

Um ponto muito importante a ser destacado é o tema da produção agrícola que deve preocupar-se de garantir alimentos saudáveis e respeitar o “princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos” e ser organizada, a nível produtivo e de comercialização, nas diferentes formas de cooperação agrícola (mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e empresas sociais) (PROGRAMA, 2013, p. 42). Segundo o movimento, o Estado deve desenvolver programas de soberania energética em todas as comunidades rurais do país, com base em fontes alternativas renováveis, implementar programas de irrigação acessível a todos os camponeses para produção de alimentos e garantir, através da empresa pública de abastecimento (Conab), a compra de todos os produtos alimentícios da agricultura camponesa, promovendo assim um desenvolvimento sustentável. Novidade importante da proposta de Programa é a preocupação do movimento com as políticas públicas que favoreçam um modelo de produção ligado ao território, segundo os princípios da agroecologia, através diferentes propostas: créditos, financiamento de pesquisas e aprendizados tecnológicos, “programas de produção, multiplicação, armazenagem e distribuição de sementes crioulas e agroecológicas”, programas de reflorestamento de áreas degradadas pelo agronegócio, organização de empresas públicas e cooperativas de camponeses “para produção de insumos agroecológicos, armazenar e distribuir para todos os camponeses” e o combate à “propriedade privada intelectual e de patentes de sementes, animais, recursos naturais, biodiversidade ou sistemas de produção” e à produção e

comercialização de agrotóxicos e de sementes transgênicas.

Em quinto lugar encontramos o projeto de industrialização do meio rural a fim de promover um desenvolvimento capaz de frear o êxodo rural, sobretudo dos jovens, e reduzir as desigualdades socioeconômicas entre cidade e campo. A proposta do movimento é “desenvolver um programa de agroindústrias, cooperativadas e sob o controle dos camponeses, nos assentamentos rurais da Reforma Agrária”, instalar “empresas públicas de serviços, com a participação dos camponeses, para garantir preços, armazenamento e a distribuição da produção de alimentos dos camponeses”. Estas medidas devem ser acompanhadas por linhas de crédito e financiamento, de fácil acesso, para a industrialização da produção camponesa e pela intervenção no plano das “pesquisas, qualificação técnica e intercâmbio de conhecimentos, voltados para as atividades das agroindústrias e a preservação ambiental” (PROGRAMA, 2013, p. 44).

O Estado deve intervir por meio de políticas agrícolas voltadas a “incentivar e qualificar a agricultura camponesa e agroecológica na produção de alimentos saudáveis”, favorecendo a “democratização dos conhecimentos”, facilitando a certificação dos produtos orgânicos camponeses e exigindo a participação dos camponeses e trabalhadores rurais na formulação das políticas públicas para a agricultura. No sétimo ponto da proposta do Programa enfrenta-se o tema da educação que, desde as origens do MST, representou uma pauta fundamental. Conforme o texto em análise, denuncia-se a falta de acesso à educação especialmente nas áreas rurais e proclama-se o direito à educação que, no sentido do movimento, significa: “acesso a diferentes tipos de conhecimento e de bens culturais; à formação para o trabalho e para a participação política; ao jeito de produzir e de se organizar; a aprender a se alimentar de modo saudável; e à prática dos valores humanistas e socialistas que defendemos. Neste sentido o MST declara lutar por escolas públicas e

gratuitas também nas áreas de Reforma Agrária, capazes de salvaguardar a autonomia que pode permitir “fortalecer o vínculo entre escolas, assentamentos e acampamentos e entre escolas e o MST” (PROGRAMA, 2013, p. 46). Propõe-se, também, a implementação de programas de formação em agroecologia e de bolsas de estudo para jovens camponeses a fim de realizar intercâmbio internacional em países com experiência de produção camponesa e agroecológica.

Uma outra importante instância levada adiante pelo movimento é o desenvolvimento da infra-estrutura social nas comunidades rurais e camponesas, como moradias que respeitam as especificidades locais – “organizadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas” – e “bibliotecas, serviços de informática, espaços culturais e de lazer em todas as áreas de assentamentos, voltados para o acesso, difusão, produção e intercâmbios esportivos, artísticos e culturais”. Exige-se também transporte público nas áreas rurais e acesso aos serviços de saúde pública com a “construção de centros de saúde nos assentamentos e a criação e cultivo de ervas e planta medicinais” (PROGRAMA, 2013, p. 47). Para finalizar, a proposta de Programa do MST discute a exigência de mudanças na “organização e funcionamento atual do Estado burguês” que garanta uma democratização das esferas dos poderes judiciário, legislativo e executivo pela inclusão e expressão da vontade popular. Apenas com estas transformações será possível, segundo o MST, realizar o programa que prevê a reorganização do setor agrícola mediante o modelo de reforma agrária de cunho popular.

Em conclusão, o tema da preservação do meio-ambiente, sob o feroz ataque do capital financeiro, das multinacionais e do modelo do agronegócio, e da necessidade de empreender um modelo alternativo de produção, é apenas nomeado em três pontos da Proposta para a Reforma Agrária definidas no III Encontro Nacional do Movimento,

realizado em maio de 1995: na parte do *Programa de agroindustrialização dos assentamentos* afirma-se “incentivar as agroindústrias que desenvolvam produção orgânica/agroecológica” (p. 198) e na parte sobre o Programa especial para a região amazônica lê-se como objetivo: “criar projetos-piloto e centros de pesquisa na região para desenvolvimento e capacitação de novas técnicas agroecológicas adequadas à realidade local”. “Criar linhas de subsídio às famílias assentadas na região que se dedicarem à preservação e a projetos agroecológicos de proteção da floresta”. (p.208). Se estes temas começaram a ser discutidos na metade dos anos 90, a nova proposta de Programa de Reforma Agrária coloca estas questões como fundamentais, porque contrapõem o modelo de agricultura camponesa ao modelo do agronegócio, e que necessariamente devem ser resolvidas, não mais como uma reforma agrária que beneficia apenas os trabalhadores do campo, como uma reforma agrária popular que atende aos interesses de toda a população brasileira.

la explotación capitalista afecta no solo al hombre sino también a la naturaleza. Ahora bien, el rasgo distintivo del capitalismo es el mecanismo de la producción o acumulación que tiende a ampliar constantemente el capital como base de la maximización de los beneficios. La progresiva sustitución del trabajo por capital ha sido también la progresiva explotación de los recursos naturales (GUZMÁN, CALVO, 1992, p. 73).

Se no passado ao centro das preocupações do movimento era o acesso à terra, à moradia, à renda, à educação pública e ao transporte público, hoje passou a ocupar-se também da preservação dos recursos naturais que o modelo do agronegócio ameaça quotidianamente com produções monoculturais e intensivas para o mercado externo, que utilizam agrotóxicos em grande quantidade e sementes transgênicas, muitas vezes ligado ao capital estrangeiro com apenas interesses financeiros.

Enquanto integrante do MST, a Copava assume o projeto de reforma agrária

popular, adotando um novo modelo produtivo. A cooperativa, que possui um terreno extenso mas que produz produtos diferentes, colocou em questão o tipo de produção que adotara desde o início com a utilização de insumos. Hoje a Copava, junto com a produção de hortaliças orgânicas e livre de venenos, empreendeu algumas experiências para melhorar o ambiente em que seus integrantes vivem e enfrentar a questão do respeito da natureza. Estão experimentando a produção de feijões orgânicos e das próprias sementes com o acompanhamento do Instituto Biodinâmico de Botucatu. Como definição política da organização, foi definido pelos cooperados que não iam plantar soja transgênica que, na região, ocupa quase o território inteiro<sup>86</sup>.

A partir de 2005 a Copava começou limpar cinco nascentes que estão dentro da Fazenda Pirituba, para que os animais não tivessem acesso a ela. Os cooperados contaram também com a contribuição das crianças no trabalho de plantação de mudas de árvores que protegem a nascente. Há alguns anos foi construída uma cisterna para a captação de água da chuva com uma capacidade de 30.000 litros usada para lavar, entre outros, as máquinas agrícolas, os tratores e mais uma cisterna de 20.000 perto do galpão de produção da cachaça para lavar os equipamentos e o próprio galpão. Em colaboração com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 2004 foi construído um biodigestor para produzir gás. O biodigestor é abastecido com fezes suínas, que é a que produz mais gás, e a cada 100 kilos de massa tem que colocar 100 litros de água. Por enquanto, ele abastece três casas com gás de cozinha. Este gás poderia ser usado também como gás de chuveiro. As fezes que sobram se tornam biofertilizantes a serem utilizados na horta. A construção de outro biodigestor, desta vez para abastecer a cachaçaria onde hoje usa-se fogão à lenha, está

---

<sup>86</sup> Conforme um assentado, na região plantava-se pelo menos 90% de soja transgênica na década de 2000 mas em 2013-2014 esta produção em parte se reduziu mas não encontramos dados específicos sobre aquela área para corroborar essa informação.

em planejamento. A produção da cachaça produz um resquício líquido que libera bastante gás e que os cooperados querem aproveitar para este segundo biodigestor.

Além dessa experiência, em 2006, se iniciou uma parceria dos assentamentos do Projeto de Assentamento Pirituba II através da COAPRI com o Grupo GCCT (Grupo de Cooperação do Campus de Terrassa), ONG vinculada à Universidade Politécnica de Barcelona (Espanha), para a construção de uma nova concepção de “soberania energética e alimentar” e para fortalecer práticas concretas e mensuráveis de sistemas energeticamente sustentáveis e adequados à realidade da agricultura familiar, criando “metodologias de transição tanto à energia (transição das fósseis às alternativas), como ao modelo agrário (transição do pacote verde ao ecológico) fortalecendo a micro-economia local para o desenvolvimento sustentável” (DOSSIÊ).

Vejamos agora o contexto italiano e a situação de CA.

### **3.3 A Itália diante da Política Agrícola Comum (PAC)**

A Itália não tem uma política agrícola própria, mas sim atrelada à União Europeia (UE). A UE, fundada com a assinatura do *Trattato di Roma* (Tratado de Roma) de 1957, estabeleceu desde a origem uma Política Agrícola Comum (PAC), com dois objetivos principais: o de “estimular o aumento da produção e de sustentar as rendas dos agricultores, [e] por outro lado preservar os consumidores através da garantia de segurança dos

abastecimentos alimentares por preços razoáveis” (MARIANI, VIGANÒ, 2004, p. 116). Três foram os princípios que dirigiram a construção e a evolução da PAC: o primeiro é a Exclusividade do mercado que, a partir de um ponto de vista prático, teve um impacto sobre a eliminação de “todos os obstáculos ao comércio intracomunitário e o estabelecimento de um mesmo preço em toda a Comunidade, a fim de apoiar os rendimentos agrícolas” no seio da União Europeia. O segundo princípio, o princípio da Preferência comunitária, tinha o objetivo de manter um nível elevado dos preços agrícolas. Para isso, foram decididas políticas protecionistas para se proteger de importações e impulsionar a demanda doméstica. Pretendia, também, modernizar a agricultura através do fornecimento de formas de subvenção à produção. O terceiro princípio, finalmente, foi o da Solidariedade financeira com base no qual os países aderentes à União Europeia instituíram o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), que consiste em duas seções: a seção garantia para políticas de preços e mercados e a seção orientação para financiar as políticas para a modernização das empresas agrícolas (política estrutural) (MARIANI, VIGANÒ, 2004, p. 117).

Depois de alcançar o objetivo de segurança dos abastecimentos, além da mudança no consumo de alimentos, tanto do ponto de vista quantitativo e qualitativo, houve um crescimento da produção superior à evolução do consumo, o que tem causado uma crise de superprodução, para não falar do desperdício de recursos naturais. Neste ponto, a UE decidiu promover o desenvolvimento e a difusão de novos modelos de produção capazes de assegurar “uma nova posição no contexto do desenvolvimento econômico e social, através de uma mudança substancial no modelo de produção implícito nas diferentes medidas de política agrícola” (MARIANI, VIGANÒ, 2004, p. 118). O processo de revisão das políticas desenvolvidas no passado levou à progressiva redução do apoio à renda agrícola, “através

da garantia de preço e uma forte desespecialização dos instrumentos de política agrícola”, tanto para satisfazer as restrições aceitas no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC), quanto para responder às novas necessidades decorrentes da entrada dos países do Leste Europeu no Mercado Comum.

Entre a década de 50 e o início da década de 90, a política de preços e mercados agrícolas baseava-se no que foi descrito como apoio “acoplado” à produção. Este sistema favoreceu os grandes produtores porque o apoio aos preços aumentou o preço da terra e retardou o processo de ajustamento estrutural. O incentivo para o crescimento da produtividade também causou o aumento do uso de herbicidas químicos e impulsionou a mecanização da agricultura, repercutindo de maneira negativa sobre o meio ambiente (MARIANI, Viganò, 2004, p. 123). Com a crise dos mercados agrícolas e da PAC, ao qual se adicionaram as mudanças de atitude dos EUA e as pressões da rodada Uruguai do - GATT (1986-1994)– exigindo a liberalização das políticas agrícolas – a PAC foi revista na década de 80, bem como nas décadas seguintes. Para resolver o desequilíbrio entre oferta e demanda medidas foram tomadas para reduzir os preços e formas de controle de oferta e do crescimento das despesas. O apoio aos preços foi limitado e o produtor passou a contribuir para os custos de escoamento dos excedentes, com a introdução de quotas de produção e as quantidades máximas garantidas<sup>87</sup> como incentivo à redução da produção. Dentre as reformas realizadas, destacamos duas: a Reforma Mac Sharry, de 1992, colocou em debate o modelo de apoio “acoplado” e introduziu diversas novidades como a redução dos preços mínimos garantidos e a compensação dos produtores pela perda de renda por hectare, relacionada não a quanto eles produzem, mas sim com o tipo de produto que eles produzem. Mais uma vez, estas medidas beneficiaram os produtores das áreas com maior

<sup>87</sup> Se trata de “mecanismos de redução automática dos preços garantidos no caso de superação de determinado patamar máximo de produção”.

produtividade, “que perceberam os maiores benefícios do apoio associado à produção, [e] continua[ra]m a ser os principais beneficiários da intervenção pública” (MARIANI, VIGANÒ, 2004. p. 125). Finalmente, com a rodada Uruguaí e a criação da OMC, poderíamos dizer que o comércio internacional de produtos agrícolas e alimentos foi subordinado definitivamente ao regime multilateral do comércio. “A UE, por isso, gradualmente desmantelou seus mecanismos protecionistas (tarifação das barreiras não-tarifárias), baixou o apoio interno (garantia de preços e ajudas associadas) e reduziu os subsídios à exportação”. (GUARIGLIA, 2008, p. 2).

A reforma Fischler<sup>88</sup>, de 2003, que entrou em vigor em 2005, tem desempenhado um importante ponto de virada para a nova PAC e percorreu seis pontos-chave. Primeiro, introduziu o sistema de dissociação, o que significa que o pagamento único por empresas para os agricultores da Comunidade, de forma independente do tipo e volume da produção, substituindo a maioria dos pagamentos diretos da PAC, faz com que os agricultores recebam um pagamento único a partir dos montantes recebidos durante o período de 2000-2002. Um segundo princípio é o da condicionalidade, que condiciona o recebimento de ajudas da EU ao cumprimento de regras em matéria de proteção ambiental, segurança alimentar, saúde e proteção animal e vegetal. O terceiro ponto é o da modulação, ou seja, a redução dos pagamentos diretos, a fim de financiar a nova política de desenvolvimento rural, abrangida no ponto quatro. As últimas novidades introduzidas pela reforma Fischler são a disciplina financeira, como mecanismo para garantir que as previsões financeiras para a PAC até 2013 e, finalmente, a revisão de algumas Organizações Comuns de Mercado

<sup>88</sup> Franz Fischler foi Comissário Europeu no período 1995-2004.

(OCM), tais como análise do setor laticínios, arroz, forragens secas, azeite e tabaco.

A Política Agrícola Comum (PAC) tem favorecido as grandes empresas, especialmente no norte da Europa, afetando a Itália, caracterizada por pequenas empresas com poucos empregados. Apenas 1/3 das empresas italianas recebe uma rentabilidade satisfatória real, maior ou igual à remuneração obtida em ocupações alternativas (TAMINO, p. 5).

Os novos regulamentos reduziram os estímulos à produção. Se no passado a os agricultores da UE eram sustentados por créditos europeus, a partir da década de 90 começou a ser aplicado o sistema das “quotas” de produção, a fim de garantir um nível mínimo dos preços dos produtos agrícolas e de repartir quotas de produções entre os países da União. Para a Itália, este tipo de política teve um efeito substancialmente negativo, porque não conseguiu obter as quotas necessárias à sua capacidade produtiva e ao abastecimento interno, de modo que seu sistema agro-alimentar foi penalizado.

As críticas mais frequentes feitas pela Via Campesina e outras associações que lidam com estas questões à PAC, em 2013, são as que a Europa vai continuar a promover o fornecimento de baixo custo para a agro-indústria e os grandes varejistas, que obrigam os produtores a vender seus produtos por um valor abaixo do custo de produção, sem nem ao menos beneficiar os consumidores.

### 3.3.1 A Via Campesina na Europa e a importância da soberania alimentar

Enquanto no Brasil a apropriação de terras é o resultado de um modelo de agricultura, o do agronegócio, que é baseado na exportação de commodities, na Europa, esse fenômeno é o resultado de pressões decorrentes do modelo de desenvolvimento industrial e de interesses do grande capital, como explicado pelo Documento Via Campesina Europa *A reforma agrária e o acesso à terra: Situação e Plano de Ação Europeu*, de 2012. Este documento mostra uma lista de razões que levam à redução contínua das terras agrícolas: inicialmente, o primeiro problema europeu é o avanço da cimentação e o atentado à paisagem natural, devido tanto ao crescimento da urbanização, quanto aos interesses do setor imobiliário na construção de novos edifícios em um mercado já saturado de moradias. Outros fatores são os projetos turísticos, no campo e no litoral, a difusão de sistemas de produção de energias alternativas como painéis solares, barragens; infra-estruturas, como trens a alta velocidade e aeroportos; projetos de agricultura industrial e monocultural que afetam os países da Europa do Leste e do Norte da África e, por fim, há a questão da especulação financeira sobre a terra. As políticas europeias da PAC nos últimos anos favoreceram a concentração da produção, do capital e dos recursos naturais, como a terra, através subsídios por hectare e sem fixar um limite máximo, de modo que aqueles com maiores extensões de terra também recebem mais ajuda financeira. Além deste fator, um papel importante é desempenhado pela política externa europeia, com acordos de livre comércio e cooperação para o desenvolvimento, e as políticas energéticas e climáticas, tais como a produção de agrocombustíveis e mega-projetos para o comércio de carbono.

Na Europa, a falta de acesso à terra é um dos principais obstáculos à soberania alimentar e ao desenvolvimento da agricultura, e é um

risco para a manutenção ou o aumento das comunidades rurais mais sustentáveis. Para os jovens com projetos de assentamentos agrícolas, particularmente aqueles que não vêm de famílias de agricultores, há muitos obstáculos, sendo o principal deles a falta de mecanismos de acesso à terra (DOCUMENTO).

Dentre as principais reivindicações da Via Campesina Europa destacam-se: a recuperação da terra como bem comum; o acesso não discriminatório à terra e à gestão e conservação da terra como um bem comum; a elaboração de quadros legais para fazendas cooperativas e mecanismos de co-propriedade capazes de melhorar a situação das mulheres na propriedade da terra; o incentivo ao uso da terra para a produção alimentar contra os biocombustíveis, campos fotovoltaicos; criação ou fortalecimento da participação das comunidades locais na tomada de decisão sobre o uso da terra; o apoio a projetos de agricultura camponesa (por exemplo, apoiar a agricultura local nas proximidades das cidades) como prioridade para a produção agroecológica de alimentos.

### **3.3.2 Bens comuns e economia solidária**

No caso europeu, onde há mais de meio século não se praticam as ocupações de terra, podemos começar a encontrar novas dinâmicas de luta. Em 2013 tivemos o exemplo da fazenda Caicocci Terra Sociale (Terra Social), uma luta contra a venda do patrimônio público, de propriedade da Região Umbria, ao setor privado. Trata-se de 190 hectares entre bosque, pastos e cultivos, 12 casas, tudo abandonado há dez anos e um forno que por anos cozinhou alimentos para milhares de pessoas e que ficou abandonado por mais de três anos. Tudo isso faz parte de um projeto de custódia social para o qual foi criado um comitê. Por custódia social entende-se a criação de “um novo modelo de gestão do território, significa

decidir juntos o que, como e onde produzir e o que ela gostaria de distribuir. Caicocci hoje coloca este desafio. Apoiar a nossa luta contra a degradação e privatização”.

Caicocci Terra Sociale faz parte do movimento Genuíno Clandestino e aponta para a necessidade de salvar aquela terra pública do abandono, questionando a indiferença inaceitável, sobretudo num momento de crise econômica, dispensada àquela região. Daí a importância que a ocupação do imóvel pode assumir neste contexto. Tal ocupação pode se dar no interesse da comunidade, oferecendo talvez uma fonte de renda para aqueles que, como muitos dos habitantes das áreas circundantes, de repente, encontraram-se sem emprego. Estas reflexões levaram ao lema “a terra a quem não trabalha”. Esta foi a proposta apresentada pela comissão desde o início, e ainda hoje representa o principal objetivo do comitê. Após a ocupação os campos da Fazenda Caicocci são cultivados novamente, o forno foi ligado, as casas foram reabertas, realizam-se reuniões, e está em andamento a construção de uma biblioteca.

Um outro exemplo digno de nota é o caso de Mondeggi Fattoria senza padroni (Fazenda sem patrões), experiência desenvolvida na região Toscana, perto de Florença (Bagno a Ripoli). O Comitê Terra Bem Comum de Florença, apoiado em sua batalha pela revista Terra Nuova, opõe-se à venda de fazenda Mondeggi, porque anos de má gestão produziram o acúmulo de uma dívida de cerca de um milhão de euros pela empresa que tem como único sócio a Província de Florença, proprietária da área. A liquidação da empresa resultou no abandono e degradação progressiva dos 200 hectares de fazenda agrícola, casas onde no passado viviam os meeiros e os patrões. Por ocasião do encontro nacional de Genuíno Clandestino, o grupo Terra Bem Comum de Florença lançou a campanha “Mondeggi Fattoria Senza Padroni”, com o qual se propõe a recuperar a fazenda através da agricultura camponesa, que respeite o meio ambiente e que adote como único modelo para

garantir renda e moradia digna para o maior número de pessoas, especialmente os jovens, uma estratégia de trabalho coletivo intenso. Por algum tempo o Comitê organizou ações, eventos e reuniões trazendo a atenção do público para o grave perigo da venda da Fazenda Mondeggi e destacando a importância de que se torne um bem comum.

Conforme o pensamento do grupo, a economia italiana precisa de experiências e novos modelos e Mondeggi pode se tornar um exemplo nacional, ou mesmo europeu, a partir do qual pode se espalhar uma nova sensação de custódia dos bens comuns. Estas novas experiências foram ocasiões também para retomar as palavras “reforma agrária”, que não eram mais empregadas no debate italiano desde os anos 50 e 60, quando a agricultura perdeu seu papel central na economia da península. Como afirmam os participantes do projeto Caicocci “A luta pela terra como um elemento central da construção da alternativa está passando das palavras aos atos. Mondeggi está nos dando um exemplo concreto, muito concreto”. Estas experiências “reabriram a esperança e a possibilidade de uma alternativa aonde o Poder tinha deixado negligência e decadência e estava se preparando para privatizar...”<sup>89</sup>.

Ao longo dos anos, a Associação CA tem promovido uma série de eventos, tanto como formas de entretenimento durante os mercados, estendendo-se a sua função para um momento de festa e de socialização, como para momentos de reflexão sobre as problemáticas de hoje. Há muitos anos os agricultores ou processadores organizam oficinas de autoprodução nos centros sociais da cidade de Bolonha, ou em suas fazendas (tais como o laboratório de plantas medicinais a serem cultivadas na varanda, o planejamento de uma horta para consumo próprio, a poda da videira, a auto-produção de hortaliças, o pão com fermento natural, os sabonetes e a cerveja...). Durante seus mercados – que para muitos

---

<sup>89</sup> <http://goo.gl/P2vYT0>

também constituem uma idéia alternativa de aperitivo, onde é possível beber uma garrafa de vinho local e comer uma pizza integral (em vez de cervejas estrangeiras e batatas fritas no pub) – , às vezes são organizadas atividades de entretenimento para adultos e crianças, com apresentações teatrais de vários tipos, incluindo aquelas de denúncia política dos problemas do moderno sistema agrícola-econômico.

Desde o início, os que participaram na criação e desenvolvimento da associação CA têm sido caracterizados pela vontade de estabelecer vínculos com determinadas realidades políticas da cidade para, em seguida, avançar para um nível nacional e, podermos dizer, até mesmo internacional, como testemunha a participação em um projeto de intercâmbio com realidades agrícolas palestinas organizado pela ONG Overseas e com a viagem, feita em 2014, por uma delegação de camponeses aos territórios ocupados pelas forças israelenses. A condição camponesa, especialmente quando se trata de agricultura familiar, traz o risco de condenar ao isolamento os trabalhadores agrícolas enquanto, nos últimos anos, a associação tem sido capaz de estabelecer relações com outras realidades de resistência, através de uma atenta seleção das propostas e situações de luta a serem apoiadas. Além de tomar parte nas reuniões em Val di Susa, em apoio às lutas do movimento No TAV, reuniões que foram cruciais para expandir a rede GC e facilitar o intercâmbio entre os movimentos a nível nacional, a associação interveio em uma série de debates e encontros públicos, onde foi chamada a explicar a sua experiência.

Em novembro de 2012, por exemplo, CA apresentou seu projeto de aquisição da terra baseado no modelo de *Terre des Liens* no âmbito do *Fórum Social Europeu, Florença 10 + 10*<sup>90</sup> “Encontro soberania alimentar sobre os temas da terra”, promovido por várias organizações italianas e européias (Nyeleni Europe Movement for Food Sovereignty

---

<sup>90</sup> *Food Sovereignty, Meeting on land issues*, Firenze 10+10 (Food Sovereignty, Land Tenure & Grabbing)

European, Coordinamento Via Campesina, l'Associazione Italiana per l'Agricoltura Biologica – AIAB, Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti – COSPE, e ManiTese). Os tópicos discutidos durante os dias do fórum foram os de *land grabbing* e acesso à terra, as experiências de resistência camponesa na Europa e as respostas postas em prática contra a crise. Outro capítulo importante foi dedicado à análise da política europeia, em especial das orientações *Direttive Volontarie per una Governance Responsabile dei Regimi di Proprietà Applicabili alla Terra, alla Pesca e alle Foreste nel Contesto della Sicurezza Alimentare Nazionale* (Orientações Voluntárias para uma Governança Responsável dos Regimes de Propriedade Aplicáveis à Terra, Pesca e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional)<sup>91</sup>, nos quais foram destacados forças<sup>92</sup> e fraquezas<sup>93</sup>. No final deste encontro, foi decidido propor a união do Movimento Europeu pela Água com os movimentos camponeses, fortalecer a rede para acesso à terra em nível local, nacional e europeu, e expandir a campanha a nível Europeu em favor da soberania alimentar<sup>94</sup>.

Como acabamos de apresentar, a Associação CA, nos últimos anos, atuou em várias frentes para difundir suas ideias, seu modelo de organização e estreitar relacionamentos profícuos com organizações, movimentos e indivíduos. Em outubro de 2011 ela foi uma das promotoras do *Coordinamento Economia Solidale dell'Emilia Romagna* (CRESER *Coordenação da Economia Solidária*) em Emilia Romagna, que teve origem da união de

---

<sup>91</sup> <http://www.fao.org/news/story/it/item/142587/icode/>

<sup>92</sup> Entre os méritos atribuídos a estas regras: estabelecem o princípio da participação e consulta democrática, reconhecem os direitos daqueles que estão lutando para defender as terras, reconhecem certos direitos dos povos indígenas (ainda que de forma insuficiente) e das mulheres, reconhecem os bens comuns (ao prever uma garantia de 10 anos para a sua proteção), protegem as populações locais.

<sup>93</sup> Entre as limitações identificadas: as diretrizes são voluntárias e não obrigam os Estados-Membros a segui-las; a inclusão da questão dos recursos hídricos foi excluída; foi acordada a transferência de direitos, mesmo em larga escala, o que de fato favorece a *land grabbing*; não inclui a restituição das terras aos povos indígenas, nem para as pessoas no caso de retorno após conflitos e guerras, aceitando-se o mecanismo do mercado global na redistribuição de terras.

<sup>94</sup> Mailing list [info@accessoallaterra.it](mailto:info@accessoallaterra.it)

*Gruppi di Acquisto Solidale* (GAS, *Grupos de Adquisição Solidal*) e associações com o objetivo de iniciar um diálogo com a Instituição regional e se opor a uma proposta de lei regional que teria atingido as mesmas realidades econômicas. A partir da discussão de um texto legislativo sobre os GAS<sup>95</sup> emergiu a necessidade de uma lei mais abrangente que iria organizar todo o setor da Economia Solidária. A contraproposta de lei formulada pelo CRESER foi elaborada e apresentada em novembro de 2013, “resultado de uma redação coletiva, de um percurso participado”. Em sua proposta de Lei Regional afirma que “a Região Emilia-Romagna reconhece e apoia a economia solidária<sup>96</sup> como modelo econômico, social e cultural, e como ferramenta para enfrentar a crise econômica, ambiental e de emprego”. São definidos aqueles que são os atores da economia solidária, preparadas as medidas adequadas para apoiar a economia solidária em diferentes setores, propostas as ferramentas para a sua implementação, através da criação do *Forum Regionale dell'Economia Solidale* (*Fórum Regional de Economia Solidária*) e do *Tavolo Regionale Permanente per l'Economia Solidale* (*Mesa Permanente Regional para a Economia Solidária*) e, finalmente, o estabelecimento de um Observatório e Portal Web da Economia Solidária. Dentro do CRESER foram criados sete Grupos de Trabalho para articular propostas e pedidos que partem do território em relação a: Bens Comuns (energia, água,

---

<sup>95</sup> Na Lei das Finanças (*Legge Finanziaria*) de 2008, art. 1 c. 266, os Grupos de Compras Solidários foram definidos como “sujeitos associativos sem fins lucrativos criados para realizar compra coletiva de produtos e distribuição dos mesmos, sem a aplicação de qualquer margem de lucro, exclusivamente para os membros, com fins éticos, de solidariedade social e sustentabilidade ambiental, na aplicação direta de metas institucionais e com a exclusão das atividades de administração e venda”.

<sup>96</sup> “A economia solidária opera e desenvolve, em especial, nas seguintes áreas e setores: a) agricultura camponesa de proximidade; b) produção agrícola e agro-alimentar orgânica e biodinâmica; c) cadeia curta e garantia de alimentos de qualidade; d) proteção da paisagem, do patrimônio natural e da biodiversidade; e) Comércio Justo; f) os serviços comunitários e de proximidade; g) construção sustentável e ecológica; h) poupança de energia e energias renováveis e sustentáveis; i) ética das finanças, da solidariedade e benefício mútuo; j) transporte coletivo e mobilidade sustentável; k) reutilização e reciclagem de materiais e mercadorias; l) sistemas de troca locais; m) software livre; n) turismo responsável e sustentável; o) consumo crítico e responsável”.

consumo de solo); Redes de Economia Solidária; Soberania Alimentar; Finanças Ética Mutualista e Solidária; Moradia Solidal; Gestão de pós-terremoto (em relação ao terremoto de maio de 2012 ocorrido na Emilia Romagna); Lei de Economia Solidária<sup>97</sup>. Por fim, as reuniões do CRESER estimularam o nascimento, que ocorreu em janeiro de 2013, do *Distretto di Economia Solidale di Bologna e provincia* (EcoSolBologna, Distrito de Economia Solidária de Bologna e província), que reúne grupos, associações, empresas, cooperativas e cidadãos<sup>98</sup> que se identificam com os princípios da economia solidária e que “a intenção de promovê-los no chão, a superação da fragmentação, coordenar e reforçar as diversas iniciativas já existentes e ativar novas”<sup>99</sup>. Como pode ser lido no site de EcoSol, “a perspectiva objetiva [...] é ativar redes estruturadas de Economia Solidária, a nível local, a ser ligadas e coordenadas com as redes de interesse regional, nacional e internacional” .

A propósito da economia solidária, é interessante observar que em 1994, na região Emilia-Romagna, nascia o primeiro núcleo de aquisição de bens que, dois anos depois, se tornou o GAS (Grupo de Aquisição Solidal). Dois anos atrás, uma análise do sindicato dos cultivadores diretos Coldiretti, junto com o Censis, instituto de pesquisa econômico e social, assinalavam que quase 3 milhões de italianos comprava de forma regular através desse tipo de organizações. Como é possível ler no esquema que segue, as razões que levam a comprar nos circuitos dos GAS e de venda direta são, para 70%, devido à vontade de mudar os modelos de consumo, depois seguem motivações ligadas à alimentação

---

<sup>97</sup> <http://www.creser.it/node/75>

<sup>98</sup> Os grupos e as associações que aderem ao projeto Ecosol hoje são: Accesso alla Terra – [www.accessoallaterra.org](http://www.accessoallaterra.org); Arcipelago SCEC – [www.scecservice.org](http://www.scecservice.org); Cambieresti? - [www.gascambieresti.it](http://www.gascambieresti.it); CAMPIAPERTI – [www.campiaperti.org](http://www.campiaperti.org); Gasbo - [www.gasbo.it](http://www.gasbo.it); Gasbosco – [www.gasbosco.it](http://www.gasbosco.it); E/Cohousing – [www.cohousingbologna.org](http://www.cohousingbologna.org); Coop. Lo Scoiattolo – Aress Assicurazioni Solidali – [www.scoiattolo.org/aress](http://www.scoiattolo.org/aress); Percorsi di pace-Gas la Filanda – [www.casaperlapacelafilanda.it](http://www.casaperlapacelafilanda.it); Raccattarae – [www.raccattaraee.net](http://www.raccattaraee.net); Bilanci di Giustizia (Bologna); C'era una volta ... e c'è ancora! [www.ceraunavoltaeancora.noblogs.org](http://www.ceraunavoltaeancora.noblogs.org) .

<sup>99</sup> <http://www.ecosolbologna.org/node/23>

saudável (28%), ao suporte dos pequenos produtores (20%), à diferente relação que se estabelece com os produtores (17%), à promoção da sociabilidade (10%), à preservação do patrimônio enológico e gastronômico (10%).

<b>Quem adere a um GAS o faz porque considera muito importante (questionário a resposta múltipla)</b>	
Mudar modelos de consumo	70%
Alimentação saudável	28%
Sustentar pequenos produtores	20%
Relação direta com os produtores	17%
Promover a socialidade	10%
Conservar o patrimônio enogastrônomico	10%
Poupar nas compras	

Fonte: “Filiere corte e alternative food consumers: risultato da una survey nazionale”

### **3.4 Um outro mundo é possível?**

Nas últimas décadas, um número crescente de pequenos e médios agricultores, camponeses sem terra, povos indígenas de todo o mundo começaram a perceber que as políticas neoliberais implementadas por organismos internacionais, como o FMI, a OMC, o Banco Mundial e pelos governos nacionais, ao proclamar e reconhecer a importância da segurança alimentar, de fato a negam. Na verdade, as novas políticas de desenvolvimento seriam inimigos comuns a serem combatidos, uma vez que empurram as economias

nacionais para a globalização dos mercados, às privatizações selvagens e à formulação de reformas favoráveis apenas para uma pequena parte da população, que dispõe desta forma de um número crescente de recursos, bem como do controle sobre o poder político e econômico. Além disso, o jogo de economias de escala tem levado ao desaparecimento de pequenas empresas, porque de acordo com as novas regras econômicas, apenas as grandes empresas são capazes de oferecer seus produtos a preços competitivos e podem sobreviver em um mercado cada vez mais globalizado.

Para escapar do controle de terras por parte de investidores estrangeiros, de transnacionais de alimentos, da indústria farmacêutica e química, bem como dos centros de decisão institucionais, nacionais e internacionais, o campesinato deve enfrentar uma dura batalha. Por esta razão, seria necessário articular as diferentes realidades locais que, com as devidas diferenças, são agora submetidas aos mesmos princípios econômicos globais que afetam o homem e a natureza. A este respeito, lemos o que diz João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Sem Terra: “A globalização do capital que impõe os mesmos métodos de exploração em todos os países, obriga os movimentos camponeses a também terem estratégias de articulação internacional, rompendo assim seus métodos corporativos e localizados” (STÉDILE, 2004, p. 17).

Nas últimas décadas, as oportunidades de interação entre as experiências camponesas espalhadas pelo mundo tem sido numerosas: através de fóruns e reuniões de cúpula, os povos da terra têm sido capazes de fazer valer o seu direito à autodeterminação, discutindo o conceito de sustentabilidade ambiental e social, e gestão do fundo do modo de produção. Estes eventos têm, portanto, desempenhado um papel decisivo ao dar voz a organizações de base, reforçando o sentimento de solidariedade nas lutas diárias e possibilitando a definição de um objetivo comum aos camponeses dos países referidos

como “ocidentais” ou “em desenvolvimento”. Assim, o ar que se respirava, no início do terceiro milênio era de que “um outro mundo” era possível, a partir de mudanças em nível local, mas ao mesmo tempo coordenados globalmente.

Moraes e Coletti num artigo intitulado *MST, o radicalismo agrário em busca de um outro mundo... possível? (2006)*, levantam justamente uma questão atual e relacionada ao tema desta pesquisa: “pode um movimento de camponeses substituir o papel tradicionalmente atribuído a movimentos e partidos operários?” (MORAES, COLETTI, 2006, p. 91). Segundo os autores, os documentos do MST e da Via Campesina, as contestações contra o G7, o G8, os Fóruns das cúpulas globalizadoras, parecem indicar que isso pode ocorrer. O que o MST, e a mesma Copava fazem, e que também pode ser atribuído à experiência de CA, é que apelam para uma ideia de “viver outramente” propondo no cotidiano, não apenas uma forma diferente de produzir e consumir, mas também uma desconstrução e uma reconfiguração de noções que regem as relações sociais na sociedade capitalista. O MST “legitima e justifica certas atitudes que a ideologia dominante condena, atitudes anti-sistêmicas – reconfigura noções de propriedade, de justiça, de eficiência, de equilíbrio, de racionalidade, de autoridade, de respeito, de ordem, etc.” (MORAES, COLETTI, p. 15).

A questão que se coloca até mesmo entre os membros de CA depois de tantos anos de atividade é a seguinte: “é uma associação de campones\*s e transformadores/as biológicas que pratica a autogestão e luta apenas pela soberania alimentar ou é um sujeito político que, além da soberania alimentar, compartilha entre si e promove uma determinada visão de sociedade? E se sim, qual?”. As palavras de um casal de associados é, neste sentido, muito interessante:

“O fato é que CA não tem, para nós, uma visão de mundo e um

projeto político bem caracterizados como a dos coletivos com os quais trabalhamos há muitos anos. CA luta pela cadeia curta e agricultura orgânica camponesa e tenta praticar uma democracia assemblear, mas não é necessariamente anti-capitalista, não necessariamente luta contra o sistema, não tem uma visão definida do mundo e da vida, não é necessariamente em revolta (embora talvez alguém tente, de forma individual, e em um mar de compromissos). Assim como não está, necessariamente, em revolta quem compra nos mercados de CA. (MARZIA e MATTIA, 2014)

Isso se aproxima da concepção de alter-mundialismo, conforme definida por Löwy (2009, p. 138). Para este autor, o altermundialismo comporta três momentos: o primeiro é o dos protestos, também radicais, contra a ordem das coisas existente e suas instituições como o FMI, o Banco Mundial, a OMC, o G8; o segundo diz respeito a propostas e medidas concretas, que podem ser imediatamente realizadas, como “a taxação dos capitais financeiros, a supressão da dívida do Terceiro Mundo, o fim das guerras imperialistas”. Enfim, o terceiro, está ligado à utopia de um “outro mundo possível”, baseada em “valores comuns, como a liberdade, a democracia participativa, a justiça social, a defesa do meio ambiente” (LÖWY, 2009, p. 138)

Em cada um desses momentos está implicada a dimensão ecológica porque ela “inspira a revolta contra um sistema que conduz a humanidade a um trágico impasse”, mas também leva à formulação de “um conjunto de proposições precisas – moratória sobre os OGM’s, desenvolvimento de transportes coletivos gratuitos - da mesma forma que a utopia de uma sociedade vivendo em harmonia com os ecossistemas, esboçada pelos documentos do movimento”. Um exemplo disso são as experiências de transições para o modelo agroecológico que se desenvolveram na última década.

As cooperativas agrícolas do MST desenvolvem, cada vez mais, uma agricultura biológica, preocupada com a biodiversidade e o meio ambiente em geral, constituindo assim exemplos concretos de uma forma de produção alternativa. Em Julho de 2007, o MST e

seus parceiros do movimento Via Campesina organizaram em Curitiba (Estado do Paraná) uma Jornada de Agroecologia na presença de centenas de delegados, de engenheiros agrônomos, de universitários e de teólogos da libertação (Leonardo Boff, Frei Betto) (LÖWY, 2009).

Os movimentos atuais que representam o “altermundialismo” são caracterizados pela heterogeneidade dos sujeitos, de demandas, envolvendo desde ONG’s moderadas até movimentos mais combativos. Estes apontam para uma crise de civilização que exige mudanças radicais, revelam uma sensibilidade anticapitalista que predomina, sobretudo, na América Latina. Os Fóruns Sociais Mundiais foram ocasiões nas quais as várias caras do movimento se encontraram, se converteram em um “movimento sóciopolítico estruturado, com uma linha comum, resoluções adotadas pela maioria, etc”.

Para Löwy é necessário adotar uma abordagem capaz de levar em conta a conexão entre produtivismo e capitalismo e a racionalidade limitada do mercado capitalista que, com o “seu cálculo imediatista de perdas e ganhos, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, a qual toma em linha de conta a temporalidade longa dos ciclos naturais”. Para atingir uma mudança verdadeira precisa estabelecer uma “economia moral”, ou seja, uma política econômica fundada em critérios não-monetários e extra-econômicos, com a retirada do controle dos meios de produção, decisões de investimento e mutação tecnológica aos bancos e das empresas capitalistas. Precisa transformar também o tipo de consumo atual, “baseado na ostentação, no desperdício, na alienação mercantil, na obsessão acumuladora, que deve ser colocada em causa”. ( 2009, p. 132)

O anarquista Bookchin argumenta em seu livro *Por uma sociedade ecológica*, que qualquer tentativa de praticar um capitalismo “verde” ou “ecológico” é condenada a falhas devidas à natureza do sistema, que é baseado no crescimento contínuo. Ao mesmo tempo,

como o próprio autor diz, “os conceitos fundamentais da ecologia, como a atenção para o equilíbrio, o desenvolvimento harmonioso para uma maior diferenciação e, por fim, a evolução para uma maior subjetividade e conscientização, são radicalmente contrários a uma economia que homogeneiza cidade, natureza e indivíduo, e que coloca os seres humanos uns contra os outros e contra a natureza, com a ferocidade, que vai destruir o planeta” (BOOKCHIN, 1989). Podermos dizer que no caso da Associação Campi Aperti existe uma tentativa de tomar este caminho na busca de conservar o planeta e criar novas relações de produção e venda e combater aquilo que hoje é considerado de “capitalismo verde”, como demonstra sua vontade de tomar as distâncias do importante movimento de Slow Food. Da mesma forma, o MST e no caso a Copava, também luta nessa direção há muitos anos. Por isso, vale a pena citar o artigo da revista CONCRAB sobre a “formação de valores e educação da sensibilidade” dentro do MST que levanta também a questão do consumismo:

O MST espera de suas escolas que ajudem na educação da sensibilidade de seus educandos para a dimensão dos valores; que trabalhe as relações sociais afetivas entre as pessoas nesta perspectiva que em seu dia a dia, educandos e educadores recuperem e cultivem valores humanos como a solidariedade, a lealdade, o companheirismo, o espírito de sacrifício pelo bem do coletivo, a liberdade, a sobriedade, a beleza, a disciplina, a indignação diante das injustiças sociais e das discriminações e preconceitos de todos os tipos, o compromisso com a vida, com a terra e com a identidade Sem Terra. Espera também um combate explícito aos contravalores capitalistas desumanizadores, em especial contra o individualismo, o egoísmo, o consumismo e a apatia social.

A presente pesquisa não pode responder à pergunta colocada por Moraes e Coletti de modo unívoco. Os movimentos brasileiros podem ter chance de alcançar importantes objetivos, mesmo sob ataque do agronegócio e do capital estrangeiro. A nova pauta do

MST, que prevê a preservação dos bens comuns como patrimônio a ser defendido do ataque do capital para as futuras gerações, vincula sua luta ao interesse da sociedade inteira e não mais à representação pontual dos interesses de uma determinada classe, os camponeses sem terra. Por outro lado, no caso italiano há muitas experiências novas que estão surgindo nestes anos, que apesar da fragmentação, estão procurando juntar forças para levar para frente um projeto de sociedade comum. A falta de um desenho comum e de uma base ideológica às vezes complica as coisas mas precisará esperar alguns anos para avaliar as experimentações em andamento, tendo em conta a pouca valorização do mercado agrícola na sociedade.

Em conclusão, inesperadamente, no dia 27 de outubro de 2014, ocorreu na Itália o Encontro mundial dos Movimentos Populares, que alguém batizou como o Fórum Social, parecido com a experiência de Porto Alegre. Tanto o MST, quanto Genuino Clandestino participaram do encontro, que durou três dias, oferecendo uma ocasião que pode vir a ser fundamental para forjar novas relações entre movimentos de países tantos distantes. Apesar das críticas endereçadas à presença e ao papel da Igreja no encontro, o que foi considerado por alguns como uma operação de maquiagem do Vaticano, tratou-se de uma oportunidade para que os participantes conhecessem as realidades de outros países e refletissem sobre as formas de lutas, sobretudo na Europa, onde estes movimentos da terra são relativamente recentes.



## Conclusão

As duas experiências apresentadas na presente pesquisa, a Cooperativa Copava e a Associação Campi Aperti, permitiram entender as emergências que os camponeses enfrentam cotidianamente e às quais opõem uma resistência através da construção de formas de organização no campo. Os desequilíbrios econômicos devidos a um sistema econômico que beneficia apenas as grandes empresas capitalistas, através de leis decididas a nível nacional ou supranacional, com a adesão ao tratados europeus ou ao Mercosul, ou como consequência de imposições da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou de outras organizações internacionais, penalizam de forma acentuada as pequenas produções agrícolas. A estrutura dos créditos públicos, incluindo-se aí os financiamentos à pesquisa em campo agrícola, beneficia as grandes produções de agronegócio e impõe um modelo de produção de larga escala contra o qual a Copava e Campi Aperti lutam.

As distintas situações política, econômica, social e histórica, entre o Brasil e a Itália, levaram, como demonstrado, à construção de formas organizativas diferentes. No caso da Copava, vimos qual tipo de ação levou à constituição da cooperativa, com base no modelo das Cooperativas de Produção Agro-pecuária (CPAs) promovido pelo MST durante o final da década de 80. De forma diferente, Campi Aperti escolheu a forma associativa para juntar pequenos produtores, seja porque o modelo cooperativo na Itália foi abandonado após as experiências da década de 60 e 70, seja porque começou como grupo informal com ligações com a esquerda radical, nomeada antagonista, sem uma base ideológica bem definida.

Os problemas do acesso à terra, que é comum entre os dois países, foram enfrentados de forma diferente pelas duas experiências: a prática de ocupações de terra é ainda hoje utilizada no Brasil como meio de acesso a direitos como moradia, educação e

alimentação, e a Copava foi fundada justamente após a ocupação de uma terra da Fazenda Pirituba II. No caso italiano, diferentemente, os associados de CA são pequenos proprietários ou arrendatários que produzem cada um por sua conta, em lugares diferentes da região Emilia Romagna, particularmente da província de Bolonha. A associação está elaborando um sistema de “acionariado” popular para a compra coletiva de terra, após a constituição de uma cooperativa, com base no modelo da francês *Terre des Liens*, que permite arrendar lotes e moradia para quem não tem possibilidade de empreender uma nova empresa agrícola e para quem se compromete a respeitar determinados princípios ecológicos. Todas estas peculiaridades se refletem no modelo de produção adotado pelas duas organizações. No caso da Copava, no início ela produzia utilizando os métodos convencionais com o uso de agrotóxicos e adubos químicos, também por questões de dependência do crédito privado e da necessidade de criar renda para os assentados. Contudo, com o tempo passou a questionar este tipo de produção e, por isso, a partir da década de 2000 adotou algumas mudanças rumo a um modelo agroecológico, aderindo aos princípios defendidos também pelo MST. Os camponeses de CA devem produzir obrigatoriamente produtos orgânicos e vender nos mercados apenas aquilo que efetivamente produzem, sem nenhuma intermediação entre produtor e vendedor. A certificação para que um produtor possa integrar a associação baseia-se em um modelo de certificação participada, segundo o qual são os mesmos produtores e co-produtores que visitam a fazenda para verificar se ela respeita os princípios de CA. Este sistema leva a mesma associação a distanciar-se, ainda uma vez, dos mecanismos burocráticos e estatais, conforme uma concepção política da esquerda radical antagonista que se propõe a criar uma alternativa de vida, sem tomar o Estado como possível aliado e parceiro.

Já a Copava acredita em um modelo de organização social no qual o Estado possui

um papel fundamental para regular o abastecimento alimentar do país e a compra dos produtos da agricultura familiar e dos assentamentos espalhados em todo o Brasil, assim como garantir uma melhor distribuição da terra e acesso a ela para os sem-terra. Nas relações com os aparelhos estatais, como vimos, a Copava recebeu créditos públicos quando eles estavam disponíveis, mas também teve que aceitar créditos privados para sobreviver como cooperativa, percebendo as contradições nas escolhas feitas. Campi Aperti, ao invés disso, reivindica distância dos aparelhos burocráticos e tenta resolver a questão da sobrevivência dos seus produtores através da criação de mercados de venda direta que possam garantir uma justa retribuição graças também à aplicação da cadeia curta.

Apesar das diferenças acima citadas, existem muitos aspectos comuns entre os projetos da CA e Copava. O tema da soberania alimentar, por exemplo, é comumente discutido e perseguido como objetivo do próprio modelo produtivo, seja no interior das duas organizações, seja no âmbito do movimento Via Campesina, na Europa e na América Latina, do qual a Copava e CA, diretamente ou indiretamente, fazem parte. A questão da preservação dos recursos naturais é um outro aspecto que preocupa ambas as organizações, que sempre tentam melhorar as próprias práticas. Se no caso da Itália o tema da preservação do ambiente é debatido na sociedade desde a década de 80, e com mais força nos últimos 15 anos, no Brasil é particularmente a partir da última década que se discute de agroecologia. Além disso o MST desenvolveu em 2013 um programa de Reforma Agrária Popular capaz de atender a estas preocupações que anteriormente não faziam parte da visão e do programa do movimento. Os problemas de caráter ecológicos provocados pela modernização agrícola e pela Revolução Verde, baseadas na monocultura, com o uso intensivo de produtos químicos e energias não renováveis, provocaram um debate, mais ou menos recente, sobre a necessidade de implantar um novo modelo de agricultura

alternativa, capaz de garantir a sustentabilidade produtiva e o equilíbrio ambiental, social e econômico. Como vimos, por um lado na Itália estão acontecendo as primeiras ocupações de terra após a década de 60 para recuperar terras abandonadas que poderiam ser produtivas, que podem oferecer hoje um trabalho para os numerosos desempregados e a adoção de sistemas agrícolas orgânicos que respeitem os bens naturais e comuns. Por outro lado, no Brasil, no MST e nas cooperativas e assentamentos a ele ligados, está crescendo a consciência sobre a necessidade de se adotar o modelo agroecológico, que articula o modelo produtivo a uma diferente organização da vida e do trabalho dos camponeses.

Concluimos que tanto a Copava quanto CA, enquanto cultivam a terra, resistem, em termos gerais, aos ataques do capitalismo, e propõem um modelo de vida e de trabalho que representa uma alternativa viável que se contrapõe aos valores e objetivos do agronegócio. Não nos cabe julgar se essas experiências representam uma iniciativa revolucionária ou se podem possuir um eventual papel revolucionário, de superação do capitalismo. Mas podemos afirmar que os cooperantes da Copava se consideram camponeses e parte de uma classe social, o campesinato, e neste sentido possuem um projeto de vida comunitária que corresponde, em parte, ao ideal socialista, que em CA não é possível encontrar. Para estes associados, de fato, não existe uma política comum, a não ser a de favorecer um modelo produtivo de pequena escala que garanta a manutenção da figura do camponês, sem se identificar a uma classe social, a do campesinato.

Esta pesquisa permitiu enfatizar diferentes aspectos das duas organizações que remetem às peculiaridades de cada país mas, ao mesmo tempo, mostrou os problemas comuns e as formas, semelhantes ou diversas, de resolvê-los. O encontro entre estes mundos possibilita a troca de experiências e conhecimento, fortalecendo uma forma de produzir e de se relacionar oposta à racionalidade capitalista, bem como ao capitalismo

verde, que se apropriou de alguns discursos dos movimentos sociais do campo apenas para promover operações de marketing. O encontro dos movimentos populares ocorrido em outubro de 2014 no Vaticano permitiu, por exemplo, a um camponês da rede Genuino Clandestino, de nome Giovanni, conhecer diretamente João Pedro Stédile e outros movimentos sociais latino-americanos cujas experiências desconhecia. Após este encontro, Giovanni questionava seus companheiros na lista de e-mails do movimento<sup>100</sup>: “achamos importante ou não tomar parte de um discurso iniciado por todos os movimentos populares a nível mundial sobre temas como a afirmação dos direitos fundamentais dos povos indígenas, distribuição dos recursos, com conseqüente luta contra o capitalismo/neoliberalismo globalizado?” E afirmava: “Temos que lutar contra o capitalismo predatório e as práticas do neoliberalismo”. Esse tipo de discurso, que se vale dessas três palavras “capitalismo/neoliberalismo globalizado”, não é muito comum no debate italiano fora do círculo de pequenas minorias politizadas. Isso pode representar um primeiro passo rumo à reapropriação de um determinado vocabulário que precisa ser retomado para uma análise da realidade e a formação de uma consciência de classe do campesinato, particularmente na Itália.

---

<sup>100</sup> No dia 2 de novembro de 2014.



## Bibliografia

ARBIZZANI, Luigi. *Lotte ed organizzazioni sindacali dei lavoratori bolognesi dal 1922 alla Liberazione*, em La Resistenza in Emilia-Romagna, Numero único della Deputazione Emilia-Romagna per la storia della Resistenza e del movimento di Liberazione, Galeati, Imola: 1966, p. 17-44.

AA.VV. *Camponeses brasileiros - Vol I Leituras e interpretações clássicas*. Cavalcanti, Josefa S. B.; Malagodi, Edgard; Welch, Clifford A. e Wanderley, Maria de Nazareth B. (Organizador). Editora Unesp, São Paulo: 2009.

AA.VV. *Dicionário da Educação do Campo*. Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto (org.). Expressão Popular, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

AA.VV., *Lutas & Resistências, Dossiê: Dimensões da questão agrária no Brasil*, Revista do Grupo de Estudos de Política da América Latina, Londrina, n.1, sett. 2006

AA.VV. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. LÖWY, Michael (Org.), Tradução Cláudia Schilling, Luís Carlos Borges, 3 ed. ampliada, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo: 2012.

AA.VV. *Vozes da terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo*. Org. por Zilda Márcia Gricoli Iokoi, Marcia Regina de Oliveira Andrade, Simone Rezende, Suzana Ribeiro. Fundação Itesp, São Paulo: 2005.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia, A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2004, 4 ed.

ALMEIDA, Angela Maria Mendes de. *Muita terra e pouco dono - Análise histórico-estrutural da questão agrária no Brasil*. Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires: v. 2, p. 29-32, 2000.

AMIN, Samir. *La crisi. Uscire dalla crisi del capitalismo o uscire dal capitalismo in crisi?*. Edizioni Punto Rosso, Milano: 2009. Testo originale La Crise. Sortir de la crise du capitalisme ou sortir du capitalisme en crise, Le Temps des Cerises éditeurs: 2009

BASILE, Elisabetta. CECCHI, Claudio. *La trasformazione post-industriale della campagna. Dall'agricoltura ai sistemi locali rurali*. Rosenberg & Sellier, Torino: 2005.

ARBIZZANI, Luigi. *Lotte ed organizzazioni sindacali dei lavoratori bolognesi dal 1922 alla Liberazione*. La Resistenza in Emilia-Romagna, Numero único della Deputazione Emilia-Romagna per la storia della Resistenza e del movimento di Liberazione, Galeati, Imola: 1966, p. 17-44.

BASTOS, Élide Rugai. *As ligas camponesas*, Editora Vozes, Petrópolis: 1984.

BERNARDI, Emanuele. *Il PCI e la DC di fronte alla riforma agraria: un "dialogo" interrotto (1944-47)*. In: 1945-1946 – Le origini della Repubblica, a cura de G. Monina, Rubbettino, Soveria Mannelli, 2008, p. 277-308.

BORGHESI, Roberta. *Resistenze contadine*. Rivista Scienze del Territorio, Firenze: Firenze University Press, 2014.

[www.fupress.net/index.php/SdT/article/viewFile/14328/13314](http://www.fupress.net/index.php/SdT/article/viewFile/14328/13314)

BOVE', DUFOUR, *Il mondo non è in vendita, Agricoltori contro la globalizzazione alimentare*, Feltrinelli, Milano: 2000.

BOOKCHIN, Murray, *Per una società ecologica*, Elèuthera, Roma: 1989.

CAMPAGNOLI, Monica. *Iniziativa sociale ed impegno politico: la cooperazione bianca in Emilia Romagna tra il secondo dopoguerra e la ripresa economica*. Rivista Storia e Futuro Bologna: n. 5, Ottobre 2004.

CANDELORO, Giorgio. *Il movimento cattolico in Italia*. Editori Riuniti, Roma: 1982.

CAPORAL, Francisco Roberto. *Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis*. Brasília: 2009.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004. v.1. 24 p.

CARTA DEI PRINCIPI DI CAMPI APERTI <http://www.autistici.org/campiaperti/chiamo/regolamento/>

CARVALHO, Horacio Martins, *A contra reforma agrária e o aumento das desigualdades sociais no campo. Brasil*. ALAI, América Latina en Movimiento, 2014. <http://alainet.org/active/76144> Texto elaborado para a Revista da ABRA, Ano 35, Volume 1, Nº 2- Edição Novembro 2014/abril

CASSEL, Amanda. PATEL, Raj. *Agricultural trade liberalization and Brazil's rural poor: consolidating inequality*. Policy Brief n. 8, Food First, Institute for Food and Development Policy, Oakland, August 2003.

CASTRONOVO, Giorgio. *Cultura e sviluppo industriale*. In: VIVANTI, Corrado (a cura di). *Storia d'Italia. Annali 4. Intellettuali e potere*. Torino: Giulio Einaudi, 1981, p. 1261-1296.

CERIANI, Massimo. CANALE, Giuseppe. *Contadini per scelta. Esperienze e racconti di nuova agricoltura*, Jaca Book, Milano: 2013.

CERTIFICAÇÕES IN CA. *Sistemas de certificação participada. utilizados pela associação.* [http://www.campiaperti.org/?page\\_id=92](http://www.campiaperti.org/?page_id=92)

CHAYANOV, Aleksandr Vasilievich. *Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*, 1924, in CARVALHO, Horacio Martins de (org.) Chayanov e o campesinato. Expressão popular, São Paulo: 2014.

CHOMSKY, Noam. *Anno 501 la conquista continua. L'epopea dell'imperialismo dal genocidio coloniale ai nostri giorni*, tradotto da S. Fumo, Editore Gamberetti, Roma: 2002  
Versione digitale: <http://it.scribd.com/doc/73454581/Noam-Chomsky-Anno-501-La-Conquista-Continua>

CHOSSUDOVSKY, Michel. *La globalizzazione della povertà e nuovo ordine mondiale.* Edizioni Gruppo Abele, Torino: 2003.

Documento di lavoro, *La riforma agraria e l'accesso alla terra Situazione e piano d'azione europeo 2012*  
[http://www.assorurale.it/seminario\\_sullaccesso\\_alla\\_terra\\_e\\_sulla\\_riforma\\_.html](http://www.assorurale.it/seminario_sullaccesso_alla_terra_e_sulla_riforma_.html)

COLETTI, Claudinei. *Avanços e impasses do MST e da luta pela terra no Brasil nos anos recentes.* In: Movimientos sociales y conflictos en América Latina. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p.  
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/coletti.rtf>

COLETTI, Claudinei. *O MST e os limites da luta pela terra no Brasil.* In: II Simpósio Estadual de Lutas Sociais na América Latina, 2006, Londrina. II Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina-Anais, 2006.

COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal.* Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2005.

CONCRAB, *A emancipação dos assentamentos, os direitos e os cuidados que os assentados devem ter.* Caderno de Cooperação Agrícola n° 6, São Paulo: Março de 1998.

CONCRAB, *A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999).* Caderno de Cooperação Agrícola n° 8, São Paulo: Agosto de 1999.

COSTA, Canrobert Neto. *Diversidade social e tecnológica em unidades de produção familiar.* In: Mundo rural IV: configurações rural-urbanas : poderes e políticas, Mauad Editora Ltda, Rio de Janeiro: 2007

COSTA, Cyra Malta Olegario da; BERGAMASCO, S. M. P. P. *Processo de Organização da Produção em Assentamentos Rurais no Brasil: A Fazenda Pirituba/SP.* In: Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, Marion Aubré, Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante. (Org.). *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.*

1ed. Campinas e Araraquara: FEAGRI/UNICAMP e UNIARA: 2003, v. 1, p. 125-155.

DAGNINO, Evelina. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. In: DAGNINO, E. (org.). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo: 1994. p. 103-115.

\_\_\_\_\_. *¿Sociedad civil, participación e cidadania: de que estamos falando?*. In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. FACES, Universidad Central de Venezuela, Caracas: 2004. (p. 95-110).

DE SOUSAS, Murilo Mendonça Oliveira. *O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais*. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012

DONDI, Mirco. *Il conflitto sociale dagli albori della sindacalizzazione alla trasformazione delle campagne*, in *Le campagne. Conflitti, strutture agrarie associazioni*, a cura di Mirco Dondi e Tito Menzani. Bologna: Edizioni Aspasia, 2005.

D'ORSI, Angelo. *L'Italia dell'idee*. Mondadori, Torino: 2011.

FANFANI, Roberto. *Il rapporto tra agricoltura-industria tra passato e presente*. In *Annale 7-8. Distretti imprese classe operaia: l'industrializzazione dell'Emilia Romagna*. Milano: Franco Angeli, 1992 (p. 33-74).

FARMERS MARKET BIO: a Bologna si contano sulle dita di una mano. Comunicato dell'Associazione Campi Aperti.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil*, Editora Globo, 2006

FILHO, José Luiz Alcantara, FONTES, Rosa Maria Olivera, *A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil*, *Revista de História Econômica Regional Aplicada*, vol. 4 N°7 Ju-Dez 2009.

FORTI, Carla, *Lotte mezzadrili dell'immediato secondo dopoguerra*, Centro per la Didattica della Storia, Quaderno n. 7, a cura di Donatella Carpita e Carla Forti, Pisa, maggio 2004

FONTES, Virginia. *A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo*. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 36, p. 103-114, 2013.

GIORGETTI, Giorgio. *Contadini e proprietari nell'Italia moderna. Rapporti di produzione e contratti agrari dal secolo XVI a oggi*. Einaudi, Torino: 1974.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. CALVO, Araceli López. *Agroecología e campesinado: reflexiones teóricas sobre las ciencias agrarias antes la crisis ecológica*. Este apartado es una versión reelaborada de E. Sevilla Guzmán, "Una interpretación sociológica de la crisis ecológica desde la Agroecología" en Jardín Botánico de Córdoba, *Etnobotánica* 92 (Córdoba: Jardín Botánico de Córdoba, 1.992), pp. 35-37.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. DE MOLINA, Eduardo Sevilla. *El concepto de transición en el pensamiento marxista: reflexiones desde la agroecología*.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. DE MOLINA, Eduardo Sevilla. Sobre a evolução do conceito de campesinato.

HERNÁNDEZ VALDÉS, Emilio. AMIN, Samir. *Las Luchas campesinas y obreras frente a los desafíos del siglo XXI*, El Viejo Topo, España: 2005

JEMOLO, Arturo Carlo. *Chiesa e Stato in Italia*. Einaudi, Torino: 19

FOUCAULT, Michel. *Microfísica del poder: intervenciones políticas*. Einaudi, Torino: 1982.

GUARIGLIA, Antonio. L'evoluzione del regime degli scambi nel commercio internazionale agroalimentare: dal GATT alla WTO. CUSL (Fisciano), Salerno: 2008.

KAUTSKY, Karl (1899) *Die Agrarfrage* trad. it. *La questione agraria*, Feltrinelli, Milano: 1959.

LENIN, Vladimir Illich. *Lo sviluppo del capitalismo in Russia*. Opere Complete, vol. 3 [1896-1898], Editori Riuniti, Roma: 1956.

LINEE GUIDA PER UNA LEGGE QUADRO SULLE AGRICOLTURE CONTADINE  
Texto das orientações para um projeto de Lei apresentado 10 de outubro de 2013 ao Parlamento italiano na reunião Sala de Imprensa da Câmara dos Deputados.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista, 2009. <http://goo.gl/gHVF7n>

LÖWY, Michael, *Emancipación, universalismo, internacionalismo*, Revista Osal, 2001.

MANÇANO FERNANDES, Bernardo. *O MST e as reformas agrárias do Brasil*. OSAL, Observatorio Social de América Latina (Año IX no. 24 oct 2008) En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor 2008.

MANIFESTO 10 ANNI DI CA. *Manifesto escrito para comemorar os 10 anos da associação e lembrar as etapas que marcaram seu caminho nestes anos*.

MANIFESTO GENUINO CLANDESTINO, 2014,  
<http://genuinoclandestino.noblogs.org/il-manifesto/>

- MARIANI, Angela. VIGANÒ, Elena, A cura di, *Il sistema agroalimentare dell'Unione Europea*. Carocci editore, Roma: 2004.
- MARCHETTI, Monica. *L'Emilia Romagna nella guerra di liberazione*, in *Azione operaia contadina di massa*. De Donato, Bari: 1976.
- MARQUES, M. I. M.. *Relação Estado e MST: algumas fases e faces*. Lutas & Resistências, v. 1, p. 184-196, 2006.
- MARTINS, José de Sousa. *A reforma agraria e os limites da democracia na "Nova Republica"*, Editora Hucitec, São Paulo:1986.
- MARTINS, José de Sousa. *A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política*. Editora Vozes, Petrópolis: 1984
- MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais?* Revista Lua Nova, n. 17, Junho 1989, São Paulo.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. FASE, Rio de Janeiro: 1989.
- \_\_\_\_\_. *The New Social Movements. A Theoretical Approach*. Social Science Information, n. 19, Paris, 1980, pp. 199-226.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*/Sônia Regina Mendonça; João Pedro Stédile (org.), 2ª ed., Expressão Popular, São Paulo: 2010.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no período 1930-1955*. In.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Graal, Rio de Janeiro: 1986.
- MENDONÇA, Sonia. *Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil*. História & Perspectivas, v. 32/33, p. 93-135, 2006.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e política agrícola no Brasil (1909-1930)*, em América Latina en la Historia Económica Vol 5, Núm. 10, p. 87-100, julio - diciembre, 1998.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Questão agrária e reforma agrária: algumas reflexões*. Temas & Matizes, n. 14, II semestre, 2008, pp. 103-114.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente 1964-1992*. Editora Ática, São Paulo: 1996, 4a ed.
- MENZANI, Tito. *Dalla guerra al "boom". Territorio, economia, società e politica nei comuni della pianura orientale bolognese*. In *Le campagne. Conflitti, strutture agrarie*

- associazioni*, a cura di Mirco Dondi e Tito Menzani. Bologna: Edizioni Aspasia, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*, Ed. 2. ed. rev. e ampl., Boitempo, São Paulo: 2011.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *A inserção do Brasil no sistema internacional*. IFCH/UNICAMP, Campinas: 1992.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. Expressão Popular, São Paulo: 2001.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social, Crítica ao padrão emergente de intervenção social*, Cortez Editora, São Paulo: 2002.
- MONTOYA, M. A., & PARRÉ, J. L.O. *Agronegocio brasileiro no final do século XX*, Passo Fundo, UPF Editora RS, Brasil: 2000, Vol. 2
- MORAES, R. C. ; COLETTI, Claudinei. *MST, o radicalismo agrário em busca de um outro mundo... possível?*. In: Reginaldo Carmello Correa de Moraes. (Org.). *Globalização e radicalismo agrário*. Editora Unesp, São Paulo: 2006, v. , p. 91-115.
- NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. *Estudos Avançados*, USP, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.
- NAVARRO, Zander. *Nunca cruzaremos este rio A estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a sociologia militante, e o ocaso da reforma agrária no Brasil*. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 13, p. 5-51, 2008.
- O'CONNOR, James. *Desarrollo desigual y combinado y crisis ecológica y crisis ecológica*. *Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez.* 2003.
- PAGANETTO, Luigi. SCANDIZZO, Pasquale L. *La Banca Mondiale e l'Italia: dalla ricostruzione allo sviluppo*, Il Mulino, Bologna: 2000.
- PALMEIRA, M.; LEITE, S. *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas*. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- PETRAS, J. *Le ambiguità dell'azione delle ONG, Il neoliberalismo “dal basso”*. *Contropiano*. N. 3, Anno 7, Roma: 1999.
- PEREZ-VITÓRIA, Silvia. *Il ritorno dei Contadini*. Jaca Book, Milano: 2007.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Sete teses sobre a agricultura camponesa*.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *The third agrarian crisis and the re-emergence of processes of re-peasantization*, *Rivista di Economia Agraria*, LXII, n. 3, Roma: settembre 2007

PLOEG, Jan Douwe van der. *I nuovi contadini. Le campagne e le risposte alla globalizzazione*. Donzelli Editore, Roma: 2009.

PEREIRA, J. M. M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1944-2008*, Tese de Doutorado em História, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.  
PRADO, Caio Jr. *A questão agrária no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo: 1979.  
PRADO, Caio Jr. *História econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo:1981, 26a ed..

PRETI, Domenico. *Per una storia agraria e del malessere agrario nell'Italia fascista: la battaglia del grano*, in *Le campagne emiliane in periodo fascista. Materiale e ricerche sulla battaglia del grano*, Annale 2, a cura dell'Istituto regionale per la storia della resistenza e della guerra di liberazione in Emilia Romagna, 1981-1982, Bologna.

PROCACCI, Giuliano. *La lotta di classe in Italia agli inizi del secolo XX*. Editori Riuniti, Roma:1972.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Uma Categoria Rural Esquecida*. In: AA.VV. *Camponeses brasileiros - Vol I Leituras e interpretações clássicas*. Cavalcanti, Josefa S. B.; Malagodi, Edgard; Welch, Clifford A. e Wanderley, Maria de Nazareth B. (Organizador). Editora Unesp, São Paulo: 2009, pp. 57-72.

Qual è il GIUSTO prezzo. Documento que reúne as intervenções de produtores e co-produtores de Campi Aperti sobre o tema dos preços dos alimentos e se exista um justo preço que o camponês tem que praticar.

ROMAGNOLI, Luciano. *La battaglia dei braccianti per il lavoro e per la terra*, in *Rassegna Sindacale*, Anno II, 29 febbraio 1956.

ROMAGNOLI, Serena, *Continuare a piantare alberi. Storia e progetto del Movimento Sem Terra brasiliano*, em *America Latina. L'avanzata de los abajo. Movimenti sociali e popoli indigeni*, Massari ed., Bolsena 2008

SERENI, Emilio, *Capitalismo e mercato nazionale*, Editori Riuniti, Roma, 1974.

SERENI, Emilio. *Capitalismo nelle campagne (1860-1900)*. Torino: Einaudi, 1975.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*, *Revista Nera*, ano 8, n°7 – Jul/dez de 2005.

SILVA, José Gomes da, *A reforma agrária no Brasil: frustração Camponesa ou instrumento de desenvolvimento?*, Zahar, Rio de Janeiro: 1971.

SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. *Campesinato e suas manifestações*. *Revista Presença*, ANO IV n.º 10 - Dez – 1997.

SINGER, Paul Israel. *A crise do “milagre”*. Editora Paz e Terra, São Paulo: 1977.

- STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*, Editora Saraiva, São Paulo: 1997.
- STEWART, Corrina. COOK, Jonathan. *Seguridad Alimentaria y Comercio Reconsiderado*. WEID, Jean Marc von der. Estudio de Caso: De lo Local a lo Nacional: Aumentar la Escala de la Agroecología en Brasil. In AA.VV. *Agroecología y la Lucha para la Soberanía Alimentaria en las Américas*.
- TAMINO, Gianni. Agricultura nel mondo. Puntorosso, Milano: <http://urlin.it/12e205>
- TEIXERA DA SILVA, Francisco Carlos. *Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível Diálogos*, DHI/UEM, 02: 113-127, 1998.
- THOMAZ, Fernanda, *O modelo socialista de cooperativa de produção agropecuária (CPA-MST): contradições e avanços – estudo de caso da Copava*, Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.
- TONIOLO, Gianni. *Lo sviluppo dell'industria italiana dall'Unità alla Grande Guerra: una sintesi provvisoria*, in P. Ciocca and G. Toniolo, eds., *Storia economica d'Italia*, vol. 3: *Industrie, Mercati, Istituzioni*. Laterza, Bari: 2002), pp. 135-191.
- ROMAGNOLI, Serena, *Continuare a piantare alberi. Storia e progetto del Movimento Sem Terra brasiliano*, in *America Latina. L'avanzata de los abajo. Movimenti sociali e popoli indigeni*, Massari ed., Bolsena 2008
- STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil, Programas de Reforma Agraria – 1946-2003*, vol. 3 Expressão Popular, São Paulo: 2005.
- TORTORETO, Emanuele. *Lotte agrarie nella valle padana nel secondo dopoguerra. 1945-1950*. in *Movimento operaio e socialista*, 1967, 13.
- ZANGHERI, Renato. *Agricoltura e contadini nella Storia d'Italia*. Einaudi, Torino: 1977.
- ZIBECHI, Raúl. *La emancipación como producción de vínculos. Em: Los desafio de las emancipaciones em um contexto militarizado*. CLACSO, Buenos Aires, 2006. pp. 123-149.
- WELCH, Clifford Andrew. *Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX*, *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p. 60-75, set. 2006.